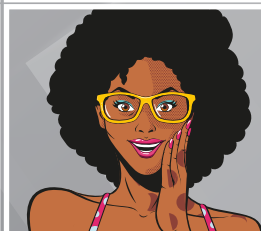
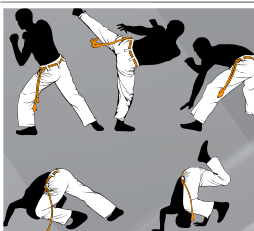
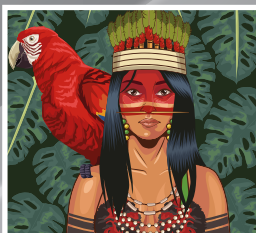


Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas

ANTÔNIO ROBERTO XAVIER
ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN
JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA
Organizadores



COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR – Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR – Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL – Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes • Eduardo Diatáhy Bezerra de Menezes • Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
Francisco Horacio da Silva Frota • Francisco Josênio Camelo Parente • Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes • Liduina Farias Almeida da Costa • Lucili Grangeiro Cortez • Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos • Marcelo Gurgel Carlos da Silva • Marcony Silva Cunha • Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge • Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Torres Montenegro (UFPE) • Eliane P. Zamith Brito (FGV) • Homero Santiago (USP)
Ieda Maria Alves (USP) • Manuel Domingos Neto (UFF) • Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC)
Maria Lírída Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR) • Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Romeu Gomes (FIOCRUZ) • Túlio Batista Franco (UFF)

ANTÔNIO ROBERTO XAVIER
ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN
JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA
O r g a n i z a d o r e s

Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas

| | |
|--------------------------------------|--|
| ADRIANA NÓBREGA DA SILVA | JOSÉ CLEILSON DE PAIVA DOS SANTOS |
| ALEXANDRE DOS SANTOS ROCHA | JOSÉ ROGÉRIO SANTANA |
| ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN | JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA |
| ANTÔNIO ROBERTO XAVIER | KARLA RENATA DE AGUIAR MUNIZ |
| CARLOS MENDES TAVARES | LUÍS MIGUEL DIAS CAETANO |
| CLEBIA MARDONIA FREITAS RABELO | MARCUS RODNEY PORTELA CYSNE |
| CLECIA DA SILVA MORAIS | MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE |
| DIJANE MARIA ROCHA VICTOR | MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO |
| EDILBERTO CAVALCANTE REIS | RAQUEL DAS GRAÇAS FREITAS SANTOS |
| FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA RODRIGUES | ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES |
| GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA | SAMIA NAGIB MALUF |



1ª EDIÇÃO
FORTALEZA | CE
2021

**PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO SUSTENTÁVEL:
DEMANDAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**

© 2021 *Copyright* by Antônio Roberto Xavier, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan e José Weyne de Freitas Sousa (Orgs.)

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial
Cleudene de Oliveira Aragão

Projeto Gráfico e Capa
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

Revisão Vernacular e Normalização
Felipe Aragão de Freitas Carneiro
felipearagaofc@hotmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável [livro eletrônico] : demandas sociais contemporâneas / Antônio Roberto Xavier, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, José Weyne de Freitas Sousa, organizadores. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2021.

PDF

Vários autores. Bibliografia.

ISBN: 978-85-7826-787-2

doi: <https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2>

1. Brasil - Política cultural 2. Desenvolvimento sustentável 3. Interdisciplinaridade 4. Políticas públicas 5. Tecnologia da informação I. Xavier, Antônio Roberto. II. Kanikadan, Andrea Yumi Sugishita. III. Sousa, José Weyne de Freitas.

21-85011

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento : Políticas públicas : Gestão sustentável : Sociologia 304.2
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO • 7

Antônio Roberto Xavier
Andrea Yumi Sugishita Kanikadan
José Weyne de Freitas Sousa

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL • 13

Antônio Roberto Xavier
Glauber Robson Oliveira Lima
Dijane Maria Rocha Victor

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS • 29

Karla Renata de Aguiar Muniz
José Rogério Santana
Samia Nagib Maluf

PRÁTICAS CULTURAIS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS, OCARA, CEARÁ • 54

Meiriane da Silva Pinheiro
Antônio Roberto Xavier
Carlos Mendes Tavares

TURISMO SUSTENTÁVEL E PATRIMÔNIO CULTURAL EM BEBERIBE, CEARÁ, BRASIL • 73

José Cleilson de Paiva dos Santos
Alexandre dos Santos Rocha
Edilberto Cavalcante Reis

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: PESQUISA NA
CIDADE DE BATURITÉ, CEARÁ ▪ 90**

Clecia da Silva Morais

Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

**INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: EXPERIÊNCIA DO *DESIGN THINKING* NA
EDUCAÇÃO ▪ 109**

Raquel das Graças Freitas Santos

Luís Miguel Dias Caetano

**GESTÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO: EM BUSCA DA
RESPONSABILIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA ▪ 125**

Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Clebia Mardonia Freitas Rabelo

Francisco Antonio de Sousa Rodrigues

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: BASE DA
GESTÃO DO CONHECIMENTO ▪ 144**

Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Adriana Nóbrega da Silva

Marcus Rodney Portela Cysne

APRESENTAÇÃO

ANTÔNIO ROBERTO XAVIER

Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em Educação pela UFC, mestre em Sociologia e em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), graduado em História (licenciatura plena) pela UECE e em Pedagogia (licenciatura plena) pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) e professor do curso de graduação em Administração Pública presencial, ambos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); professor do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE; professor pesquisador (colaborador) do Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado e doutorado, da UFC. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab/ICSA/CNPq e pesquisador integrante do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime) da UFC/CNPq.

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN

Estágio doutoral no exterior pelo programa Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (Bepe) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na Université Toulouse – Le Mirail, França, em 2012. Doutora pelo programa interunidades em Ecologia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), mestra e graduada em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atualmente é professora adjunta do curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (ICSA/Unilab). Atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Local, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Políticas Públicas Sociais, Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho.

E-mail: akanikadan@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5057-4801>

JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), instituição da qual participa como membro do Centro de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal), mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde foi selecionado para uma bolsa para o Programa Especial de Treinamento (PET). Sua pesquisa acadêmica se concentra na área de desenvolvimento regional, tendo estudos históricos sobre as políticas de desenvolvimento do Nordeste nos séculos XIX e XX. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

E-mail: joseweyne@unilab.edu.br

Este livro, intitulado *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas*, corresponde a uma coletânea de capítulos de livro organizada pelos professores/a Antônio Roberto Xavier, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan e José Weyne de Freitas Sousa, todos docentes pesquisadores vinculados ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Os capítulos são frutos de pesquisas realizadas no âmbito do projeto institucional “Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável”, sob processo nº 009-02/2020, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da Unilab, vinculado ao grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS/CNPq/Unilab/ICSA), tendo também apoio financeiro das agências de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

O livro busca atender, por meio de pesquisas múltiplas, à perspectiva interdisciplinar entre o planejamento de políticas públicas e as demandas sociais de nosso tempo de uma sociedade com bases científicas e socioeconômicas centradas nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), a qual busca o desenvolvimento para atender às necessidades globais, porém sem perder de vista a responsabilidade socioambiental com vistas ao sustentável e

à sustentabilidade no presente para não comprometer as gerações do futuro.

Indubitavelmente atravessamos uma realidade de diversas crises e dificuldades interligadas que se estendem pelo nosso planeta, afetando local, regional e globalmente, como, por exemplo: a crise ambiental, a crise econômica, a crise na produção alimentar, a crise ética, a crise energética, a crise geopolítica de interesses múltiplos de capital, a fome e a miséria. Nesse sentido, visando atender a tais demandas, o poder público e seus operadores devem primar por planejamento estratégico situacional, gestão da informação e do conhecimento, inovação tecnológica, formulação, implementação, execução, controle e avaliação de políticas públicas estratégicas e sustentáveis. Estas são as principais problemáticas, hipóteses e motivações para a escrita desta obra.

Desse modo, sem mais delongas, convidamos a todos e a todas que tiverem conhecimento desta obra para se deleitarem com uma leitura inter, multi, poli e transdisciplinar constada nos conteúdos dos capítulos desta coletânea, conforme delineamento dos títulos que seguem.

O primeiro capítulo, “Planejamento e políticas públicas sustentáveis: abordagem teórico-conceitual”, de Antônio Roberto Xavier, Glauber Robson Oliveira Lima e Dijane Maria Rocha Victor, objetiva debater sobre os principais tipos de planejamento para a implantação e/ou implementação de políticas públicas sustentáveis, partindo do pressuposto de que existem basicamente dois tipos de planejamentos historicamente a serem aplicados ou não pelo poder público/administração pública: o Planejamento Normativo Tradicional e o Planejamento Estratégico Situacional.

O segundo capítulo, “Políticas públicas culturais no Brasil: aspectos conceituais e contextuais”, de Karla Rena-

ta de Aguiar Muniz, José Rogério Santana e Samia Nagib Maluf, tem por finalidade compreender e, ao mesmo tempo, explicitar sobre gestão e políticas culturais, suas definições, contextos, desafios e perspectivas.

O terceiro capítulo, “Práticas culturais sustentáveis na comunidade quilombola de Melancias, Ocara, Ceará”, de Meiriane da Silva Pinheiro, Antônio Roberto Xavier e Carlos Mendes Tavares, aborda as práticas culturais sustentáveis, modos de vida e resistências de povos remanescentes quilombolas da comunidade de Melancias, município de Ocara, Ceará, Brasil.

O quarto capítulo, “Turismo sustentável e patrimônio cultural em Beberibe, Ceará, Brasil”, de José Cleilson de Paiva dos Santos, Alexandre dos Santos Rocha e Edilberto Cavalcante Reis, tem como escopo observar como o processo de modernização dos “governos das mudanças” foi introduzido no campo cultural por meio de políticas públicas sustentáveis, visando ao desenvolvimento socioeconômico do estado do Ceará.

O quinto capítulo, “O Programa Bolsa Família como política pública: pesquisa na cidade de Baturité, Ceará”, de Clecia da Silva Moraes, Rosalina Semedo de Andrade Tavares e Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, apresenta o Programa Bolsa Família como sendo uma política pública distributiva de transferência de renda direta que visa alcançar as parcelas mais pobres da população brasileira, tomando como base a cidade de Baturité entre os anos de 2004 e 2020.

O sexto capítulo, “Inovação no setor público: experiência do *design thinking* na educação”, de Raquel das Graças Freitas Santos e Luís Miguel Dias Caetano, objetiva encontrar experiências de utilização do *design thinking* na educação pública brasileira por meio de uma revisão

sistemática da literatura, considerada uma modalidade de pesquisa científica que objetiva reunir, analisar e sintetizar as conclusões de trabalhos já publicados sobre uma determinada temática.

O sétimo capítulo, “Gestão e transferência do conhecimento: em busca da responsabilidade da universidade pública”, de Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne, Clebia Mardonia Freitas Rabelo e Francisco Antonio de Sousa Rodrigues, busca demonstrar o valor do conhecimento em si na sociedade e sua defesa como recurso nas organizações (públicas e privadas), tratado há mais de um século, seja de modo mais objetivo ou por aproximações. Todavia, seu entendimento como potencialidade estratégica, como alavanca de eficiência e eficácia operacionais nos setores privados e públicos, tem sido foco de diversos estudos, especialmente a partir da década de 1990.

O oitavo e último capítulo, “Gestão da informação e da tecnologia da informação: base da gestão do conhecimento”, de Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne, Adriana Nóbrega da Silva e Marcus Rodney Portela Cysne, apresenta a importância da informação e do conhecimento para as organizações/instituições públicas e/ou privadas como recurso imprescindível, sobretudo a partir de 1990, no âmbito da Sociedade da Informação, cuja gestão e aproveitamento passaram a ser a base do exitoso sucesso dessas instituições.

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap1>

ANTÔNIO ROBERTO XAVIER

Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em Educação pela UFC, mestre em Sociologia e em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), graduado em História (licenciatura plena) pela UECE e em Pedagogia (licenciatura plena) pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) e professor do curso de graduação em Administração Pública presencial, ambos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); professor do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE; professor pesquisador (colaborador) do Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado e doutorado, da UFC. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab/ICSA/CNPq e pesquisador integrante do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime) da UFC/CNPq.

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA

Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), mestre em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Geografia pela Faculdade Kurios (FAK), graduado em Pedagogia e em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor de educação básica - mestre - da Secretaria da Educação Básica do Ceará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais. Membro do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab/ICSA/CNPq e colaborador do projeto: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (PPODES), sob coordenação do professor doutor Antônio Roberto Xavier.

E-mail: profglauber80@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2491-2683>

DIJANE MARIA ROCHA VICTOR

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Engenharia de Produção e em Estratégia e Gestão Empresarial pela UFC e graduada em Economia Doméstica também pela UFC. Professora adjunta I, com dedicação exclusiva, do curso de Design-Moda do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da UFC. Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab/ICSA/CNPq. Pesquisa História e Memória da Educação e Políticas Públicas, Tecnologias Digitais, Design-Moda.

E-mail: dijanevictor@ufc.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4224-3196>

Introdução

Este texto objetiva debater sobre os principais tipos de planejamento para implantação e/ou implementação de políticas públicas sustentáveis partindo do pressuposto de que existem basicamente dois tipos de planejamentos historicamente a serem aplicados ou não pelo poder público/administração pública: o Planejamento Normativo Tradicional (PNT) e o Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Nesse sentido, as propostas de fomento no campo de planejamento de políticas públicas sustentáveis, embora desafiadoras, parecem ser a escolha mais coerente e providencial no atual estado de coisa. A problemática vislumbrada paira no fato de que, apesar de alguns avanços no campo de políticas públicas em relação ao desenvolvimento sustentável, ainda existem muitas fissuras no Brasil quanto à consolidação de ações estratégicas voltadas para propor e/ou auxiliar o poder público local, regional e geral de forma eficiente e eficaz, principalmente não se perdendo o foco de ações efetivas sustentáveis. Para tanto, também se faz necessária a compreensão de que os processos de planejamentos, programas e planos no âmbito da administração pública e sua importância para a implantação e implementação de políticas públicas devem visar ao sustentável diante das demandas sociais vigentes.

Nesse sentido, postulamos que o conhecimento e a distinção acerca dos conceitos e das categorias planejamento, políticas públicas e sustentável são fundamentais para se compreender a operacionalização dessas propostas como modelos mais representativos para a sociedade atual.

Metodologicamente esta escrita compreende um estudo teórico-epistemológico com base em revisão de literatura (fontes secundárias). No que concerne ao objetivo do problema, a escrita é do tipo descritivo, haja vista descrever acepções e concepções teóricas para compreender e explicitar as categorias de análise expostas no tema com maior rigor científico através de pesquisas em fontes secundárias diversas e pertinentes (CHIZZOTTI, 2014; GIL, 2010; SEVERINO, 2013; TRUJILLO FERRARI, 1982).

O método procedimental vislumbrado e requerido em razão de ser texto teórico-epistemológico, ou seja, teoria do conhecimento, é o método bibliográfico com técnica de revisão *conteudal* de literatura. Quanto à abordagem do problema, este estudo é de abordagem qualitativa, considerando-se que se trata de um debate sobre categorias de análise com base em interpretação de conteúdo em fontes secundárias sobre questões sociais amplas, e não de detectar ou comprovar fatos ou similares com questões quantificadoras ou metódico-rígidas e mensuráveis (XAVIER *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, é válido lembrar Chizzotti (2014, p. 24), que, ao avaliar as rupturas e as diferentes teorias, práticas e estratégias de pesquisa que estão disponíveis, aponta que as ciências, sobretudo as sociais, por não se limitarem à reprodução das exigências metodológicas das ciências da natureza, compõem-se de um vasto campo de ações e interpretações:

[...] todo pesquisador adota ou inventa um caminho de explicação da realidade que investiga ou a descoberta que realiza, guiado por um modo de conhecer essa realidade e de explorá-la, porque tem ou urde uma concepção do que é a realidade que investiga.

Portanto, o pesquisador é influenciado e influencia a construção da pesquisa por sua formação e sua concepção da sociedade, de forma consciente ou não (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

As questões, hipóteses científicas e problematizações sobre planejamento e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável devem considerar que a ciência moderna modificou a natureza dos objetos técnicos porque os transformou em objetos tecnológicos, isto é, em ciência materializada, de tal maneira que a teoria cria objetos técnicos, os quais agem sobre os conhecimentos teóricos. Com fundamentação teórico-metodológica de revisão de literatura pertinente com abordagem qualitativa, atribui-se que a administração pública brasileira tem adotado historicamente o PNT, o que tem dificultado o planejamento de ações estratégicas (políticas públicas) para atender às demandas sociais no serviço público brasileiro, especialmente visando alcançar o desenvolvimento sustentável com vistas à manutenção harmônica entre os pilares econômico, social e ambiental (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2011; XAVIER; TAVARES; FIALHO, 2015).

Planejamento e políticas públicas sustentáveis: abordagem teórico-conceitual

Vivemos em um contexto de desprestígio e de perda de espaço do planejamento, sobretudo na esfera pública. Faz-se necessário, para começar, discutir as razões desse

desprestígio. Uma contribuição para essa reflexão vem de Castor e Suga (1989), que levantam pontos muito interessantes para reflexões significativas sobre a crise do planejamento: a distinção entre quem planeja e executa, levando à separação entre “mentes” e “mãos” e frequentemente à falta de compromisso daqueles que executam atividades que não conceberam; a mistificação do planejamento com base inclusive nas ideias do economicismo, como função de uma elite de técnicos altamente qualificados e conseqüentemente vistos como isolados do mundo real e propositores de ideias mirabolantes e inaplicáveis; a separação entre dimensões técnicas e dimensões políticas, com uma pretensa suficiência das primeiras e supressão das últimas; e a excessiva valorização da forma, com “mistificação” dos formulários e tabelas a serem preenchidos de tempos em tempos, de modo repetitivo e divorciado da realidade dinâmica que deveriam incorporar. O resultado é o inevitável distanciamento entre planejamento e ação. Assim, a ação é determinada pelo imediatismo e pela improvisação, o que, por conseqüência, implica a insustentabilidade, e não a sustentabilidade (CASTOR; SUGA, 1989; MISOCZKY; GUEDES, 2011).

Com efeito, as tecnologias desenvolvidas revelam a capacidade humana para um controle total sobre a natureza, a sociedade e a cultura, controle que, não sendo puramente intelectual, mas determinado pelos poderes econômicos e políticos, pode ameaçar todo o planeta. Na busca para o desenvolvimento sustentável, não podem ser considerados apenas fatores como a eficiência para afirmar que uma determinada tecnologia é apropriada para a manutenção, elevação ou degradação da qualidade de um determinado sistema social, sendo necessária a definição

do grupo de critérios a serem utilizados para a determinação de se uma tecnologia é apropriada ou não.

Desse modo, questões como consumo de energia na produção, geração de resíduos e tempo para a degradação natural de um produto devem ser consideradas no desenvolvimento das novas tecnologias, que deverão possuir os atributos e critérios das tecnologias apropriadas. E, para tudo isso, é mister que haja PES, visando atender às demandas positivas pretendidas científica, econômica, cultural e socialmente sustentadas, sustentáveis e incluídas (MISOCZKY; GUEDES, 2011).

Existem basicamente dois tipos de planejamentos historicamente a serem aplicados ou não pelo poder público/administração pública, conforme já mencionados: o PNT e o PES. Escolher uma ou outra forma de planejamento a ser desenvolvido pela administração pública tem sido uma das grandes dificuldades ou uma das maiores fissuras comprometedoras de eficiência e eficácia dos planejamentos no serviço público brasileiro, especialmente para as áreas estratégicas, isso porque, ao longo da formação do Estado brasileiro e de suas instituições, em geral, o PNT tem sido o preferido, em detrimento do PES. O PNT desfoca o sujeito planejador da realidade.

Esse tipo de planejamento segue a linha do positivismo determinista, com a concepção predizível e previsível de causa e efeito, com racionalidade apenas técnica. Esse tipo de plano assume inadvertidamente “[...] problemas bem estruturados, permitindo ajustar artificialmente a realidade às possibilidades de solução com os métodos tradicionais das ciências” (MATUS, 1997, p. 119).

Por outro lado, no PES, o sujeito planejador está dentro da realidade – em que sujeito e objeto diagnosticados são indissociáveis, havendo uma participação plu-

ral de atores -, visando encontrar soluções ao problema demandado. Para lidar com problemas complexos e focar o desenvolvimento sustentável, os planos/planejamentos devem ser estratégicos, pois a:

[...] análise estratégica [...] desconfia da predição e valoriza o conceito de aposta. Raciocina por meio de sistemas criativos e abertos a muitas possibilidades, nas quais os atores, ligados a visões subjetivas do mundo, lutam para mudar o resultado do jogo do qual participam. (MATUS, 1996, p. 11).

Por alternativa, o planejamento participativo autossustentado é composto por três componentes básicos: capacidade de realizar o autodiagnóstico, ou seja, entender com consciência crítica e autocrítica os problemas a partir da participação comunitária; formulação de estratégias de enfrentamento dos problemas detectados, no sentido de unir teoria à prática; conhecimento para resolver a partir de uma organização necessária e capaz.

Com relação às políticas públicas, é racional ressaltar que qualquer programa, planejamento ou plano de governo que vise ao desenvolvimento sustentável para a resolução de problema ou desequilíbrio social necessita pautar-se em pelo menos quatro qualidades políticas indispensáveis: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo autossustentado (DEMO, 1994).

A representatividade deve ser entendida como defensora das reivindicações e demandas sociais do povo que elegeu seu representante. A legitimidade deve ser compreendida como processo participativo fundado no Estado de direito, de forma democrática e comunitária, respeitando as regras do jogo em comum. A participação de base é a medula do processo, porque se caracteriza

como a vontade da maioria, de baixo para cima, do local para o regional, do regional para o nacional, e não o inverso, como é historicamente praticado no Brasil. Não havendo essa participação, não há consolidação democrática. O povo não pode servir apenas como massa de manobra, matéria de exploração ou exército de reserva, sem participação nas decisões políticas (DEMO, 1994).

Na análise operacional das políticas públicas, faz-se necessário definir conceitualmente o que é política pública. A política pública, em linhas gerais, adéqua-se ao uso do termo em inglês “*policy*” como sendo programas de ações governamentais concretos, direcionados técnica e administrativamente com o objetivo de atender a uma demanda social existente. O estudo de uma política pública, na perspectiva teórico-crítica, implica o enfrentamento da tensão decorrente da necessidade de uma postura objetiva de práticas pelos agentes públicos, aliada a um comprometimento político com a luta pela construção de alternativas sociais significativas (XAVIER, 2009).

Partindo desses pressupostos, política pública pode ser entendida como: 1) algo que o governo opta em fazer ou não em face de uma situação; 2) a forma de efetivar a ação do Estado por meio de investimentos de recursos do próprio Estado; 3) no caso de admitir delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um meio de dominação; e, 4) ao mesmo tempo que uma política pública se constitui como uma decisão, também supõe que certa ideologia da mudança social esteja explícita na sua formulação ou não. Para que uma política pública alcance o atendimento de uma demanda social, ela precisa de planejamento, desenvolvimento e fiscalização.

Com efeito, a aplicação de políticas públicas depende de uma racionalidade diante da realidade, as quais podem ser influenciadas por fatores como: o projeto político dominante (as macropolíticas em vigência); as demandas sociais (necessidades e interesses da população, com as vias e instâncias políticas de expressão); os recursos disponíveis (técnicos, logísticos e humanos); as propostas alternativas e o capital político de grupos não hegemônicos; o desenvolvimento institucional da sociedade e o contexto internacional. Todos esses fatores agem explícita ou implicitamente sobre a aplicabilidade de programas públicos governamentais na sociedade globalizada. A política econômica neoliberal imposta aos países capitalistas, sobretudo os de economia periférica como o Brasil, exige não somente um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, mas também a concretização de seu programa.

Dessa forma, o projeto neoliberal há de ser efetivado a qualquer custo em detrimento das reformas no âmbito social. O neoliberalismo, como observa Boron (1999, p. 11):

[...] não só impôs o seu programa, mas também, inclusive, mudou para proveito seu o sentido das palavras. O vocabulário 'reforma', por exemplo, que antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista - e que, fiel a uma concepção iluminista, remetia a transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade mais igualitária, democrática e humana - foi apropriado e 'reconvertido' pelos ideólogos do neoliberalismo num signifiante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático.

Para que exista uma política pública com características de reforma e direcionada para uma demanda social determinada, é necessário que uma situação estabelecida requeira solução através de uma ação política. Isso signifi-

ca uma reivindicação coletiva em virtude de estar ocorrendo no âmbito social algo como um conflito ou um problema que afete toda uma coletividade ou a convivência social.

Nesse caso, a situação se tornará um problema político e dependerá de uma mobilização de recursos de poder por parte de grandes ou pequenos grupos, ou de atores individuais estrategicamente localizados; que a situação de conflito ou demanda seja uma situação efetivamente de crise, calamidade ou catastrófica; por fim, que o problema seja uma situação de oportunidades para que os atores sociais encontrem ou viabilizem seu capital político (XAVIER, 2009).

Nesse caso,

[...] uma política pública também facilita amplos consensos sociais e promove o desenvolvimento do sistema institucional, tornando possível o controle cidadão e a responsabilidade pública dos governos de plantão. As políticas públicas são também instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã. (BOBBIO, 2003, p. 16).

Sob esse prisma, as políticas públicas, ao serem concretizadas, contribuem efetivamente para que os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, coletivos e os direitos humanos sejam alcançados e, assim, o Estado democrático de direito seja fortalecido e a cidadania conquistada. Sabe-se que, num Estado democrático de direito, ser cidadão significa gozar de todos os seus direitos previstos nos diversos dispositivos legais. Nesse caso, a segurança pública está indispensavelmente incluída nesses direitos, conforme delinea a própria Constituição Federal em seu artigo 6º (BRASIL, 1988).

Conforme Bucci (2001, p. 6):

[...] [p]or definição, todo direito é política pública, e nisso está a vontade coletiva da sociedade expressa em normas obrigatórias; e toda política pública é direito; nisso ela depende das leis e do processo jurídico para pelo menos algum aspecto da sua existência.

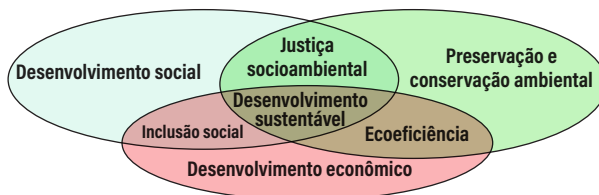
Postula-se que os planos, planejamentos e projetos, para serem sustentáveis, não foquem ou se limitem apenas às questões econômicas sem defender com afincos o sustentável. É racional postular que o termo “sustentável” tem sentido amplo como adjetivo derivado do verbo latino “*sustentare*”, que significa o que pode ser mantido, que pode ser perpetuado, estando implícito o fator tempo.

As questões econômicas e ambientais caminham de forma indissociável. Qualquer tentativa de separá-las estaria fadada ao insucesso.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 26).

Desse modo, os planejamentos e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável devem primar indubitavelmente pelo que é exposto adiante:

Figura 1 - Desenvolvimento Sustentável: o que é, objetivo e exemplos



Fonte: Toda Matéria (2020).

Desse modo, o desenvolvimento sustentável tem como princípios: desenvolvimento social, justiça socioambiental, preservação e conservação ambiental, inclusão social, ecoeficiência e desenvolvimento econômico. Não há ou não pode haver desenvolvimento sustentável sem o alcance dessas premissas (SACHS, 2004; SEN, 1999, 2008, 2010).

Nessa perspectiva, os planejamentos e as políticas públicas devem passar ou primar pelas etapas de desenvolvimento sustentável com vistas à sustentabilidade, podendo alcançar, como resultado de modelo produtor, o patamar sustentável finalmente. Destarte, vale considerar, segundo Feil e Schreiber (2017, p. 678), que

[...] sustentabilidade é um processo que mensura o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano com o intuito de avaliar a distância deste em relação ao sustentável [...]; O desenvolvimento sustentável é o processo que entra em cena com base em estratégias para aproximar o sistema ambiental humano ao nível de sustentabilidade com vistas a que a vida deste complexo sistema se harmonize e perpetue ao longo do tempo [...]; A ideia de sustentável é suportada pelo processo de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, ou seja, pode ser considerada um ‘guarda-chuva’.

Assim, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que satisfaz às necessidades das gerações do presente utilizando os recursos de que dispõe sem comprometer a capacidade produtiva e sem atingir o ambiente de modo comprometedor. Com isso feito, atinge-se a sustentabilidade como etapa de equilíbrio ecológico e de qualidade de vida na relação intrínseca entre ser humano e ambiente no presente sem comprometer as gerações futuras de também satisfazerem às suas necessidades com

segurança. Após a exequibilidade das duas primeiras etapas, consolida-se o “sustentável” de forma geral.

É salutar mencionar que o planejamento para o desenvolvimento sustentável ocorre quando há a prática da sociobiodiversidade e a promoção da sustentabilidade. Para tanto, os planos, planejamentos e projetos são efetivados com base na inovação tecnológica, capaz de expandir as limitações das atividades econômicas e solucionar a escassez de recursos, compensando ou sem prejuízos ambientais, efetivando o desenvolvimento sustentado – a sustentabilidade – e alcançando o sustentável de forma coerente e socialmente desejável.

Conclusão

O objetivo geral e precípua deste texto foi o debate teórico-epistemológico e conceitual sobre as categorias planejamento, políticas públicas e sustentável. No desenvolvimento da escrita, apurou-se que, ao longo da formação do Estado brasileiro e de suas instituições, em geral, o PNT, inclusive com base no economicismo, tem sido o preferido, em detrimento do PES.

Nesta escrita restou demonstrado que o problema é que o primeiro não consegue formular nem implementar políticas públicas diante das demandas sociais do Estado moderno; além disso, desfoca o sujeito planejador da realidade visando atender a uma minoria e/ou a interesses individualizados, em detrimento da maioria ou do coletivo. Por outro lado, o PES requer a participação e a inclusão dos sujeitos sociais para tomadas de decisão focais visando ao bem comum e à coletividade.

Por fim, a gestão pública, os planejamentos e as políticas públicas sustentáveis são efetivados quando per-

cebemos estar ocorrendo um desenvolvimento no âmbito de uma sociedade ecologicamente equilibrada, em que os recursos naturais estão sendo utilizados nas gerações do presente sem nenhum risco de comprometimento ou desequilíbrio de subsistência e existência para as gerações futuras.

Referências

- BOBBIO, N. Derecha e izquierda: razones y significado de una distinción política. *In*: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (org.). *Políticas públicas*: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- BORON, A. Os “novos Leviatã” e a pólis democrática: neo-liberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. *In*: SADER, E.; GENTILLI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo II*: que Estado para que democracia?. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-67.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BUCCI, M. P. D. *et al. Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo: Pólis, 2001.
- CASTOR, B. V. J.; SUGA, N. Planejamento e ação planejada: o difícil binômio. *Planejamento e Gestão*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 7-16, 1989.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DEMO, P. *Pobre política*. São Paulo: Autores Associados, 1994.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e al-

cances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATUS, C. *Adeus, senhor presidente, governantes e governados*. São Paulo: Fundap, 1997.

MISOCZKY, M. C. A.; GUEDES, P. *Planejamento e programação na administração pública*. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: Capes: UAB, 2011.

OLIVEIRA, J. A.; MEDEIROS, M. P. M. *Gestão de pessoas no setor público*. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: Capes: UAB, 2011.

SACHS, I. *Desenvolvimento*: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TRUJILLO FERRARI, A. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

XAVIER, A. R. Políticas públicas de segurança. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 4, p. 43-75, 2009.

XAVIER, A. R. *et al*. Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021.

XAVIER, A. R.; TAVARES, R. S. A.; FIALHO, L. M. F. *Administração pública*: desafios contemporâneos. Fortaleza: EdUECE, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap2>

KARLA RENATA DE AGUIAR MUNIZ

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Psicologia Forense e Jurídica pela Faculdade Unyleya e graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora do grupo de pesquisa Gestão em Políticas Sociais (GPS/CNPq/ICSA-Unilab) no Projeto Institucional: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (Proppg-Unilab).

E-mail: karlla.renata@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4007-2482>

JOSÉ ROGÉRIO SANTANA

Pós-doutor pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em Pedagogia também pela UFC. Professor associado da UFC na Faculdade de Educação (Faced). Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Pesquisas e Avaliações Métricas/Cultura Digital *Maker* (Labpam/CD *Maker*-CNPq/Faced/UFC) e pesquisador no Projeto Institucional: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (Proppg-Unilab).

E-mail: rogesantana@ufc.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8327-5864>

SAMIA NAGIB MALUF

Pós-doutora em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal, doutora em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Mídia e Conhecimento da Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Gestão Estratégica em *Marketing* pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade de Ciências Gerenciais (UNA-MG). Professora associada e vice-diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Pesquisadora na área de Políticas e Planejamento Governamental, Desenvolvimento Econômico, Políticas Públicas, Crescimento e Economia Internacional.

E-mail: samia@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8319-555X>

Introdução

A primeira ressalva ou esclarecimento a se deixar posta/o é que este texto não pretende discutir gestão cultural e políticas culturais a partir dos princípios e fundamentos da administração, das questões financeiro-contábeis, dos projetos para a aquisição de patrocínios públicos e/ou privados para ações de promoção de eventos culturais ou até mesmo debater sobre a legislação, normas e diretrizes que regulamentam e normatizam as atividades culturais, muito embora o título deste capítulo possa parecer ou induzir a esse entendimento.

Com efeito, a finalidade precípua deste texto é compreender e, ao mesmo tempo, explicitar sobre gestão e políticas culturais, suas definições, contextos, desafios e perspectivas. Para tanto, debruçamo-nos sobre interpretação teórico-epistemológica de livros, documentos, artigos de periódicos, etc., que permitem compor um primeiro quadro desse campo e que servem de base para estudos diversos sobre a cultura como uma área necessária de políticas e de gestão públicas. Nesse sentido, partimos da ideia geral de que gestão cultural é um processo de valorização e reconhecimento identitário presente no legado cultural diverso existente e revelado no patrimônio histórico material e imaterial da sociedade brasileira.

A discussão sobre gestão cultural e políticas culturais, pelo menos no cenário brasileiro, é uma temática relativamente nova, mas que necessita ter o debate aprofundado visando trazer à tona os desafios, dilemas e fissuras que essa temática apresenta. Embora tenhamos tido alguns avanços e ampliações de planos, programas, projetos e ações voltados para a gestão cultural a partir sobretudo da governança nacional de 2003, muitas fissuras ou lacunas continuam presentes no que diz respeito à gestão cultural contemporânea em algumas questões cruciais. Tais paradoxos ou dilemas são mais preponderantes principalmente em âmbito de legislação, burocracia, gestão de pessoas, planejamento, ações estratégicas exequíveis, recursos e execução orçamentária, especialmente no âmbito político-ideológico.

Metodologicamente este estudo é de natureza básica, qualitativa, teórico-descritiva, de análise sócio-histórica contextual crítica, fundamentado em pesquisa bibliográfica de fontes secundárias, tais como: livros, artigos de periódicos científicos, legislações e documentos oficiais de governo.

Gestão de políticas culturais: desafios e paradoxos

O conceito antropológico de cultura é que pertence a um:

[...] sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GERTZ, 1978, p. 103).

Nesse sentido, cultura tem o significado da produção material e imaterial da humanidade, suas representações

simbólicas e reais. É na cultura que se revelam identidade, sentido e razão da essência de indivíduos e coletividades, seus costumes, tradições, práticas e produções visando ao desenvolvimento ideológico e técnico e ao progresso humano. Contudo, para isso, faz-se necessária a viabilização de políticas culturais, sobretudo políticas públicas. Assim, cabe-nos a seguinte indagação: qual o conceito e o contexto das políticas culturais no Brasil?

Ao falar de políticas culturais, mesmo com todas as questões teóricas que possa suscitar o conceito de cultura, a maior parte dos estudiosos concorda que se trata de um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, instituições civis, entidades privadas, grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população. (CALABRE, 2010, p. 2).

As gestões de políticas culturais não são ou não devem ser regidas pela lógica de mercado, pois não se espera retorno rentável aos cofres da gestão. Outra ressalva é a de que a gestão cultural não deve ter como agente promotor somente o Estado, pois, se assim for, teremos um dirigismo ou patrimonialismo estatal impedindo, dessa forma, o pluralismo e o multiculturalismo de outros atores culturais. Em contrapartida, se a gestão cultural primar apenas pelo mercado como agente promotor das políticas culturais, cair-se-á no mercantilismo e/ou privatismo cultural contemporâneo (HALL, 2002).

Diante de tais riscos no tocante ao desenvolvimento de políticas culturais, é imperioso que a gestão e os gestores de políticas culturais fomentem e incentivem a compreensão da cultura como um bem individual e coletivo a ser promovido por todos, sejam pessoas físicas e/

ou entidades jurídicas organizacionais e instituições, de um modo geral, visando à gestão capacitada, qualificada e compartilhada de interesse coletivo (AVELAR, 2008; BORTOLHO, 2000; BRASIL, 1988, 1996; CUNHA, 2007).

Ao integrar a pauta das políticas públicas, a cultura exige, por parte das administrações, uma maior qualificação, tanto dos quadros funcionais, quanto das ações elaboradas, buscando que estas últimas se transformem efetivamente em políticas, que não permaneçam como um aglomerado de projetos individuais ou de um conjunto de atos desconectados entre si. (CALABRE, 2010, p. 2).

A efetivação eficiente e eficaz na seara da gestão cultural e o desenvolvimento de políticas culturais necessitam considerar uma questão primeira: a gestão cultural e as políticas culturais se apresentam como um permanente:

[...] embate entre o otimismo da vontade e a aridez da máquina administrativa, resultado muitas vezes da dificuldade de diálogo entre as lógicas organizacionais da administração pública e da cultura e das próprias características e conformação do campo cultural. (FREITAS, 2010, p. 1).

Apesar desses dilemas, paradoxos, impasses e “[...] poucos recursos materiais e humanos que historicamente foram destinados ao setor”, as experiências de políticas públicas culturais do Brasil já podem ser consideradas um campo consistente multidisciplinar para a “[...] pesquisa e reflexão acadêmicas” (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 13).

Após um apanhado histórico-contextual, consoante Rubim e Barbalho (2007), não é viável considerar efetivamente políticas culturais no Brasil no período da Colônia (1500-1822), da Monarquia (1822-1889) ou mesmo da Primeira República (1889-1930), embora neste último período tenham ocorrido algumas ações culturais pontuais, so-

bretudo na área de patrimônio. Desse modo, o percurso dificultoso, autoritário e elitista retardou sobremaneira a promoção e a efetivação de políticas culturais de abrangência representativa nacional. Outro desafio, como acen-tua Rubim (2017, p. 127), é a “[...] exagerada burocracia e a deficiente condição de funcionamento [que] afetam a ca-pacidade de planejamento e gestão”.

Com efeito, as políticas culturais somente começam a entrar em seu lócus apropriado a partir da Segunda Re-pública, inaugurada por Getúlio Vargas no ano de 1930. As ações mais significativas no campo da cultura iniciam-se na Era Vargas, dos idos de 1930 a 1945, indo da criação do Departamento de Cultura de São Paulo (1935), passan-do pela Política Nacional de Cultura da Ditadura Militar da década 1970 e pela criação do Ministério da Cultura a partir da Redemocratização na década de 1980, até se al-cançar as significativas transformações promovidas pela gestão de Gilberto Gil à frente da pasta do Ministério da Cultura no período de 2003 a 2008.

Reconhecida e coerentemente, o desenvolvimento de políticas culturais está diretamente relacionado com a governança democrática. Desse modo, com a abertura política a partir do ano de 1985 e da promulgação da Cons-tituição Federal de 1988, as possibilidades de efetivação de políticas culturais se tornaram mais viáveis, sobretudo a partir dos estudos culturais interligados ao patrimônio histórico-cultural tangível e intangível ou material e ima-terial (BRASIL, 1988).

De acordo com esse dispositivo constitucional, as políticas culturais podem e devem ser implementadas a partir da compreensão dos elementos simbólicos e reais que compõem o Patrimônio Cultural, ou seja, o conjunto de bens, que está definido em três categorias: material,

imaterial e natural, que compõem as formas identitárias e simbólicas da nação.

Nessa perspectiva, não há de se iludir com o discurso alimentador de que o patrimônio é a casa de um filho ou vulto ilustre da cidade, a igreja mais bonita, os monumentos ou as coisas mais antigas. Para não se repetir os mesmos erros do passado, necessário se faz buscar o entendimento de que o patrimônio, seja material, imaterial ou natural, é objeto de estudo cultural sempre no presente e que esse patrimônio é o legado cultural ou a construção simbólica, identitária e de pertencimento de um povo, grupo de pessoas, coletividade, comunidade e/ou sociedade, o que se coaduna, no caso brasileiro, com a produção material e legado imaterial de três povos distintos e misturados: nativos (índios), europeus e africanos.

O caminho para esse reconhecimento identitário do patrimônio cultural está indissociavelmente vinculado ao desenvolvimento efetivo de políticas culturais que divulguem, fomentem e promovam o que é e o que representa o patrimônio histórico-cultural. Para tanto, deve ser exigido do Estado e de seus agentes mobilizadores da cultura a efetivação da Educação Patrimonial visando à conscientização da sociedade em relação à valorização, conhecimento e reconhecimento do arcabouço cultural do país (TAMANINI; PEIXER, 2007).

Indubitavelmente, o Brasil é dotado de um rico e diverso patrimônio, seja material, imaterial e/ou natural, que deve ser reconhecido, divulgado, valorizado e preservado, porque ele compõe o patrimônio cultural como um todo, por isso não pode ser esquecido e/ou desvalorizado. Esse patrimônio é vivo, latente e requer vivificação sempre.

Com efeito, a implantação, promoção e efetivação das políticas culturais brasileiras têm sido pontuais de

acordo com as características político-econômicas, obedecendo ao *status* social das classes formadoras da sociedade brasileira em seus respectivos contextos. Nesse sentido, Chauí (1995) aponta quatro momentos principais de modalidades de relação do Estado brasileiro com a cultura e, por extensão, de pertinência às respectivas políticas culturais. As relações, com suas respectivas tendências, nos diferentes contextos, resumem, de forma didática, a preferência de manifestações culturais adotadas pelas respectivas classes sociais que as representam:

I - A liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais. II - A do Estado autoritário, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil. III - A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural. IV - A neoliberal, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media* e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais. Do lado dos produtores e agentes culturais, o modo tradicional de relação com os órgãos públicos de cultura é o clientelismo individual ou das corporações artísticas que encaram o Estado sob a perspectiva do grande balcão de subsídios e patrocínios financeiros. (CHAUÍ, 1995, p. 81).

Contra essa estrutura conservadora e elitista de ver a cultura e as políticas culturais, Chauí (1995) não somente

tece críticas peculiares, mas propõe algumas alternativas, tais como: a) ampliação do conceito de cultura não somente restrito ao campo das belas-artes, mas percebendo o sentido antropológico de cultura presente nas invenções de símbolos, signos, valores, ideias e comportamentos diversos pertencentes a todas as pessoas como sujeitos culturais; b) negação da visão autoritária de cultura do estadismo cultural produtor e promotor de uma cultura oficial, mas sim o Estado como estimulador e apoiador das manifestações culturais em suas mais diversas e variadas dimensões; c) dizer não à concepção reducionista polarizada entre cultura popular e elitista. Chauí (1995, p. 82) também se posiciona assegurando que a

[...] diferença na criação cultural passa por outro lugar, qual seja, entre a experimentação inovadora e crítica e a repetição conservadora, pois tanto uma quanto outra podem estar presentes na produção dita de elite e também na produção dita popular.

Por fim, Chauí (1995, p. 82) também demonstra ser contra a política mercadológica neoliberal da *fashion culture* fetichizada pela grande mídia e propõe que as ações ou políticas culturais estatais tenham o caráter público com

[...] a abertura de campos de atividade não submetidos ao poderio dos padrões fixados pela *mass media* [...] definir o papel do poder público na prestação de serviços culturais (como bibliotecas e escolas de arte) e no financiamento de produções culturais propostas pela sociedade.

Continuando a análise no âmbito contextual das políticas culturais, verifica-se que, após o golpe militar de 1964, o Brasil passou a viver o período de recessão, censura e desintegração dos projetos voltados para as políticas cultu-

rais implantados pelos governos anteriores. Calabre (2005) registra que, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo do presidente José Sarney promulgou a Lei nº 7.505, de incentivo à cultura. Tal dispositivo funcionava a partir de renúncia fiscal. Em 1990, já no início do governo Collor, após muitas críticas, essa lei foi extinta. No governo de Fernando Collor de Mello, houve uma mudança geral na estrutura federal da cultura com a promulgação da Lei nº 8.029, em abril de 1990. Por essa lei, foram extintos diversos órgãos federais destinados à implementação e à promoção das políticas culturais, tais como:

Funarte, Pró-Memória, Fundacen, FCB, Pró-Leitura e Embrafilme e reformulava outros tantos como o SPHAN. Todo o processo foi feito de maneira abrupta, interrompendo vários projetos, desmontando trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década. Collor extinguiu também o próprio Ministério da Cultura, criando uma Secretaria de Cultura que teve como primeiro Secretário Ipojuca Pontes que, em 1991, passou o cargo para Sérgio Paulo Rouanet. Em 1991, o governo Collor promulgou uma nova lei de incentivo à cultura. Através de Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que ficou conhecida como Lei Rouanet. (CALABRE, 2005, p. 8-9).

No governo seguinte, do presidente Itamar Franco, em 1992, o Ministério da Cultura foi recriado e o ministro Antônio Houaiss assumiu a pasta. Sequencialmente, a partir de 1994, outros ligados à cultura extintos pelo governo de Fernando Collor de Melo foram recriados, como:

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP)

e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (CALABRE, 2005, p. 8).

Em seguida, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas culturais passaram por transformações e implementações mais amplas e conceituais. Esse entendimento proporcionaria investimentos, promoções, difusões e novas abordagens nos campos sociológicos e antropológicos. Para tanto, novas legislações e estratégias lançadas pelo Ministério da Cultura (MinC) passaram a ganhar dimensões outras. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, juntamente com Francisco Weffort, seu ministro da cultura, leis, diretrizes e normas de incentivo à cultura foram implantados, sempre na visão sociológica da cultura e na perspectiva estratégica da democratização da cultura com projetos chancelados pelo MinC.

Conforme resume Calabre (2005, p. 8), no governo de Fernando Henrique um terço da legislação, diretrizes, normas e medidas provisórias foi de incentivo à cultura.

Por outro lado, o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura. Tal fato nos permite afirmar que as leis de incentivo tornaram-se a política cultural do Ministério da Cultura na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Francisco Weffort.

Contudo, foi no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, que o Brasil experimentou um projeto mais amplo e de maior atenção à cultura na perspectiva antropológica produzida

[...] através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem

seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. (BOTELHO, 2000, p. 3).

Resultados e discussão

Após análise histórico-contextual das gestões de políticas culturais no Brasil, Rubim, Barbalho e Calabre (2015) asseguram que as políticas culturais no Brasil podem ser analisadas a partir de duas principais ópticas. A primeira diz respeito a três tradições expressas em três vocábulos: “ausência”, “autoritarismo” e “instabilidade”, e a segunda consiste no enfrentamento dessas tradições a partir da governança do PT (2003-2016), iniciada no governo de Lula.

No tocante à primeira visão sobre as políticas culturais brasileiras e as tradições emblemáticas expressas nos diferentes contextos de ausências, autoritarismos e instabilidades, os autores supracitados explicitam os significados de cada uma delas. As ausências referem-se à falta de políticas culturais promovidas e fomentadas pelo Estado nas diversas gestões nos diferentes contextos em proveito regulatório realizado pelo mercado. Os autoritarismos vinculam-se às parcas políticas culturais dos governos autoritários/ditatoriais presentes na sociedade brasileira, inclusive nos alternados períodos de aspirações democráticas com desconhecimento ou *irreconhecimento*, “[...] perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão do acesso a determinadas modalidades culturais” (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p. 12). As instabilidades, decorrentes das anteriores, estão diretamente relacionadas às “[...] descontinuidades, fragilidades institucionais, repressão etc.” (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p. 12).

Em contraposição, no governo da gestão do PT, representada por Lula, as tradições emblemáticas foram enfrentadas com o diálogo sistemático com a sociedade, o que possibilitou formulação e realização de políticas culturais democraticamente. Nesse sentido, o conceito de cultura foi ampliado e o MinC promoveu abertura para o fomento, divulgação e efetivação de outras modalidades culturais, como: populares, indígenas, afro-brasileiras, de gênero, de orientações sexuais, audiovisuais, digitais, ciganas, das periferias, etc. (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015).

As políticas culturais se constituíram como políticas públicas porque foram baseadas em debates e deliberações negociadas com a sociedade e suas comunidades culturais [...]; As políticas públicas deram substrato à construção de políticas de Estado, que transcendem governos e possibilitam políticas nacionais de prazos mais longos. Dois dispositivos adquirem destaque nesta perspectiva: o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). A aprovação do PNC, em 2010, pelo Congresso Nacional (Emenda constitucional nº 48/2005) se contrapôs à tradição das instabilidades, dada sua vigência prevista para 10 anos. A construção do SNC, iniciada naqueles anos, em conjunto com estados, municípios e sociedade civil, buscando uma perspectiva federativa, visou consolidar estruturas e políticas, pactuadas e complementares, que viabilizassem a existência de programas de longo prazo, não submetidos às intempéries conjunturais. A articulação e sintonia fina entre PNC e SNC, nem sempre realizada, aparece como desafio neste horizonte. (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p. 21).

Foi nessa perspectiva, com sensibilidade e visão humanística e identitária com o seu povo e a cultura do país, que o próprio presidente Lula da Silva, em 2007, pronunciou:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. (RUBIM, 2010, p. 20).

Vale destacar que um dos carros-chefe dos dois governos de Lula, sobretudo a partir do segundo ano de mandato, 2004, foi o “Programa Arte Educação e Cidadania-Cultura Viva”, desenvolvido pelo MinC. Por esse programa, foram tecidas considerações diversas que visavam discutir questões que apontavam o imaginário do desenvolvimento no contexto político, social, econômico e educacional, bem como outros contextos a estes inerentes, que se correlacionam e se ressignificam no cenário da cultura e das políticas culturais. O programa partia do pressuposto de que é a cultura que possibilita pensar as bases do modelo de desenvolvimento social de forma integral na relação do homem com o planeta, com a terra, com o outro e consigo mesmo. Pensa-se na sustentabilidade, no bem-estar e na qualidade de vida do homem na contemporaneidade e no futuro (SILVA; ARAÚJO, 2010).

Foi também nos governos do PT, com o presidente Lula da Silva, Gilberto Gil e Juca Ferreira, ministros da cultura, respectivamente, que o Brasil experimentou um projeto mais amplo e de maior atenção à cultura dos afro-

-brasileiros e os nativos (indígenas) dentro de uma visão sociológica e antropológica de cultura (RUBIM, 2010).

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 26-A, com redação do texto alterada pelo artigo 1º da Lei nº 11.645, de 10 de fevereiro de 2008, estabelece que, nos espaços de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena seja obrigatório, corroborando a significativa Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que também alterou a LDB vigente para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Reconhecidamente, o advento da Lei nº 10.639/2003 e os demais dispositivos corroboradores previstos na legislação nacional, no tocante à inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial de ensino, significaram e significam conquistas paradigmáticas em busca da legalização e legitimação da equidade e justiça social para a diversidade étnico-racial. Resta, porém, ressaltar que tais conquistas não foram e não devem ser encaradas como benesses do poder estatal constituído, mas como resultados de lutas de longas datas de Movimentos Negros no país. Por isso mesmo,

A Lei nº 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 precisam ser compreendidos dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da es-

cola, nas práticas pedagógicas e curriculares e na formação inicial e continuada de professores(as) de forma mais contundente. (GOMES, 2011, p. 117).

Com efeito, é preciso relembrar que, apesar de no Brasil ter sido arraigada uma tradição de aprovação e promulgação de leis visando à solução de problemas sociais, estas nem sempre funcionam a contento, sendo que, muitas vezes, acabam caindo no descrédito, esquecimento ou passividade institucional. Para que isso não ocorra com os dispositivos legais supracitados e para que estes não fiquem apenas em âmbito do discurso, faz-se necessária uma avaliação periódica por parte da sociedade, em geral, e dos movimentos em defesa das políticas culturais étnico-raciais em específico (BUARQUE DE HOLANDA, 1995).

Uma análise da referida lei, do parecer e da resolução terá de avaliar em que medida eles contribuem para a compreensão da diversidade étnico-racial não só no âmbito educacional, mas também como uma questão política que se ramifica no conjunto de padrões de poder, de trabalho, de conhecimento, de classificação e hierarquização social e racial em nossa sociedade. Em outros termos, uma das questões a ser analisada é a articulação da Lei nº 10.639/03 e suas respectivas formas de regulamentação com o conjunto de políticas de Estado voltadas para a diversidade étnico-racial. (GOMES, 2011, p. 117).

Em seu artigo 26, a lei afirma que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Certamente, conforme Calabre (2010, p. 3), “As políticas culturais no Brasil somente se tornaram efetivamente objeto de estudos acadêmicos também a partir dos primei-

ros anos do século XXI”. Nesse sentido, é racional deixar posto o que afirmam em pesquisa Rubim, Barbalho e Calabre (2015, p. 10):

As gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no governo Lula, com (muitos) acertos e (alguns) erros, colocaram as políticas culturais em um expressivo patamar, nacional e internacional, nunca antes alcançado pelo Ministério da Cultura no país. Elas enfrentaram as tristes tradições – ausências, autoritarismos e instabilidades – que marcaram a trajetória das políticas culturais nacionais e inauguraram vigorosas políticas culturais em diversas áreas.

Com efeito, foi a partir da gestão do governo de Lula, na gestão do ministro Gilberto Gil, que se constatou realmente a implementação de esforços e práticas, colocando-se a cultura na agenda e formulação de políticas públicas. Todavia, apesar de significativos avanços, algumas lacunas permaneceram intactas. Foi o caso, por exemplo, da política de financiamento para a cultura, que só foi apreciada pelo Congresso Nacional no último ano do governo Lula, embora as discussões da matéria estivessem em pauta desde o primeiro ano do governo de Lula (2003). Essa demora terminou por dificultar e inviabilizar a efetivação de algumas políticas públicas culturais (RUBIM; BARBALHO, 2007).

No contexto do governo seguinte do PT, o da presidenta Dilma Vanna Rousseff (2011-2014/2015-2016), esperava-se uma continuidade até mais bem aprimorada das políticas culturais em relação ao governo anterior em razão de muitos projetos, ações, diretrizes e até legislações terem sido aprovados. Porém, conforme observam Rubim, Barbalho e Calabre (2015), a gestão do MinC no primeiro

ano de governo Dilma (2011-2012) se configurou opostamente à grande maioria das ações relativas às políticas culturais anteriores,

Chegando mesmo a gerar algumas áreas de conflito acentuadas, tais como a da problemática do direito autoral e a da forma de condução do Programa Cultura Viva. E aqui uma observação se faz importante. Pois no caso específico desse último, a crise de gestão e de relacionamento com o poder público federal e os atores envolvidos no processo e representados pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura se intensifica, ao mesmo tempo em que o programa aumenta sua escala nacional com a parceria de inúmeros estados, além de ganhar visibilidade internacional, fortalecendo redes de atores da sociedade civil com diversos países da América Latina. Tal processo complexo é um interessante indicador de algumas lógicas 'perversas' que ficam submetidas às políticas públicas. (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p. 44).

Conforme Barbalho (2015), o primeiro governo de Dilma (2011-2014), tendo à frente da pasta do MinC as ministras Ana de Holanda e Marta Suplicy, em vez de continuidade e aumento de expectativas positivas no âmbito do fomento e promoção das políticas culturais, o que houve foi frustração, pois a velha problemática e emblemática tradição da instabilidade, inclusive atingindo o Sistema Nacional de Cultura (SNC), “[...] como, por exemplo, a ação dos Pontos de Cultura e o engajamento em torno das licenças livres e alternativas no que se refere ao direito autoral”, apresentou-se e permaneceu fortemente (BARBALHO, 2015, p. 52).

Mas, na tentativa de reanimar de alguma forma as políticas culturais e visando combater atitudes e condutas desumanas e ilícitas de discriminações e preconceitos

diversos, foram lançados no primeiro governo de Dilma o Plano Nacional de Cultura e outras ações governamentais redimensionando o papel do Estado brasileiro e o trato com a cultura. Além do Plano Nacional de Cultura, foi aprovada e promulgada a Emenda Constitucional nº 71/2012, que introduz o Sistema de Cultura na Constituição Federal, a realização da III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 2013, com o tema: “Uma política de Estado para cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, bem como foram incentivados pelo governo federal inúmeras conferências, debates e ações voltados ao incentivo das políticas culturais nos 26 estados da confederação e no Distrito Federal, bem como em 2.068 municípios (BARBALHO, 2015).

Com efeito, as metas do Plano Nacional de Cultura previstas até 2020 consistem em ponto de confluência entre as ações culturais demandadas pela sociedade de um modo geral, regional e local, acontecendo com esforços e compromissos comuns em todas as esferas do poder público: União, estados e municípios. Todavia, na visão de Calabre (2015, p. 47-48):

O dado contemporâneo mais preocupante é o da ausência de elaboração de novos projetos de longo prazo. As ações e projetos que surgiram apenas retomaram a lógica do imediatismo. É importante ressaltar que o desejável para uma política cultural mais efetiva, por exemplo, não é o cumprimento burocrático das metas do Plano Nacional de Cultura, mas a potência e a vitalidade que isso possa promover, gerando impactos sobre a realidade. Para que isso ocorra, o processo tem que ser alimentado por diversos insumos.

É racional ressaltar que essas políticas com características de democratização cultural na perspectiva an-

tropológica e sociológica implementadas pelos governos do PT começaram a ter outros destinos e dimensões a partir da ruptura democrática com o *impeachment* ilegítimo da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016, tendo assumido o cargo de presidente da república brasileira o então vice-presidente de Dilma, Michel Temer, quem, após assumir o cargo como governo interino, extinguiu e, em seguida, recriou o MinC. A recriação imediata se deu em razão da grande representatividade consolidada nos governos anteriores somada a inúmeras resistências de representantes do setor, bem como em razão da mobilização de uma vasta representação de artistas e movimentos populares diversos (BARBALHO, 2018).

Conclusão

A gestão de políticas culturais não deve e não pode negar ou desconhecer a influência e contribuição significativas das culturas indígena, europeia e africana na formação material e imaterial da sociedade brasileira, que a determinam indiscutivelmente como uma nação multicultural e multiétnica. Em sentido mais específico, no caso brasileiro, não se deve ventilar dúvida de que as inúmeras expressões culturais legadas pelo encontro dessas etnias formam e reformam uma brasilidade complexa, repleta de diversidade cultural e, ao mesmo tempo, de heranças colonialistas de além-mar, que, muitas vezes, possibilitam desprezo, ignorância e desconhecimento das práticas culturais nativas (indígenas) e afro-brasileiras.

Apurou-se também que as gestões de políticas culturais no Brasil estiveram sempre marcadas por três tradições de entraves: ausência, autoritarismo e instabilidade.

Tais tradições marcaram historicamente a falta de desenvolvimento mais efetivo e fecundo das políticas culturais, tendo sido de alguma forma rompidas somente a partir da governança de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vanna Rousseff (2011-2014), ambos do PT.

Nesses governos, as políticas culturais foram levadas a cabo entrando na agenda governamental para serem transformadas em políticas públicas a partir de um amplo debate participativo com as diversas representações étnicas, camadas populares e comunidades tradicionais representantes do compósito diverso do arcabouço cultural brasileiro.

Assim, conclui-se esta pesquisa com o entendimento geral de que as gestões de políticas culturais necessitam dialogar com os inúmeros e diversos grupos e representações sociais do país em uma consonância imbricada entre os governos da União, estados e municípios. Compreende-se que as gestões de políticas culturais não podem nem devem ser apenas tuteladas pelas determinações estatais. Ao contrário, as políticas culturais devem ser pautadas nos anseios representativos materiais e imateriais dos diferentes segmentos sociais formadores da sociedade, levando em conta suas representações reais e simbólicas nos diferentes espaços e relações de vivências e experiências identitárias e significadoras para o sentimento de pertença do legado cultural individual e coletivamente.

Referências

AVELAR, R. *O avesso da cena*: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO, 2008.

BARBALHO, A. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: UFBA, 2015. p. 49-68.

BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.

BOTELHO, I. *Romance de formação*: Funarte e Política Cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 1986.

BRASIL. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003a.

BRASIL. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2003b.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de maio de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Plano Nacional da Cultura: Metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 maio 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: UFBA, 2015. p. 33-48.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um breve histórico. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 1., 2005, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2005.

CALABRE, L. Políticas culturais e práticas de consumo de cultura: estudos e questões do governo Lula. *In*: ENECULT. 6., 2010, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2010.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CUNHA, M. H. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: DUO, 2007.

FREITAS, E. P. Investigando os desafios e problemas da cultura na administração pública. *In*: ENECULT. 6., 2010, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2010.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: DP&A, 2002.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais na Bahia 2011-2014. *In*: CALABRE, L.; LIMA, D. R. (org.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 120-129.

RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: UFBA, 2010.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. Apresentação. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: UFBA, 2015. p. 9-10.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E. *Cultura viva*: avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania. Brasília, DF: Ipea, 2010.

TAMANINI, E.; PEIXER, Z. I. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: educação popular e herança cultural no século XXI. *Arqueologia Pública*, Campinas, v. 2, p. 23-32, 2007.

PRÁTICAS CULTURAIS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS, OCARA, CEARÁ

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap3>

MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO

Mestra em Ciências da Educação pela Absolute Christian University, mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Docência do Ensino Superior, em Gestão e Coordenação Escolar pela Faculdade Kurios (FAK) e em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Faculdade Única, licenciada em Pedagogia pela FAK e graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atualmente é professora efetiva do município de Ocara, lotada em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atua como colaboradora no projeto de pesquisa intitulado Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável.

E-mail: meirianehistoriadora@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2643-8911>

ANTÔNIO ROBERTO XAVIER

Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em Educação pela UFC, mestre em Sociologia e em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), graduado em História (licenciatura plena) pela UECE e em Pedagogia (licenciatura plena) pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) e professor do curso de graduação em Administração Pública presencial, ambos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); professor do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE; professor pesquisador (colaborador) do Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado e doutorado, da UFC. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab/ICSA/CNPq e pesquisador integrante do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime) da UFC/CNPq.

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

CARLOS MENDES TAVARES

Pós-doutor e doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e Estatístico pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Atualmente é professor adjunto III da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e atua como professor de Métodos Quantitativos do curso de Administração Pública e de Estatística do Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Unilab. Exerce, desde 1º de abril de 2020, o cargo de pró-reitor de Extensão, Arte e Cultura.

E-mail: carlostavares@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2874-0866>

Introdução

A escrita deste trabalho aborda as práticas culturais sustentáveis, modo de vida e resistência de povos remanescentes quilombolas da Comunidade de Melancias, município de Ocara, Ceará, Brasil. Desse modo, ao conhecer a historiografia dos remanescentes, desde as suas ancestralidades, desenvolvemos em seu percurso a etnografia, com base na dialética, por discorrer sobre a dinâmica cotidiana imbuída nos conhecimentos formais ou informais, unindo teoria e prática. A dialética presente no percurso da pesquisa tem como objetivo desenvolver a crítica e a autocrítica, partindo da realidade social, interligando subjetividades e objetividades, dinamizando a análise concreta, a teoria e a práxis e observando o contexto das ações humanas em seus aspectos globais (XAVIER *et al.*, 2021).

A pesquisa, além de fundamentação teórica, contou com pesquisa de campo por meio de visitas aos moradores da comunidade em epígrafe. Num segundo momento, realizamos entrevistas através do WhatsApp, por não ser possível retornar à comunidade neste momento por conta da pandemia causada pela Covid-19. Nesse caso, a tecnologia está sendo imprescindível para a conclusão da pesquisa em lócus, enfatizando a seriedade legal da pesquisa de campo, em que “[...] a coleta dos dados não sofreu

intervenção por parte dos pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, visa às informações vivenciadas e discutidas em rodas de conversas informais, partindo das nossas inquietações em conhecer a cultura disseminada pelos povos quilombolas da referida comunidade, imbricada nas heranças culturais dos ancestrais preservadas pela história oral e as tradições repassadas e vivenciadas nas diferentes gerações. Desse modo, como a cultura dos remanescentes sobrevive em uma sociedade miscigenada, eurocêntrica, preconceituosa e excludente, enfatizando a economia tradicional da agricultura como base sustentável com o mínimo de políticas públicas?

Desse modo, torna-se necessária a busca de parceiras para fortalecer as práticas de trabalho desenvolvidas de forma harmoniosa, coletiva, de maneira a propiciar mais dignidade e qualidade de vida às pessoas da comunidade. Nessa interação entre sujeito e pesquisa qualitativa, “[...] o texto não escapa a uma posição no contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante” (CHIZZOTTI, 2013, p. 230).

Para van Bellen (2006), as práticas sustentáveis devem suprir as necessidades das gerações presentes sem causar prejuízos às gerações futuras e manter o equilíbrio entre o homem e a natureza, evitando o desperdício e a exploração desnecessária do planeta. Desse modo, o fomento das políticas sustentáveis deve ser permanente e resistente aos modos de exploração e degradação apresentados na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, buscamos conhecer e compreender as práticas culturais sustentáveis desenvolvidas na comunidade quilombola denominada Lagoa das Melan-

cias. A pesquisa em tela está sendo realizada em uma comunidade rural de povos remanescentes de quilombolas localizada em Ocara, Ceará, Brasil, os quais vivenciam as práticas culturais herdadas de seus antepassados.

No desenvolvimento do referido trabalho, apresentaremos as diferentes práticas culturais sustentáveis desenvolvidas por jovens e idosas da comunidade, fazendo uma explanação sucinta do artesanato de fuxico, da roda de capoeira e do uso do cabelo rastafári, propagado por jovens mulheres da comunidade. A cultura tradicional da agricultura como atividade principal dessa comunidade constitui uma das referências no manejo sustentável desta região.

Quilombos: políticas públicas e práticas culturais

Vivemos em um mundo dinamicamente interligado e indissociável dos legados culturais do passado que unem o presente, perdendo e ganhando traços e vivências múltiplas que incorporam e massificam o entendimento cultural praticado por diferentes povos, em suas diversas maneiras de ver e sentir o mundo para de fato compreender sua identidade e o sentimento arraigado de cultivar e disseminar práticas culturais diversas. Segundo Burke (1999, p. 21), em consonância com outros antropólogos e historiadores, isso se deve a uma construção histórica e social definida pela cultura como “[...] um sistema de significados, atitudes e valores compartilhados, e as formas simbólicas (apresentações e artefatos) nas quais eles se expressam ou se incorporam”.

Desse modo, a identidade cultural surge do sentimento de “pertencimento” à cultura étnico-racial e aos diversos legados vivenciados cotidianamente, originando a identidade de um povo visto como desterrado da própria

terra, como diz Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995). Porém, os negros, através de lutas travadas severamente, de sofrimentos e de muito sangue derramado, tiveram a coragem e a resistência de enfrentar as amarras do colonizador, superar a repressão e deixar um legado vitorioso de direitos essenciais que são assegurados na contemporaneidade.

Segundo o Decreto nº 4.887/2003, são denominados comunidades quilombolas grupos étnico-raciais conforme critérios de autoatribuição, tendo como referência um percurso histórico próprio, baseado em relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra com afinidade à resistência contra a opressão histórica sofrida. As comunidades quilombolas estão localizadas em 24 estados do Brasil, em sua maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco, exceto os estados do Acre e Roraima, bem como o Distrito Federal, nos quais não aparecem registros de comunidades remanescentes de povos quilombolas (BRASIL, 2013).

Podemos considerar que uma comunidade é quilombola a partir da certificação da terra, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que atribui que as comunidades desenvolvam ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural, registrado pela Portaria da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007 (BRASIL, 2013).

As comunidades quilombolas brasileiras passam a existir legalmente a partir da regularização fundiária, com a posse proprietária de terras para o trabalho de subsistência. O processo acontece através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e com a Secretaria de Patrimônio da União (BRASIL, 2013).

Com a resistência e a luta dos remanescentes quilombolas, podemos acompanhar no Guia de Políticas Públicas algumas conquistas para as comunidades quilombolas no ano de 2013, com base legal:

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal - Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT - Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos. Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) - Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial - Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 - Trata da regularização do Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola. Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Instrução Normativa In-cra nº 57, de 20 de outubro de 2009 - Regulamenta a demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. (BRASIL, 2013, p. 15).

Vale ressaltar que a resistência dos refugiados e a luta para tornar seus direitos assegurados em políticas públicas foram direitos negados secularmente, devido à fúria do opressor em dominar negros, negras, crianças, jovens, adultos e velhos por mão de obra escravizada; “[...]”

em 1888, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão” (NEINB, 2007, p. 31).

O Ceará se adiantou e começou o processo de libertação de escravos em 1884, sendo a cidade de Redenção a pioneira nesse legado histórico. Contamos hoje com o Museu Senzala Negro Liberto, que rememora todo o percurso histórico da época. Em reparação aos tempos de negação dos direitos dos negros, a cidade foi contemplada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2010 com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que integra os negros de países que foram escravizados e africanos, com direito a cotas e bolsas de estudo em nível superior fazendo intercâmbios em terras brasileiras. Observando os anos das publicações, é visível que os decretos de políticas públicas e valorização da cultura dos quilombolas tiveram ênfase durante os governos de Lula e Dilma, época de fomento à inclusão social, acolhimento e oportunidades aos menos favorecidos.

Nesse sentido, a Unilab soa e ressoa como uma política pública de acesso ao ensino superior para o Brasil e países lusófonos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que retrata e reconhece as práticas culturais étnico-raciais ancestrais presentes na sociedade brasileira. Assim, trazemos à baila algumas dessas práticas culturais, tais como: artesanato, capoeira e cabelo rastafári, numa comunidade de afrodescendentes em Lagoa das Melancias, no município de Ocara, estado do Ceará.

O artesanato de fuxico

Com o processo da industrialização e os avanços crescentes de novas tecnologias que facilitam e desenvolvem com rapidez diversas produções industriais, os tra-

balhos manufatureiros se tornaram menos valorizados. Mesmo assim, diante dos fatos sociais, um pequeno grupo de mulheres desenvolve com maestria o artesanato com pequenos retalhos de tecidos na confecção de tapetes, colchas, entre outras peças que são utilizadas cotidianamente pelas mulheres nos cuidados da limpeza e da ornamentação dos lares. A prática do artesanato desenvolvido pelas mulheres quilombolas de Melancias é um trabalho reciclável, pois utilizam pedaços de tecidos dos cortes de peças de roupas das fábricas, restos de tecidos em tamanhos pequenos, que, ao invés de serem jogados no lixo, são transformados em lindas peças úteis que, além de necessárias, embelezam as casas. O trabalho das mulheres é manual, terapêutico, criativo e de subsistência.

Imagem 1 - Toalha artesanal de fuxico



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Na Imagem 1, apresentamos uma toalha de mesa produzida por dona Maria, mulher descendente de quilombolas da comunidade em estudo. Ao observar o trabalho, percebemos a grandeza da produção do artesanato desenvolvido minuciosamente a partir de pedaços de tecidos cortados em pequenos diâmetros no formato de circunferência, pontilhados em seu entorno ponto a ponto com agulha

manual, com um franzido unindo toda a borda do tecido, formando uma espécie de flor, conhecido como fuxico.

Durante a roda de conversa, dona Maria não soube informar com precisão quantos fuxicos são necessários para formar uma toalha de mesa, pois depende do diâmetro de cada superfície, mas afirmou que são muitos fuxicos para unir um ao outro e formar uma toalha, tapete, colcha de cama, entre outras peças utilizadas na cozinha para envolver objetos como o copo do liquidificador, garrafão de água e outros. Dona Maria expressou sua satisfação de trabalhar com o artesanato. Apesar de ser um trabalho demorado, por requerer muito tempo para finalizar uma peça, ela afirmou ser prazeroso se envolver na arte e ver o resultado final. Segundo a artesã, o trabalho exige concentração, atenção, paciência, sendo tão gratificante que dá vontade de apreciar a beleza durante muito tempo e acumular todas as peças, porém é preciso comercializar para que o trabalho possa ser valorizado por muita gente.

Diante da negação de valores pela produção do trabalho mecânico em razão da crescente produção por meio do desenvolvimento industrial, a comunidade resiste à efêmera produção capitalista, preservando a cultura que marca a história e a vida dos nossos ancestrais. No entanto, faz-se necessário que haja políticas públicas que atendam à perspectiva de uma produção sólida e que seja reconhecida para que o artesanato das mulheres de Melancias possa ser propagado em outras comunidades, fortalecendo a cultura da comunidade.

A capoeira

Ao descrever a história das práticas culturais brasileiras, torna-se inegável a imensurável contribuição da

cultura africana dissociada e vivenciada na contemporaneidade. Para Granada (2020), o fato de a sociedade brasileira ser vista como escravocrata inicia-se com o tráfico de escravos, vindos das diferentes partes do continente africano e comercializados como se fossem mercadorias. As famílias eram comercializadas para diferentes regiões, tendo seus laços afetivos cortados, de modo a tornar os escravos mais dóceis, no pensamento do colonizador. Mesmo assim, os negros, resistentes à cultura dominante, aos maus-tratos e às torturas, revoltaram-se e começaram a fugir e a se refugiar em locais altos e de difícil acesso para não serem capturados.

Os refugiados foram se organizando entre si e consagraram seus espaços, denominados quilombos. Para Munanga (1995/1996, p. 58), “[...] o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (quilombo, aportuguesado: quilombo)”, o autor continua descrevendo que o:

[...] quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. (MUNANGA, 1995/1996, p. 62).

Um dos quilombos que mais se destacaram foi o de Palmares, localizado na serra do atual estado de Alagoas, o qual, no século XVII, reuniu mais de 20.000 pessoas, tendo como chefe Zumbi, ícone estruturante de resistência e modelo para fortalecer os demais quilombos que foram surgindo. “Tornou-se o símbolo da revolta dos escravos e mesmo da negritude brasileira; frequentemente é cantado nas rodas de capoeira” (GRANADA, 2020, p. 9).

A capoeira nasceu nesse contexto de escravidão. A ideia amplamente difundida nos grupos de capoeira atuais é a de que a prática nasceu nos quilombos e foi utilizada por escravos africanos como uma arma contra a opressão colonial dos portugueses. Contudo, essas ideias são contestadas por historiadores-pesquisadores que estudam a capoeira no século XIX. De acordo com Soares (1999 *apud* GRANADA, 2020), na primeira metade do século XIX, a capoeira estava além de uma forma de resistência escrava, era uma prática urbana, uma forma de identidade grupal e um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida. Durante todo o século XIX, a questão da escravidão permaneceu primordial e suscitou posições diferentes por parte das elites da nova nação, na qual os negros eram amplamente mais numerosos do que os brancos (GRANADA, 2020).

Na comunidade de Melancias, encontramos a manifestação cultural da capoeira incorporando as diferentes gerações. Para Areias (1983), a capoeira é uma herança tipicamente dos africanos no Brasil, que, ao buscarem formas de se defenderem de ataques, sentiram necessidades de recorrer a ela em diferentes circunstâncias próprias da situação em que aqui se encontravam; grande parte dos recursos extraídos para a sua invenção é de origem cultural africana. Hoje a capoeira é vivenciada como prática artística e cultural em diferentes grupos e regiões do Brasil.

A cultura da capoeira é disseminada na comunidade pelo professor Ernilton, o qual pratica a ginga com um grupo de crianças e jovens que buscam incorporar a cultura dos ancestrais, bem como vivenciam a disciplina e o ritual. “A capoeira, dessa forma, é reconhecida como fenômeno cultural urbano, cuja história permeia o passado e o presente” (BRASIL, 2007, p. 12).

Em consonância com as assertivas dos dispositivos legais, segue narrativa de um dos sujeitos sociais participantes desta pesquisa:

Para mim, capoeira é algo acima das palavras e das pessoas. Desde que conheci, tornou-se a minha vida, a minha fé, algo bem espiritual, minha profissão, minha escola de vivência, com adultos e crianças; todos os dias aprendo. Com as rasteiras, banho-me de humildade; com as dores físicas, fortaleço-me; com as rodas, elevo-me espiritualmente e energeticamente. As músicas feitas por outros capoeiristas são a alma desta filosofia de vida que abracei. Muito axé para todos os amantes da nossa arte. Ela representa tudo na minha comunidade, o gingado, o molejo, a dança e a musicalidade da arte corporal e o desenvolvimento psicológico dentro da arte. (E.O., 2021).

São perceptíveis a emoção e a espiritualidade transmitidas pelo professor de capoeira na sua fala, visto que o grupo incorpora uma ritualidade imprescindível fortalecida por forças ancestrais, as quais são invocadas durante a roda da dança, unindo música, ritmo, molejo, desenvolvendo a arte, o batuque e o equilíbrio, em uma sintonia que envolve corpo e mente.

Imagem 2 - Roda de capoeira da comunidade de Melancias



Fonte: Acervo dos autores (2021).

A Imagem 2 representa um dos momentos de apresentação da roda de capoeira da comunidade em uma festa alusiva ao Dia das Crianças, momento de interação, participação, disciplina e envolvimento corporal e espiritual, incorporando um sentimento mítico da arte que pulsa e perpassa por gerações. Para Sodré (*apud* OLIVEIRA, 2014), a capoeira pode ser vista como um conjunto ritualístico de procedimentos que discute tanto o combate contra um adversário como a expressão do júbilo corporal, presente em um quadro histórico e mítico da etnia dita negro-brasileira, cujos valores também são de tradição (OLIVEIRA, 2014).

Presente na vivência das práticas culturais da ancestralidade, o referido grupo de capoeira pratica a roda de dança tanto na comunidade de Melancias quanto em outras comunidades vizinhas, os quais são convidados a apresentarem voluntariamente a arte corporal e ritualística em momentos de festividades culturais. Além da roda de capoeira, existem outras heranças culturais agregadas na comunidade, como o uso do cabelo rastafári, uma prática comum no grupo de mulheres.

Cabelo rastafári

Na comunidade em estudo, encontramos a cultura do cabelo rastafári, disseminada a partir dos anos 2000, quando algumas jovens foram morar na capital cearense, Fortaleza, onde aprenderam o manuseio da arte, reproduziram-na em Melancias, sendo hoje bem comum o uso entre jovens e mulheres da comunidade, sendo essa atividade realizada também por alguns jovens do sexo masculino da produção de cabelos rastafári. “A moda rastafári vai crescendo através de um estilo diferente caracterizado

por um cabelo com nós ou torcido que pode ser ajeitado de formas diversas” (TRASFERETTI, 2008, p. 134).

O movimento Rastafári apresenta um complexo programa de articulações sociais e culturais capazes de estruturar uma vivência confrontadora aos sistemas neocoloniais. As estéticas do Rastafári manifestam-se em diversas esferas da arte, influenciando uma diversidade de artistas e ativistas no mundo globalizado. [...] os fluxos de resistência e transgressões estabelecidos pelas práticas e estéticas do movimento Rasta, dada a conjuntura atual de homogeneização de subjetividades, alavancada pela mídia tradicional de massas. O resultante é a ampliação da compreensão dos limites da experiência cultural humana e da vivência afrodescendente, visando um melhor entendimento da riqueza da herança deixada pela diáspora africana. (PRESTA, 2015, p. 191).

Destarte, a Secretaria da Educação de Ocara em 2015 desenvolveu nas escolas projetos e programas de (re)conhecimento e valorização da cultura étnico-racial, pautada na Constituição Federal de 1988, no inciso IV, artigo 208, que repudia o “[...] preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, na Lei nº 9.394/1996 (Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional), na Lei nº 10.639/2003, revogada pela Lei nº 11.645/2008, que definem que estados e municípios são “[...] obrigados a incluir as temáticas do negro e do índio em suas agendas de debates”. Assim, elaborou-se um Plano Municipal de Educação contemplando a década 2015-2025, elencando desafios e perspectivas da cultura indígena e negra (CAVALCANTE; OLIVEIRA; XAVIER, 2016).

Imagem 3 – Cabelo rastafári das mulheres de Melancias



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Desse modo, as práticas da cultura rasta fortalecem:

[...] suas propostas de resistência nos tempos atuais, fazendo com que o Rastafári apresente-se como um agente de transgressão aos padrões culturais homogeneizados, que tentam ser impostos pela indústria cultural. (PRESTA, 2015, p. 193).

É comum encontrar jovens mulheres da comunidade de Melancias fazendo o uso do cabelo rastafári em diferentes cores e estilos. Na intenção de disseminarem a cultura nas escolas, foram convidadas a desenvolver oficinas com estudantes do ensino fundamental e médio do município de Ocara, Ceará, culminando com o desfile da cultura negra. Na ocasião, as jovens mulheres da comunidade de Melancias tiveram a oportunidade de apresentar para a sociedade a beleza da sua cultura, “[...] momento de renovação de nossas práticas de ensino” (CLARO, 2012, p. 8).

Considerações finais

O preconceito às manifestações culturais africanas ainda é presente na contemporaneidade. Com as reivin-

dicações e a luta por direitos, surgem políticas públicas de valorização das práticas culturais. As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizadas pela publicação da Lei nº 10.639/2003, apresentam aspectos que fomentam o engajamento dessas práticas no currículo do ensino de história africana e afro-brasileira. Enfatizamos que a referida lei foi revogada pela Lei nº 11.645/2008, fazendo cumprir o direito de a sociedade (re)conhecer o legado cultural dos africanos disseminados em nossas terras, cultuado nos mais diversos ritmos, cores e credos, rememorando a cultura dos nossos ancestrais.

Corroborando o reconhecimento da cultura africana na formação da cultura brasileira, esperamos que as políticas públicas assegurem, de fato e de direito, a liberdade de expressar as práticas culturais sem preconceito e exclusão. Sabemos que ainda há muitos grilhões para serem superados, no entanto acreditamos na força das nossas lutas cotidianas, nas escritas das nossas publicações e nas práticas educacionais mediadas hoje no chão da sala de aula, com professores comprometidos com uma educação de qualidade, bem como na abolição do preconceito, da violação das diferenças e da discriminação social, de modo que reinem a inclusão, a liberdade de expressão e a vivência de valores e práticas culturais sustentáveis.

Referências

- AREIAS, A. *O que é capoeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconheci-

mento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003a.

BRASIL. *Dossiê/Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, DF: Iphan, 2007.

BRASIL. *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*: Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Seppir, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003b.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de maio de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 maio 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna - Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAVALCANTE, A. C. L.; OLIVEIRA, J. C. L.; XAVIER, A. R. Políticas culturais e educacionais indígena e afro-brasileira em Ocara-CE. *In*: XAVIER, L. C. V.; CAVALCANTE, A. C. L.; XAVIER, A. R. (org.). *Políticas culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara-CE: gestão, participação e inclusão*. Fortaleza: Impreco, 2016. p. 42-68.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CLARO, R. *Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula*. São Paulo: Hedra, 2012.

GRANADA, D. Compreender o Brasil através da capoeira: capoeira, “raça” e “nação” no Brasil. *In*: BRITO, C. (org.). *Cultura, política e sociedade: estudos sobre a Capoeira na contemporaneidade*. Teresina: UFPI, 2020. p. 7-21.

MALACHIAS, R. *Cabelo bom*. Cabelo ruim!. São Paulo: USP, 2007.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

OLIVEIRA, R. S. A importância da capoeira para o povo brasileiro. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 110-125, 2014.

PRESTA, G. A. Transgressão e resistência nas estéticas do rasta-fári. *Revista Ciclos*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 191-204, 2015.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRASFERETTI, J. Corpo e cultura no contexto da sociedade brasileira. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 126-137, 2008.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021.

TURISMO SUSTENTÁVEL E PATRIMÔNIO CULTURAL EM BEBERIBE, CEARÁ, BRASIL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap4>

JOSÉ CLEILSON DE PAIVA DOS SANTOS

Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Museologia pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVI) e em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e licenciado em História pela UVA e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter).

E-mail: cleilson.paiva02@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3087-0483>

ALEXANDRE DOS SANTOS ROCHA

Mestre em Educação e Ensino pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam), vinculada à Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Psicopedagogia e em Museologia pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVI), graduado em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK) e em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Professor de educação básica do município de Beberibe, Ceará.

E-mail: alesantos58@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0893-6685>

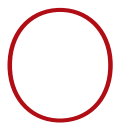
EDILBERTO CAVALCANTE REIS

Pós-doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor e mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduado em História pela UFC, em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e em Filosofia pelo Instituto Teológico Pastoral do Ceará (ITEP). Professor adjunto do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) e de graduação em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: edilberto.reis@uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3156-7387>

Introdução



turismo no estado do Ceará recebeu nos anos 1990 um crescente desenvolvimentismo devido à política do “Governo das Mudanças”, em 1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002, iniciada por Tasso Jereissati, aos 38 anos de idade, e continuada por Ciro Gomes (1991-1994).

A “Geração do Governo das Mudanças” propunha modernizar o Ceará e incluí-lo no cenário econômico e turístico nacional. Uma geração formada em seu núcleo inicial por jovens empresários ingressos na política com o objetivo de desenvolver o estado, que se encontrava, segundo avaliavam, em situação de atraso e miséria (BARBALHO, 2007).

A questão é observar como o processo de modernização dos “Governos das Mudanças” foi introduzido no campo cultural por meio das políticas públicas sustentáveis. Em outros termos, como a cultura política da modernização se configurou em política cultural que funcionasse como elemento de atualização e de distinção nesse campo (BARBALHO, 2007).

O plano de governo elegeu a melhoria da qualidade de vida dos cearenses como um dos seus eixos, compreendendo a cultura como elemento fundamental nesse processo. A violência urbana, o vandalismo, o tráfico de drogas, enfim, grande parte das mazelas da nossa sociedade poderia ser neutralizada a partir da compreensão de que a

cultura compõe ações relativas a inúmeras pastas governamentais, como segurança pública, turismo, educação, saúde, esporte e juventude, desenvolvimento econômico, etc. A cultura poderá facilitar as ações públicas no sentido da regionalização, isto é, a cultura poderá rever a tradicional relação “centro/periferia” (BARBALHO, 2007).

O turismo nesse cenário se tornou a mola mestra de desenvolvimento socioeconômico de pequenos municípios com grande potencial para o turismo de sol e mar, como acontece em Beberibe, um dos destinos mais visitados dentre os 184 municípios do Ceará. Essa afirmação não se configura como exagero, pois dificilmente não há um gestor público que durante sua candidatura não tenha colocado em seu plano de governo a construção de uma política pública de turismo para o aquecimento da economia local (MORAIS, 2007).

A compreensão de que o turismo é uma atividade que possui peso na economia do litoral leste do Ceará foi afirmada através de um diagnóstico do Programa Ceará de Desenvolvimento do Turismo, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Litoral Leste. Esse documento trouxe muitas contribuições quanto às potencialidades turísticas da região, somadas às atividades primárias, ao emprego público, às aposentadorias, às pensões e aos programas do governo de transferência de renda. Os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Beberibe são 9.148, principalmente os idosos, que são 5.478, contribuindo de maneira significativa para a economia do município, porque gastam o salário que ganham no comércio local mensalmente durante o ano todo.

Patrimônio arqueológico e turismo

A praia de Morro Branco se tornou um cartão postal do município e do estado, em virtude do patrimônio ambiental caracterizado pelas dunas, falésias e labirintos de areias coloridas que dão caráter cultural e paisagístico ao local. Esses bens precisam ser preservados e compreendidos como espaços não só de visitação turística, mas de estudos e pesquisas que podem desvendar muito da história local. O arqueólogo é o profissional capaz de recompor um cenário que há muito tempo existiu porque se preocupa até com o lixo deixado por nossos antepassados (PROUS, 1999).

As pistas deixadas por nossos antepassados através de vestígios materiais aparecem pela ação natural ou antrópica. Os parques eólicos são exemplos dessa ação do homem no espaço. As usinas foram implantadas no Ceará através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que financiou 14 parques eólicos no estado, contribuindo para o aparecimento de áreas com forte incidência de sítios arqueológicos litorâneos que são verdadeiros “tesouros” da história social e cultural do homem no estado. O Parque Eólico de Praias de Parajuru, localizado no município de Beberibe, a 103 quilômetros de Fortaleza, foi inaugurado no dia 20 de agosto de 2009. A usina compreende uma área de 325 hectares, com 19 aerogeradores de 1,5 MW de potência cada torre.

O Parque Eólico Eco Energy, em Beberibe, foi inaugurado no dia 11 de setembro de 2008, com potência instalada de 25,6 MW, o que permite gerar 90 mil MWh/ano e alimentar a demanda de 90 mil casas ou cerca de 200 mil pessoas através da energia gerada pelo movimento das hélices dos aerogeradores.

O Parque Eólico Foz do Rio Choró, em Beberibe, tem capacidade de geração de 25,2 MW, a partir de 12 aerogeradores. Para a sua implantação, foi realizado um diagnóstico seguido de uma prospecção arqueológica com Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nº 14, de 28 de abril de 2008. Essa usina está instalada na região que foi:

Data e sesmaria concedida em 20 de outubro de 1690, ao Ajudante Manoel Rodrigues Bulhões, Manoel Correia de Souza e Ajudante Manoel Gomes de Oliveira, de seis léguas de terras começando da Varge da Goaihi do fim dela para baixo do Rio Choró, cortando da parte da Fortaleza e Malcozinhado, que serão distancia de seis léguas para a parte do mar com outras seis para o poente [...]. (CEARÁ, 1926, p. 1).

Nesse local, após os estudos arqueológicos, foram encontrados vários vestígios cerâmicos que contam a história de vários povos, principalmente dos Tarairiús, que habitavam a região em maior número até o fim da Confederação dos Cariris, que culminou em 1713 com uma batalha entre índios e brancos, dizimando grande parte dos indígenas (BARROSO, 2004; SOUSA *et al.*, 1994). Esses locais poderiam ser pensados como atrativos turísticos, resguardando as orientações da lei sobre uso, preservação e segurança das pessoas no local. Essa ação agregaria valorização e respeito à cultura local pelos visitantes e contribuiria para desenvolver socioeconomicamente o município.

O espaço urbano dos municípios se constitui como sendo plurais de sentidos e valores culturais que são notáveis pela forma de apropriação do território pelos sujeitos. A presença dos elementos naturais, como rios, lagos,

lagoas e correntes se associa à singularidade geomorfológica do revelo litorâneo de falésias e dunas que colaboram com a exuberância paisagística do local, contribuindo para a afirmação identitária dos moradores.

O lazer nos espaços urbanos toma proporções diferentes de acordo com o uso que se dá a ele. Meios urbanos e rurais possuem configurações diferentes, cada um com suas peculiaridades. Independentemente destas divisões: urbano/rural e campo/cidade, a paisagem contempla as atividades lúdicas no meio ambiente, que é uma área cheia de possibilidades a serem vivenciadas pelos que procuram entretenimento. A comunidade local precisa enxergar o espaço urbano como um patrimônio que deve ser preservado, porque se constitui como marca decisiva para alavancar o turismo, independentemente dos segmentos.

O turismo cultural explora o patrimônio material, imaterial e ambiental. É a mola mestra de qualquer atitude realizada pelo turismo nos pequenos e médios centros do nosso estado. Os sítios arqueológicos litorâneos, quando bem usados, tanto contribuem para a preservação da história quanto para o desenvolvimento cultural das comunidades e visitantes, pois são bens de uso especial, comum ao povo brasileiro, principalmente quando a comunidade toma-os para si, porque os identifica, tornando-se consequentemente um bem de valor coletivo. Daí a importância dos estudos arqueológicos, que trazem consigo, além do suor das escavações, a possibilidade de apoderarem-se da história real, “[...] indo à busca do cansaço e da exploração” (FUNARI, 2006).

O patrimônio arqueológico na região é importante para o *trade* turístico de Morro Branco, principalmente para os *bugueiros* e informantes de turismo. Esses profissionais podem incrementar seus passeios quando pro-

põem outras rotas turistas com visitação de sítios arqueológicos na região. Para isso, é preciso que o poder público municipal estabeleça um diálogo entre as três usinas eólicas e os órgãos ambientais de gerência, bem como siga as orientações do Iphan (SOUZA, 2017).

Os municípios com mais de 20 mil habitantes já possuem seus planos diretores (BRASIL, 2004). Beberibe já possui o seu, basta que passe a ser executado para garantir a preservação dos sítios arqueológicos que foram localizados no campo de dunas devido à implantação dos empreendimentos eólicos. Os vestígios encontrados foram os mais diversos, desde material cerâmico, lítico e malacológico. Os que podiam ser salvaguardados foram levados a museus particulares e públicos do estado do Rio Grande do Norte, depois dos estudos técnicos realizados. Ficaram no sítio das Frecheiras (Praia das Fontes) os amontoados de conchas (concheiros), que podem ser visitados pela comunidade e pelos turistas numa possível trilha alternativa, basta que haja planejamento para formar uma política pública municipal de uso e preservação (SILVA, J.; SILVA, E., 2012).

Para Carvalho (2003, p. 16), é provável que haja atualmente – se não houver, faz-se necessário que exista – uma espécie de:

Arqueologia de Resgate (Salvamento), diante de acervos humanos ameaçados. Há hoje um esforço de se proteger os vestígios da presença humana e o reconhecimento da necessidade de levar a cabo escavações sistemáticas em locais cuja destruição não se pode evitar.

O patrimônio em análise se refere às ocupações indígenas e portuguesas no litoral, de acordo com os estudos e pesquisas realizados para a implantação das usinas eólicas no litoral beberibense de acordo com as portarias

de liberação feitas pelo Iphan. Esses sítios são locais que possuem evidências materiais humanas que traçam uma trajetória de como esses agrupamentos humanos se relacionavam com a natureza na busca de sua sobrevivência. Esses sítios precisam fazer parte do cotidiano dos municípios, que em geral não sabem de sua existência e importância para a história local. Portanto, preservá-lo garante que ele seja usado como mais um atrativo à “vocação” turística de Beberibe.

A indústria do turismo no Ceará se coloca como opção de desenvolvimento social e econômico não só para a capital, mas principalmente para os pequenos municípios que possuem um potencial geoambiental que configura o turismo de sol e mar, como acontece em Beberibe, devido às belas praias, dunas, falésias e aquíferos, que formam lagoas, lagos, correntes e córregos (SOARES, 2017). O que precisa é de uma política pública a nível local para gerir esses recursos naturais para que possam ser usufruídos pela comunidade e pelos visitantes (SILVA, 2008).

O uso do patrimônio arqueológico para fins turísticos precisa levar em conta não só o desejo da comunidade em exp -lo a quem vem à cidade, mas as normas legais vigentes em relação à arqueologia e ao turismo. A razão disso está na garantia da preservação da cultura material deixada há milhões de anos por nossos antepassados que só agora vem à tona por meio de estudos e pesquisas *in loco*. A comunidade precisa estar ciente quanto à formulação e ao planejamento das políticas públicas direcionadas para o turismo como atividade econômica impulsionadora do desenvolvimento econômico. Quando isso não fica bem alinhado, contudo, pode trazer o fracasso, devido à intensa especulação de investidores que desconhecem os hábitos e costumes do local (COSTA, 2010).

O comprometimento do *trade* turístico é fundamental para desenvolver posturas de preservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico como um atrativo turístico a quem visita a cidade. Não há incentivo para o fomento nas esferas estadual e federal para estimular a criação de políticas voltadas para o planejamento do setor turístico nessa área. Os municípios são os que diretamente possuem o potencial para alavancar o desenvolvimento, mas o ente federativo não dá subsídios para que isso ocorra (SANTOS; OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2017).

Os municípios mais bem estruturados economicamente, devido à forte arrecadação tributária, conseguem dar prosseguimento à elaboração de políticas públicas que tenham realmente eficiência (COSTA, 2010), mas nem sempre conseguem estabelecer diálogo com os outros órgãos das três esferas ligados à preservação e à defesa do patrimônio, os quais, em muitas das vezes, agem descumprindo a competência de um em relação ao outro. Isso impossibilita a efetiva execução do planejamento traçado nas diretrizes das políticas do turismo municipal.

As diretrizes colocam que o patrimônio arqueológico desenvolve o exercício da cidadania por meio da educação patrimonial, que se torna mola mestra para o engajamento consciente da comunidade em jogo. O conhecimento e a valorização do patrimônio ocorrem por meio da história através da dimensão do passado-presente na dinâmica dos grupos étnicos que deram origem a grande parte da nação brasileira (SILVA, 2010).

O conhecimento dessa história étnica passa pelo patrimônio arqueológico que pode ser usado para fins turísticos, basta que haja a mobilização da comunidade para transformá-lo em atrativo. Os moradores são sujeitos que possuem a credibilidade por parte de quem visita a cida-

de e, de certa forma, impõem ideologicamente o respeito a ela, haja vista que as pessoas, ao chegarem à cidade e encontrarem uma organização de receptivo turístico, tornam-se conscientes do valor do patrimônio arqueológico. O turista se sente acolhido e passa a valorizar e respeitar a cultura do outro.

Patrimônio arqueológico, turismo e legislação

O turismo precisa definir seu papel como agente de transformação local que legitima a função social do patrimônio arqueológico para as atividades turísticas com fins de lazer e entretenimento. O que a legislação coloca são as regras e proibições quanto aos usos que a população ou as instituições podem fazer com o patrimônio, principalmente o turismo, que vende os destinos e seus atrativos como produto a ser consumido pelos viajantes.

Cabe a cada esfera de poder, principalmente a municipal, elaborar leis que não sejam destoantes daquelas dos estados e da União, pois o diálogo entre as três esferas do poder contribui para viabilizar a garantia de uma política efetiva de preservação do patrimônio que se interliga e perpassa pelo domínio do público e do privado. Isso é possível com o gerenciamento, que controla e faz cumprir a lei que normatiza o uso dos sítios arqueológicos que são destinados à visitação com fins de lazer e de estudos.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, define no artigo 1º o patrimônio histórico e artístico nacional como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor

arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Essa forma de defini-lo está um tanto defasada e não acompanhou as mudanças ocorridas com o tempo, tanto na concepção de patrimônio quanto no uso dele. Nos anos 1960, a Lei nº 3.924, de 26 de julho, dispunha o seguinte em seu artigo 1º:

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal. (BRASIL, 1961).

São normas que, pensando na preservação, tornam-se mais engessadas do que exequíveis. Essas autorizações são demandadas pelo Iphan, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. Com a Constituição de 1988, várias mudanças ocorreram acerca da definição de patrimônio e sua legislação. Essa Carta trouxe em seu artigo 20, inciso X, que os sítios arqueológicos e pré-históricos têm sua proteção definida no ambiente das três esferas de poder; houve uma descentralização prevista no artigo 23, inciso III (BRASIL, 1988).

Isso corrobora uma tomada de consciência por parte do município, que agora pode gerir seu patrimônio, basta que desenvolva os meios e as devidas competências para quem o fará. A inclusão do patrimônio arqueológico para fins turísticos precisa estar assegurada por uma legislação específica que garanta a sua proteção e preservação, pois ele não nos pertence apenas. É uma herança da nação, por isso não pode estar circunscrito nos limites de um município apenas, pois esses sítios são diversos e contemplam

vestígios materiais de povos indígenas, africanos e europeus. Isso é que nos permite dizer que a cultura é cíclica e que é impossível não haver trocas entre elas.

Pela falta de condições tanto materiais quanto de profissionais especialistas no assunto do patrimônio arqueológico no município, entram em cena as parcerias com as universidades, empresas e instituições que estudam e pesquisam o assunto para avançar no uso desse legado na área turística. Esses estudos e pesquisas precisam ser divulgados para a comunidade por meio de palestras nas mais variadas instituições, levando em conta a formação dos sujeitos para uma educação patrimonial que se efetive e traga mudanças de mentalidades e atitudes nas pessoas.

O que os empreendimentos eólicos deveriam fazer após os estudos arqueológicos na área da implantação do parque era construir um museu para receber os vestígios que fossem salvaguardados após a coleta no sítio. Quanto àqueles que não podem ser retirados do local, deveriam delimitá-los como área de museu a céu aberto com monitoração dos profissionais do museu ou do parque, constituindo-se em lugares da memória, bases fundamentais para o uso do patrimônio arqueológico para as atividades turísticas.

A instituição museal está presente em quase todos os municípios do Ceará, precisando apenas de incentivos e recursos destinados às atividades de pesquisa, ensino e extensão, que se dão com profissionais especialistas no assunto. Os museus, quando são inseridos nos roteiros turísticos tanto urbanos quanto rurais, são atrativos para alavancar o turismo. Além do entretenimento e do lazer que promovem, contribuem para divulgar informações

corretas sobre o patrimônio cultural local de maneira simples, a fim de atingir a todos os públicos.

Há muitos museus que não atendem às regras museológicas por não lhes serem destinados recursos mínimos para as atividades técnicas e pedagógicas que são necessárias ao funcionamento correto do espaço museal. Isso torna o acervo vulnerável a erros de exposição, informações, manuseio e preservação. Para que essa instituição possa cumprir a sua função social, tem que atender a alguns requisitos, como aqueles definidos pelo Conselho Internacional de Museus (em inglês: International Council of Museums, ICOM, 2007, s.p.), que define que:

[...] museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.

Os museus, ao longo de sua história, mudaram de concepções teóricas e passaram de espaços fechados e sombrios a lugares livres e a céu aberto, como o Monumento Natural das Falésias de Morro Branco, criado pelo Decreto nº 27.461, de 4 de junho de 2004, que estabelece normas acerca do uso e preservação desse bem que pode ser considerado um museu natural. Em 2016, Beberibe passou a integrar o Projeto Rota das Falésias, criado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com os empresários do litoral leste, como atrativo impulsionador do *trade* turístico. Outro patrimônio ambiental do município é a Área de Preservação Ambiental da Lagoa do Uruaú, unidade de conservação de uso sustentável, criada por meio do Decreto nº 25.355, de 26 de janeiro de 1999, que abrange uma área de 2.672,58

hectares, a qual com planejamento poderia integrar a visitação turística (ABREU; VASCONCELOS, 2005).

Essas unidades de conservação ambiental possuem planos de manejo referentes ao patrimônio arqueológico, mas não contemplam o levantamento de sítios arqueológicos e seus estudos georreferenciados para se inserirem na trilha dos passeios de *buggy* que exploram o meio ambiente para as atividades turísticas no município. Por fim, o patrimônio pode e deve ser usado como atrativo turístico, desde que sejam respeitadas as leis de preservação e conservação, que procuram garantir a sua existência às futuras gerações.

Considerações finais

Turismo e arqueologia são campos que passaram a dialogar devido aos recentes estudos do patrimônio material na faixa de praia do país que ajudam a contar a história de ocupação do litoral. Os vestígios encontrados ao longo do campo de dunas e de falésias registram o modo de vida das populações litorâneas que há séculos estabeleceram uma intensa ligação entre terra e mar.

O patrimônio arqueológico no litoral de Beberibe está em evidência em virtude dos estudos realizados para a implementação dos três parques eólicos que geram energia para outros municípios do estado e regiões do país. Durante as pesquisas de prospecção, foram encontrados vestígios líticos, cerâmicos e malacológicos, estes últimos são visíveis no campo de dunas da praia de Frecheiras (Praia das Fontes) por estar numa área de preservação do parque, como orienta a legislação ambiental.

A comunidade pode usufruir desse patrimônio para estudos, pesquisas e atividades de lazer, desde que siga as

orientações das legislações que procuram dar segurança e garantir a preservação do patrimônio arqueológico. Com a criação de uma política municipal bem articulada com a sociedade local, esse bem pode ser destinado às atividades turísticas a fim de fomentar outras possibilidades de fazer turismo nas praias de Beberibe.

O perfil do turismo vem se diversificando na cidade. A cada alta estação, surge um tipo de prática turística. O público que chega sem o intermédio de uma agência de turismo quer explorar outras rotas que não sejam as definidas pelas associações de *bugueiros* e informantes. Oferecer uma trilha ecológica que chegue ao mangue, ao rio ou ao ninho de uma coruja faz toda a diferença para quem quer vivenciar um turismo de experiência ou aventura. Da mesma maneira, pode-se criar uma rota destinada à visitação dos sítios arqueológicos no campo de dunas ao longo dos 54 quilômetros de praia do município. Atividades como essa contribuem com a valorização da história local por quem visita a cidade e podem despertar para um turismo científico, que vem crescendo em outros locais do estado e do país. Turismo e arqueologia constituem uma junção que, quando bem planejada, contribui para desenvolver a prática turística, que sobrevive apenas dos passeios de *buggy* a grutas, bicas, lagoas e labirintos. Subutiliza-se o grande potencial turístico da região, principalmente do turismo cultural, do qual pouco se fala e no qual nada se investe.

Referências

ABREU, F. L.; VASCONCELOS, F. P. Praias do Morro Branco e das Fontes (Beberibe/CE): possibilidades de um cenário sustentável?. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRI-

CA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 2005.

BARBALHO, A. Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3., 2007, São Luís. *Anais* [...]. São Luís: UFMA, 2007.

BARROSO, G. *À margem da história do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Funcet, 2004.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 11 dez. 1937.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 27 jul. 1961.

BRASIL. *Plano Diretor Participativo*: guia para elaboração pelos municípios e cidadão. Brasília: Confea/MinC, 2004.

CARVALHO, F. L. *A pré-história sergipana*. Aracaju: UFS, 2003.

CEARÁ. *Datas de sesmarias*. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1926.

COSTA, M. *Turismo e política governamental*: impactos socioambientais gerados na zona costeira do município de Beberibe/CE. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FARIAS, A. *História do Ceará*: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

- ICOM. *Conferência Geral de 2007*. Viena: Icom, 2007.
- MORAIS, J. L. A arqueologia e turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org.). *Turismo e patrimônio cultural*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- PROUS, A. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- SANTOS, C. S.; OLIVEIRA, G. S.; SIQUEIRA, F. S. *O turismo como fator de desenvolvimento no interior do estado do Ceará: um olhar sobre Parajuru / Aracati / Ceará*. Aracati: FJV, 2017.
- SILVA, J. M. O. *Monumento natural das falésias de Beberibe-CE: diretrizes para o planejamento e gestão ambiental*. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- SILVA, J. M. O.; SILVA, E. V. Planejamento ambiental em uma unidade de conservação no município de Beberibe - Ceará. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 129-145, 2012.
- SOARES, A. M. L. *Zoneamento geoambiental do município de Beberibe-CE*. Fortaleza: UECE, 2017.
- SOUSA, A. M. *et al. Cascavel 300 anos*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1994.
- SOUZA, T. C. *Uso e ocupação do litoral cearense: caracterização dos impactos na praia de Morro Branco-CE*. Viçosa de Minas Gerais: UFV, 2017.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: PESQUISA NA CIDADE DE BATURITÉ, CEARÁ

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap5>

CLECIA DA SILVA MORAIS

Bacharel em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Ensino médio completo pelo Liceu de Baturité Domingos Sávio. Atua como pesquisadora em Políticas Públicas voltadas para a Proteção Social e Assistência Social.

E-mail: clecyamorais@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0360206418151429>

ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES

Doutora e mestra em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e graduada em Comunicação Social pela Universidade Gama Filho (UGF). É professora associada lotada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atualmente exerce a função de Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Unilab. Tem experiência como docente na área de Administração, nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições de ensino superior, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Estratégica de Pessoas, Comportamento Organizacional, Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional, Comprometimento Organizacional e Gestão de Políticas Sociais.

E-mail: rosalina@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3592-5559>

ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN

Estágio doutoral no exterior pelo programa Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (Bepe) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na Université Toulouse – Le Mirail, França, em 2012. Doutora pelo programa interunidades em Ecologia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), mestra e graduada em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atualmente é professora adjunta do curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (ICSA/Unilab). Atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Local, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Políticas Públicas Sociais, Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho.

E-mail: akanikadan@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5057-4801>

Introdução



presente trabalho apresenta o Programa Bolsa Família (PBF) como sendo uma política pública distributiva de transferência de renda direta que visa alcançar as parcelas mais pobres da população brasileira. Nessa óptica, este estudo tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Baturité, Ceará, entre os anos de 2004 e 2020 através de dados disponíveis nas plataformas governamentais do Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

A problemática que envolve esta pesquisa se dá em que, através do conhecimento do perfil socioeconômico e domiciliar das famílias cadastradas no Cadastro Único, bem como das inseridas no PBF, seja possível compreender a realidade social vivenciada por essas famílias e perceber os avanços sociais alcançados ao longo dos anos e os desafios a serem superados.

A justificativa deste estudo paira, sobretudo, em sua relevância para a sociedade, uma vez que o PBF é o maior programa de transferência em implementação no Brasil desde 2003, procurando beneficiar as famílias brasileiras em todo o território nacional, principalmente as que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, garan-

tindo uma renda mínima e acesso a direitos básicos, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas nele inseridas atualmente e no futuro.

A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem do tipo quantitativo, com o uso de estatística descritiva para a apreciação dos dados coletados e interpretação de conteúdo bibliográfico para a composição do arcabouço teórico que envolve a temática. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa assume a forma de estudo de caso, uma vez que procura conhecer com profundidade os assuntos pertinentes à temática em estudo, especialmente as vertentes pertinentes ao PBF na perspectiva de uma política pública social de caráter distributivo (SEVERINO, 2007).

O PBF e as políticas públicas: contextos e conceito

A partir de 2003, no primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aconteceu o processo de unificação dos programas de transferência de renda federais, passando-se a compor o chamado PBF. Essa unificação foi importante, pois foi o primeiro passo dado no processo de racionalização da gestão do Programa, permitindo que sua cobertura chegasse a todo o território nacional em julho de 2006, alcançando a meta de 100% das famílias abaixo da linha de pobreza, chegando a uma cobertura de 11,1 milhões de famílias beneficiárias (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009).

O PBF é responsável por uma grande melhoria dos índices de superação da pobreza e de desigualdade no nosso país. Barros *et al.* (2007 *apud* VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009) apontam que, entre 2001 e 2006, houve uma expressiva queda no Coeficiente de Gini, equivalente

a 3,45 pontos, terminando o período em 0,56 pontos, reduzindo bastante os índices caso se mantivesse a constância nos resultados. Soares *et al.* (2006 *apud* VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009) estimam que, somente no ano de 2004, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PBF foram os responsáveis pela redução de 28% de queda no Coeficiente de Gini em relação ao ano de 1995, sendo que a parcela de contribuição do BPC nessa redução é no valor de 7% e do PBF é de 21%.

O PBF é um Programa criado pelo governo federal em outubro de 2003, previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, dentre outras normas. O seu regulamento é de responsabilidade do Ministério da Cidadania, sendo a Caixa Econômica Federal o órgão federativo responsável pela realização dos pagamentos aos beneficiários do Programa.

O PBF está estruturado a partir de três eixos fundamentais. O primeiro eixo é o Complemento de Renda, em que todos os meses as famílias contempladas recebem uma transferência de dinheiro em espécie, sacado através de cartão magnético bancário enviado às famílias contempladas, com a finalidade de aliviar a pobreza de forma imediata. O segundo eixo trata do Acesso a Direitos, ou seja, para fazerem parte do Programa e se manterem vinculadas a ele, as famílias beneficiárias se comprometem a cumprir algumas condicionalidades exigidas pelo PBF, reforçando, assim, o acesso à educação, saúde e assistência social das pessoas inscritas no Programa. Por fim, o terceiro e último diz respeito à Articulação com outras ações, em que o principal objetivo é que a geração futura da família possa romper com o ciclo de reprodução da pobreza através da integração e articulação do PBF com outras políticas públicas.

Sobre as condicionalidades exigidas pelo Programa e a relação com as transferências de renda repassadas pelo Governo às famílias beneficiárias, Souza e Couto (2015, p. 41) escrevem:

O PBF, de modo geral, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a condição de pobreza das famílias mais vulneráveis, à medida que concede renda. Mas como contrapartida exige o cumprimento de condicionalidades no âmbito da saúde e da educação. O programa visa ainda garantir a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos. Sendo assim, o programa vai além da mera distribuição de renda.

A gestão do PBF é feita de forma descentralizada, ou seja, União, estados, Distrito Federal e municípios possuem papéis distintos e importantes na execução do Programa. Os municípios e o DF são os responsáveis pelo cadastro da população que se enquadra no perfil do Programa; para se cadastrar, a família e/ou responsável familiar deve procurar a secretaria, setor ou Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de sua cidade munida(o) dos documentos e comprovações necessárias e inscrever-se no chamado Cadastro Único. Ressalta-se que a inscrição no Cadastro Único não garante que a família seja contemplada pelo PBF, visto que a seleção é feita por um sistema informatizado, sem manipulação de outrem nesse processo, utilizando como base apenas as informações repassadas no ato da inscrição.

A dinâmica do Programa se dá pelo foco no atendimento às famílias, isto é, todos os meses se avaliam quais as famílias permanecerão no PBF e quais as que serão desvinculadas de acordo com as prerrogativas de enquadramento e foco nos eixos de pobreza e extrema pobreza. Por

isso, periodicamente as famílias precisam atualizar seu cadastro para que o Programa se mantenha atualizado e focalizado em seus objetivos. A não atualização do cadastro bem como a melhoria na renda familiar são dois dos maiores motivos pelos quais as famílias saem do Programa. O descumprimento das condicionalidades exigidas na área da educação e saúde também se torna motivo para a desvinculação, todavia isso só acontece em casos extremos, já que o objetivo é que as famílias possam cumprir as condicionalidades exigidas para que haja o rompimento do ciclo da pobreza.

Outra possibilidade de desvinculação do Programa se dá quando a própria família pede o desligamento voluntário. Nesse caso, a família deve procurar o setor de cadastro do seu município e solicitar a desvinculação por conta própria; para essa particularidade, está previsto que a família poderá voltar a receber o benefício num prazo de até 36 meses, caso ainda se enquadre no perfil do Programa, sem ter que passar pelo processo seletivo novamente.

Segundo Souza e Couto (2015), o PBF dá preferência para a concessão do benefício ao público feminino, ou seja, as mulheres são o grupo majoritário de recebimento do PBF em relação ao público masculino. De acordo com os dados apresentados pelas autoras, somente no ano de 2013, cerca de 93% das casas brasileiras eram chefiadas por mulheres. É por essas e outras ações que o PBF é considerado uma política pública de cunho social, pois, conforme Godinho (2011), as políticas públicas sociais são compreendidas como um conjunto de ações governamentais que tem como principal objetivo a garantia de direitos constitucionais visando ao exercício de cidadania plena. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social

(LOAS) em dezembro de 1993, a assistência social no Brasil passou a ser caracterizada e fundamentada como direito constitucional do cidadão brasileiro, rompendo as relações paternalistas e clientelistas a partir de relações de troca de favores (LAJÚS, 2010).

Dentro desse contexto, o governo federal do Brasil iniciou em meados dos anos 1990 diversas ações de cunho social, principalmente através de programas de transferência de renda condicionada para a população em situação de maior vulnerabilidade social no país. Consoante Vaitsman, Andrade e Farias (2009, p. 735), “[...] os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram implementados no município de Campinas, no Estado de São Paulo, e no Distrito Federal, ambos em 1995”.

Vale ressaltar que o PBF possui três eixos de ação que são delimitados da seguinte maneira: a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza; o cumprimento de condicionalidades preestabelecidas que reforcem o acesso a direitos fundamentais nas áreas da saúde, educação e assistência social; e promoção de articulações e ações com demais programas e setores para estimular o desenvolvimento das famílias, superando a situação de vulnerabilidade social em que se encontram (SOUZA; COUTO, 2015).

A ampliação das políticas públicas como o PBF se manifesta com maior afincamento a partir das diretrizes do Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a introdução de programas federais regidos por três diferentes ministérios: Bolsa Escola, do Ministério da Educação, Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde, e Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009).

Com efeito, a abordagem e a análise sobre as políticas públicas estão nas mais diversas áreas do conhecimento e da sociedade. Entretanto, as abordagens sobre tal temática devem especificar os níveis ou classificação, suas características, expansão e abrangência, pois as políticas públicas podem ser distributivas (no caso do PBF, por exemplo), que direcionam recursos da sociedade em geral e os distribuem para grupos específicos do meio social; as regulatórias, que determinam padrões a serem obedecidos pela coletividade; as redistributivas, que se baseiam na concessão de benefícios a uma parcela específica da população, retirando também de grupos específicos da sociedade; e, por fim, as constitutivas, que moldam o funcionamento da vida em sociedade por meio de regras, diretrizes e regulamentos (SECCHI, 2010 *apud* MUZZI, 2014).

A visibilidade sobre as políticas públicas aumentou significativamente devido a três fatores em evidência: 1) a adoção de políticas restritivas de gastos adotadas principalmente por países em desenvolvimento; 2) a substituição de políticas keynesianas por políticas de restrição de gastos; e 3) a formação de coalizões políticas no intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico e a promoção da inclusão social; esta, por sua vez, está diretamente ligada aos países em desenvolvimento ou recém-democratizados, como é o caso dos países da América Latina (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Esses autores foram de fundamental importância para o conhecimento e a abrangência do que temos hoje a respeito de políticas públicas.

Laswell (1936 *apud* SOUZA, 2006) foi o introdutor da expressão *policy analysis* nos anos 30; seu principal objetivo era conciliar conhecimento científico com produção empírica dos governos, ou seja, fazer uma interligação entre a comunidade científica e grupos de interesse e os órgãos governamentais.

Simon (1957 *apud* SOUZA, 2006) dirigiu-se aos chamados *policy makers* (decisores públicos), no sentido de que teriam a racionalidade limitada nas tomadas de decisão e que essa questão poderia ser minimizada através do conhecimento racional.

Lindblom (1959, 1979 *apud* SOUZA, 2006) questionou os posicionamentos de Laswell e Simon a respeito da racionalidade expressa em suas concepções acerca de políticas públicas e incorporou outros elementos à sua análise além da racionalidade, como: as relações de poder, o processo decisório e o papel das eleições, da burocracia, dos partidos políticos e dos grupos de interesse.

Por fim, Easton (1965 *apud* SOUZA, 2006) definiu “política pública” como um sistema, ou seja, há uma interligação entre a formulação, os resultados e o ambiente, fazendo com que as políticas públicas recebam “entradas” de diversos setores da sociedade, como: partidos políticos, mídia e grupos de interesse, sendo essas entradas capazes de influenciar os resultados e os efeitos das políticas formuladas.

Na busca de uma definição mais adequada e pertinente para a expressão “políticas públicas”, selecionamos algumas considerações de autores que clareiam o nosso entendimento sobre o tema. Conforme Secchi (2010), a expressão “política pública” está vinculada ao sentido da palavra “política”, que se orienta para a tomada de decisão e ação, ou seja, trata de todo o contexto que envolve o desenvolvimento de uma política desde seu conteúdo con-

creto ao simbólico, bem como de construção e atuação das decisões tomadas.

[...] uma política pública é uma ordenação à atividade ou à passividade de alguém; [...] uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2010, p. 2).

Outras definições também nos auxiliam na melhor proposta na busca de conceituar esse termo. Peters (1986 *apud* SOUZA, 2006) define como soma das atividades do governo, sejam elas por meio direto ou de delegação, que produzem efeitos na vida dos cidadãos; Dye (1984 *apud* SOUZA, 2006, p. 24) sintetiza o termo com a seguinte frase: “[...] o que o governo escolhe ou não fazer”. Na literatura sobre políticas públicas existem tantas outras definições que teóricos da área buscaram mensurar baseados em seus conhecimentos e metodologias, no entanto a definição conceitual mais conhecida continua sendo a de Laswell, pontuando que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder a alguns questionamentos pertinentes: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Ainda consoante Secchi (2010), o problema público é a essência conceitual de políticas públicas, ou seja, as políticas públicas são formuladas e implementadas para a resolução de um problema categorizado como público, que afeta a sociedade como um todo, no entanto a iniciativa para a resolução desse problema pode ser realizada por agentes estatais e não estatais. Souza (2006) afirma que, após o desenho e a formulação de políticas públicas, elas se tornam planos, programas, projetos, bases de dados ou

sistemas de informação e pesquisas e que, após o processo de implementação, elas são submetidas a acompanhamento contínuo e avaliação periódica.

Quanto às tipologias de políticas públicas, temos como principal teórico Theodor Lowi (1964, 1972 *apud* SOUZA, 2006), quem formulou sua teoria através da máxima: a política pública faz a política; em outras palavras, o autor quis dizer que, dependendo do tipo de política pública a ser formulada, esta vai encontrar apoio ou rejeição nos mais diversos meios por que precisa passar para ser implementada, tudo por questões políticas e de interesse. Lowi (1964, 1972 *apud* SOUZA, 2006) definiu políticas públicas através de quatro tipologias: políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e políticas constitutivas.

Análise dos dados, resultados e discussão

No tocante aos resultados obtidos em relação à *quantidade de famílias beneficiárias do PBF*, percebemos que houve um crescimento contínuo no atendimento às famílias. Os dados mostram que, entre janeiro e dezembro de 2004, houve um acréscimo de 8,45% na inclusão de famílias. Esse índice se mantém em crescimento até o ano de 2006, mas, entre alguns intervalos de anos no período da pesquisa, há declínios referentes ao atendimento de famílias entre os meses de janeiro e dezembro de cada ano.

No ano de 2020, temos que 6.371 famílias foram contempladas com o benefício no mês de janeiro, tendo havido em dezembro uma pequena queda (-1,95%) quanto à permanência destas no Programa, finalizando 2020 com 6.247 famílias atendidas. Todavia, os dados apresentados deixam claro que o PBF tem alcançado, com o passar dos

anos, muito mais famílias do que no início de sua implementação no município. Tendo como base os resultados finais dos anos 2004 e 2020, podemos concluir que houve um aumento em torno de 133% das famílias alcançadas pelo Programa.

Contudo, precisamos esclarecer que em 2020 aconteceu a implementação de um auxílio financeiro por parte do governo federal, denominado de Auxílio Emergencial (AE). O AE foi instituído pela Lei nº 13.982/2020 e representa uma tentativa de minimização dos efeitos sociais, através de transferências de renda, sofridos pelos indivíduos afetados pelas medidas restritivas e de distanciamento social adotadas com a finalidade de minorar os índices de contaminação e propagação da pandemia de Covid-19 (CARDOSO, 2020; OIT, 2020 *apud* COSTA, 2020).

Essa explicação se faz necessária, uma vez que o AE engloba como pessoas elegíveis ao recebimento do benefício indivíduos cadastrados na base de dados do governo através do Cadastro Único, sendo os beneficiários do PBF os principais beneficiários do AE. Na cidade de Baturité, um total de 15.014 pessoas foram consideradas elegíveis para o recebimento das parcelas pagas aos beneficiários do AE, distribuídos de acordo com as categorias de pertencimento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de pessoas elegíveis para o recebimento do AE na cidade de Baturité/CE

| Pessoas | Quantidade |
|------------------|---------------|
| Bolsa Família | 8.681 |
| Cadastro Único | 2.822 |
| Aplicativo Caixa | 3.508 |
| Total | 15.014 |

*Observação: Três elegíveis por decreto judicial.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Como podemos perceber, entre as pessoas elegíveis para a concessão do AE, existem três tipos de públicos: pessoas cadastradas no Cadastro Único e não beneficiárias do PBF; pessoas cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF; e outras que, por meio de autodeclaração através do aplicativo Caixa Tem, se enquadraram nos parâmetros definidos pelo AE.

Com relação ao *Valor do Benefício Médio*, temos que, de forma geral, o valor tem crescido ao longo dos anos. Entretanto, através de uma análise minuciosa, percebemos que, entre janeiro e dezembro de 2004, houve um pequeno decréscimo quanto ao valor médio de recebimento pelas famílias, representando uma queda de -1,22%; essa queda se torna ainda mais expressiva em 2020, pois os valores sofreram uma diminuição de -92,11% (devido às parcelas pagas ao público do PBF dentro do AE) entre janeiro e dezembro. A Tabela 2 mostra como ficou a distribuição dos benefícios do PBF em 2020.

Tabela 2 – Valor do Benefício Médio (valores nominais) em 2020

| Período | Valor (R\$) |
|-----------|-------------|
| Janeiro | R\$ 172,04 |
| Fevereiro | R\$ 171,94 |
| Março | R\$ 173,60 |
| Abril | R\$ 3,73 |
| Maio | R\$ 3,79 |
| Junho | R\$ 3,57 |
| Julho | R\$ 3,76 |
| Agosto | R\$ 3,66 |
| Setembro | R\$ 11,82 |
| Outubro | R\$ 12,61 |
| Novembro | R\$ 12,98 |
| Dezembro | R\$ 13,57 |

Fonte: Elaboração própria (2021).

Por se tratar de uma particularidade de 2020 e não haver uma clara especificação da quantia repassada aos beneficiários do PBF pelo AE, não faremos uma comparação entre os meses finais de 2004 e 2020, pois não há como mensurar com clareza o valor médio equivalente ao benefício do PBF.

Em relação aos *Valores Totais Repassados* durante os anos de 2004 a 2020, o aumento no valor dos repasses também é percebido no transcurso dos anos. Entre janeiro e dezembro de 2004, esse aumento registrou o valor de 7,14%, sendo gradativamente observado até o ano de 2012. Somente 2013 e 2015 registraram quedas entre os meses iniciais e finais em relação aos demais anos em ordem crescente. Em 2020, por conta do repasse feito pelo AE às famílias beneficiárias do PBF, foi registrada uma abrupta queda quanto ao repasse anual dos benefícios, ilustrada pela Tabela 3.

Tabela 3 – Valores Totais Repassados (valores nominais) em 2020

| Período | Valores repassados (R\$) |
|-----------|--------------------------|
| Janeiro | R\$ 1.096.091,00 |
| Fevereiro | R\$ 1.094.367,00 |
| Março | R\$ 1.082.247,00 |
| Abril | R\$ 23.318,00 |
| Maiο | R\$ 23.708,00 |
| Junho | R\$ 22.336,00 |
| Julho | R\$ 23.529,00 |
| Agosto | R\$ 22.852,00 |
| Setembro | R\$ 73.844,00 |
| Outubro | R\$ 78.800,00 |
| Novembro | R\$ 81.066,00 |
| Dezembro | R\$ 84.801,00 |

Fonte: Elaboração própria (2021).

As Tabelas 4 e 5 mostram a distribuição dos valores totais nominais do AE na cidade de Baturité, como forma de complementar o entendimento em relação à queda abrupta apresentada na Tabela 3 quanto ao valor dos repasses totais mensais para o ano de 2020. Ressaltamos que não faremos uma comparação entre os anos de 2004 e 2020 por conta das especificidades e da correlação criada entre os dois programas excepcionalmente em 2020.

Tabela 4 - Valores Totais Nominais (R\$) do AE na cidade de Baturité de abril a agosto de 2020

| Mês | Pessoas elegíveis | Valor Nominal (R\$) |
|--------------|-------------------|--------------------------|
| Abril | 14.968 | R\$ 10.681.200,00 |
| Mai | 14.942 | R\$ 10.665.600,00 |
| Junho | 14.734 | R\$ 10.530.000,00 |
| Julho | 14.699 | R\$ 10.507.200,00 |
| Agosto | 14.547 | R\$ 10.416.600,00 |
| Total | * | R\$ 52.800.600,00 |

*Observação: Pessoas elegíveis ao recebimento do AE em cada parcela. A soma total de pessoas elegíveis em cada parcela difere do total geral de pessoas, pois no público do PBF existem registros de ingressos no auxílio posteriores à primeira parcela (abril/2020).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Tabela 5 - Valores Totais Nominais (R\$) do AE na cidade de Baturité de setembro a dezembro de 2020

| Mês | Pessoas elegíveis | Valor nominal (R\$) |
|--------------|-------------------|--------------------------|
| Setembro | 12.466 | R\$ 3.555.275,00 |
| Outubro | 12.913 | R\$ 3.692.145,00 |
| Novembro | 13.172 | R\$ 3.771.653,00 |
| Dezembro | 13.122 | R\$ 3.751.499,00 |
| Total | * | R\$ 14.770.572,00 |

*Observação: Pessoas elegíveis ao recebimento da extensão do AE em cada competência.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Considerações finais

Concluimos afirmando que o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois conseguimos formalizar e identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Baturité através da base de dados do Cadastro Único, que reúne os dados que precisávamos para conhecer quem são essas pessoas/famílias dentro desse Programa de assistência social e transferência de renda e perceber os avanços conquistados ao longo dos anos, bem como os desafios a serem superados em sua realidade social.

As ressalvas que fazemos são devido à falta de informações completas e precisas dos anos 2004 a 2020 abarcados por esta pesquisa. Tivemos também que introduzir um assunto atual para fins de compreensão dos dados, que são os dados do programa AE, que trouxe algumas mudanças para as políticas de proteção social no Brasil no ano de 2020, bem como em relação aos pagamentos efetuados às famílias por meio do PBF.

Finalizamos com o intuito de que esta pesquisa seja norteadora para outros pesquisadores que desejem trabalhar políticas públicas, políticas públicas sociais, assistência social, proteção social, desigualdades sociais e programas de transferência de renda, como é o caso do PBF, e que estas possam contribuir com a sociedade como ciência e conhecimento produzido na vida acadêmica.

Referências

BRASIL. *Auxílio Emergencial*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=230210&am=0#auxilioemergencial>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. *Bolsa Família e Cadastro Único do seu município*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. *Bolsa Família*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. *Cadastro Único*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021d. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=230210&am=0#-cadastrounico>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. *Dados do Programa Bolsa Família*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021e. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/dados>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2004a.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004b.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus

(Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 abr. 2020.

BRASIL. *Painel Coronavírus*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021f. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. *Relatórios de Informações Sociais*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021g. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. *Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021h. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#fev2020>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. *Sistema Vis Data - Painel de Monitoramento*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021i. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

GODINHO, I. C. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais. In: CODE, 1., 2011, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: IPEA, 2011.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=sobre>. Acesso em: 27 mar. 2021.

IBGE. *Portal cidades*: Baturité. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/baturite/panorama>. Acesso em: 27 mar. 2021.

LAJÚS, M. L. S. A política pública de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social – Suas. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 165-178, 2010.

MUZZI, D. *Tipologia de políticas públicas*: uma proposta de extensão do modelo de Lowi. Lisboa: ISG, 2014.

SECCHI, L. *Políticas públicas*: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, T. A. A.; COUTO, A. C. L. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. *Informe Gepec*, Toledo, v. 19, n. 2, p. 41-56, 2015.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, 2009.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: EXPERIÊNCIA DO *DESIGN THINKING* NA EDUCAÇÃO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap6>

RAQUEL DAS GRAÇAS FREITAS SANTOS

Graduada em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). cursou o ensino médio na José Joacy Pereira. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública.

E-mail: raquelfreitas790@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0225773150316730>

LUÍS MIGUEL DIAS CAETANO

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Língua e Administração (ISLA), mestre em Comportamento Organizacional pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), doutor em Educação pela Universidade dos Açores (UAç) e pós-doutor em Ensino. Atualmente é professor adjunto no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), atuando no curso de Administração Pública nas áreas de Relações Internacionais, Comportamento Organizacional, Inovação e Criatividade. Em termos de pesquisa, concentra a sua atividade nas áreas da Inovação Tecnológica, Sistemas de Informação, Tecnologia Educativa e Políticas Públicas na Educação. Tem atuado em projetos internacionais como formador, pesquisador e consultor em países como Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Espanha e Honduras.

E-mail: migueldias@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0907-831X>

Introdução

As permanentes transformações na sociedade têm imposto inúmeros desafios às organizações, exigindo a adoção de mudanças nos processos, nos serviços, nas estratégias, nas estruturas, nas tecnologias e no perfil dos recursos humanos. A inovação apresenta-se como uma das principais opções para responder a esses desafios.

A inovação apresenta-se como um conjunto de ações com capacidade de gerar novas oportunidades, podendo implementar uma nova criação (inovação radical) ou apenas a melhoria de algo já existente (inovação incremental). A inovação tem assumido relevância no setor empresarial (pequenas e grandes empresas), permitindo responder às mudanças ocorridas nos ambientes externos por meio de novos produtos, serviços e processos.

Porém, a inovação, que não é exclusiva do setor corporativo, ganhou um relevante protagonismo junto às organizações públicas por proporcionar não apenas o crescimento econômico, mas a melhoria da qualidade e da eficiência nos serviços públicos. Sobre esse tema, Tidd, Bessant e Pavitt (2015, p. 5) afirmam que:

Serviços públicos como assistência à saúde, educação e seguridade social podem até não gerar lucros, mas afetam a qualidade de vida de milhões de pessoas. Ideias brilhantes e bem implementadas

podem conduzir a novos serviços valiosos e à prestação eficiente dos já existentes.

Diante desse contexto, na educação, um dos principais setores das políticas públicas e um dos fundamentais direitos constitucionais, urge a implementação de processos inovadores, especificamente no Brasil, que, apesar de alcançar algumas conquistas, continua enfrentando dificuldades no que concerne à qualidade educativa. A oferta educativa no Brasil tem sido garantida, em sua grande maioria, pela rede pública, que releva sinais de fragilidade quanto às estruturas escolares, à rede de transporte, à formação de professores, à qualidade do ensino, aos resultados escolares e à implementação de práticas inovadoras em face das experiências noutros contextos internacionais.

Para garantir a eficiência nos ambientes escolares, é essencial que os agentes educativos utilizem ferramentas que proporcionem inovações capazes de potencializar suas habilidades e competências diante das possíveis demandas dos estudantes. Na senda da procura de inovação no setor da educação, propomos analisar o uso do *Design Thinking* como uma abordagem inovadora para atingir transformações positivas na educação, baseados no fato de conter “[...] um conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas” (BROWN, 2017, p. 6). Julgamos que o *Design Thinking* pode ser um dos caminhos para a inovação na educação, na medida em que oferta oportunidades para o desenvolvimento de práticas coletivas que permitem transformar as escolas, as aprendizagens, as práticas de ensino e os demais processos escolares.

Na tentativa de encontrar experiências de utilização do *Design Thinking* na educação pública brasileira, realizamos uma revisão sistemática da literatura com o objeti-

vo de conhecer as iniciativas existentes e, principalmente, os benefícios encontrados com o desenvolvimento dessa abordagem de inovação.

Inovação no setor público

Foi pela ineficiência da gestão pública e pela necessidade de atender à demanda por melhores serviços, além do aumento de problemas complexos e estruturantes, que as organizações públicas começaram a apoiar a inovação como possibilidade de encontrar soluções para os problemas existentes. A esse respeito, Cavalcante e Cunha (2017, p. 15) asseveram que:

[...] organizações públicas passaram cada vez mais a se preocupar com o fomento da prática inovadora em resposta às constantes mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas em um mundo mais globalizado e em rede, limitadas por expectativas crescentes dos cidadãos, problemas complexos e orçamentos apertados.

Apesar de ser recente a presença da inovação no setor público, as abordagens sobre o tema datam de 1934, com a publicação do trabalho *Theory of economic development*, de Schumpeter, que buscava explicar a relação entre a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico. Nesse estudo, o autor ressalta a diferença entre invenção e inovação. Para ele, a invenção sem uma “utilidade prática” não pode ser considerada uma inovação. Assim, as inovações nem sempre são provindas de invenções, uma vez que podem ser apenas resultado de adequações de processos ou produtos já existentes.

Nessa esteira, segundo Schumpeter (1934), inovar é um ato de fazer algo diferente. O autor cunhou a expres-

são “destruição criadora”, que implica uma destruição do velho. Nesse modelo, novos resultados são percebidos como um novo bem ou uma nova qualidade de um bem, um novo método de produção, um novo mercado e, por fim, uma nova fonte de fornecimento. O manual de Oslo (OECD, 2005, p. 55), composto por diretrizes para coletar e interpretar dados sobre inovação tecnológica, conceitua a inovação como:

[...] a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), existem três critérios para que a inovação seja reconhecida como tal, a saber: ser novidade no contexto em que é introduzida; ser algo que possa ser implementável, não se constituindo apenas em uma ideia; e ser capaz de gerar melhores resultados em termos de eficiência, eficácia e satisfação do usuário.

No entanto, a inovação em serviços públicos é menos ressaltada quando comparada ao setor privado. Isso ocorre pela diferença entre diversos setores, como a estrutura, a cultura e a competição, ou seja, o que gera vantagens para o setor privado nem sempre pode criar vantagens para o setor público.

Sobre esse tema, Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011 *apud* CAVALCANTE; CAMÕES; SEVERO, 2016, p. 7) afirmam que:

A ausência de competição – condição necessária à inovação, de acordo com a visão schumpeteriana –, a natureza de múltiplas tarefas, a cultura burocrática de padronização e formalização, a presença de

uma variedade de principais (stakeholders) e a complexidade de problemas societais (wicked problems) a serem enfrentados se apresentam como fatores diferenciais que tendem a promover processos de inovação no setor público de caráter mais incremental.

Com ênfase no setor público, Osborne e Brown (2005) defendem que a inovação significa a introdução de novos elementos em um serviço público – na forma de novos conhecimentos, nova organização e/ou nova habilidade de gestão ou processual –, todos representando descontinuidade com o passado. Ou seja, ao se implementar algo novo ou um melhoramento no serviço público, deve ocorrer uma ruptura dos processos já existentes.

Para Cavalcante e Cunha (2017), por sua vez, a inovação no setor público se justifica pela necessidade de corrigir as falhas de governo, pelo crescimento de problemas complexos, pela demanda de melhores serviços e pela maior participação social no desenvolvimento de políticas públicas.

Design Thinking

A construção da abordagem do *Design Thinking* deu-se pela Ideo, a maior empresa de consultoria de *design* e inovação do mundo, especificamente pelo CEO¹ da empresa, que passou a receber solicitações para resolução de problemas que superavam a visão comum do *design*. Assim, passou-se a elaborar inovações com base no pensamento de um profissional *designer*. Essa prática ficou conhecida como *Design Thinking* (BROWN, 2017).

Segundo Vianna *et al.* (2012, p. 13), *Design Thinking* “[...] se refere à maneira do designer de pensar, que utiliza um tipo de raciocínio pouco convencional no meio empresarial,

¹ Sigla inglesa de *Chief Executive Officer*, em português significa Diretor-Executivo.

o pensamento abduutivo”. O pensamento abduutivo pode contribuir para solucionar problemas não convencionais ao desenvolver ideias, hipóteses e novas possibilidades.

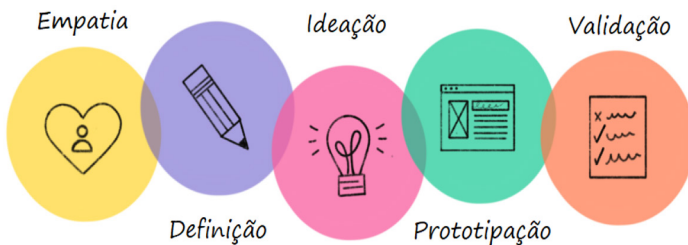
Para Brown (2017, p. 38), o *Design Thinking*:

[...] se baseia na nossa capacidade de ser intuitivos, reconhecer padrões, desenvolver ideias que tenham um significado emocional além do funcional, nos expressar em mídias além de palavras e símbolos.

Assim, inova-se introduzindo novos significados aos produtos ou serviços e buscando melhorias para as principais necessidades dos indivíduos.

O processo do *Design Thinking*, apesar de ser composto por fases, não segue um modelo linear, permitindo retornar a fases anteriores à medida que as ideias são testadas e os usuários dão um *feedback* a respeito das ações desenvolvidas nos projetos. Brown (2017) afirma que não existe uma receita simples e fácil para a realização de todos os projetos, mas que existem pontos de partida e pontos de referência ao longo de seu andamento, com possibilidades de se sobreporem e não serem passos ordenados. As fases do *Design Thinking* podem ser definidas da seguinte forma:

Figura 1 – Fases do *Design Thinking*



Fonte: *Design Thinking na Prática* (2020)².

² Disponível em: https://www.sympla.com.br/design-thinking-na-pratica-aulas-remotas-e-sincronas___909401. Acesso em: 16 mar. 2021.

O trabalho do *design* se inicia na fase da empatia, na qual a equipe identifica um problema e se aproxima do contexto para buscar compreender e identificar os perfis dos usuários. Em seguida, na fase da definição, delinea-se o real problema com a organização das informações encontradas para identificar padrões que possam auxiliar na compreensão do objeto. Na etapa da ideação, o propósito é a geração de várias ideias capazes de solucionar o problema em questão. Na etapa seguinte, denominada de prototipação, analisam-se as ideias, as quais são postas posteriormente em prática. Por último, na fase de validação, a solução encontrada é testada junto aos usuários. As etapas podem se repetir até que se alcance uma solução.

***Design Thinking* na educação**

A abordagem do *Design Thinking* “[...] pode oferecer meios que auxiliem a implementação de iniciativas que promovam as habilidades exigidas nas escolas” (WAGNER, 2012 *apud* MELLO, 2014, p. 42). Com o objetivo de contribuir com a execução do *Design Thinking* no ambiente escolar, a Ideo criou o projeto *Design Thinking for Educators*, pensado especificamente para a escola, a sala de aula e a comunidade em geral.

Essa iniciativa revela os principais desafios enfrentados por professores e demais segmentos da escola, além de indicar como a abordagem do *Design Thinking* pode contribuir para a resolução de problemas. As contribuições do trabalho são apresentadas em diversos eixos: “currículo”, referindo-se ao planejamento e desenvolvimento das aulas e ao aprendizado, o que contribui para aproximar o planejamento dos interesses dos alunos; “espaços”, abordando questões sobre o ambiente físico de

aprendizagem; “processos e ferramentas”, nos quais são explorados os programas, projetos e experiências escolares, colaborando para identificar o que ainda pode ser útil e o que deve ser redesenhado; “sistemas”, nos quais se exploram as estratégias, os objetivos e as políticas escolares com a finalidade de apoiar a construção de um sistema com foco no estudante, na comunidade e no seu entorno.

O kit “*Design Thinking* para Educadores”, desenvolvido pela EducaDigital, sugere um caminho de cinco etapas que trazem dicas para organizar as ideias que ajudam no desenvolvimento da inovação na educação, desde a identificação de um problema até a construção da sua solução. A primeira fase (Descoberta) sugere disponibilidade do educador para novas oportunidades e inspiração para criar novas ideias. A segunda fase (Interpretação) objetiva a interpretação de uma ideia, seja por observações, visitas de campo ou conversas, transformando-a em *insights*. A terceira fase (Ideação) visa gerar diversas ideias para solucionar o problema encontrado. A quarta fase (Experimentação) consiste na concretização das ideias pela utilização de protótipos e na obtenção de um *feedback*. Por fim, a última fase (Evolução) objetiva aprimorar as ideias.

Assim, o kit apresenta informações e orientações relevantes para que os educadores possam desenvolver atividades baseadas no pensamento do *design*, mesmo sem ter uma formação na área, mostrando que é importante assumir os processos de forma intencional, sair da zona de conforto e confiar em suas habilidades criativas.

Para Gonsales (2017), o *Design Thinking* na educação apresenta vantagens alcançadas por meio da ritualização de práticas que podem transformar o fazer educativo, considerar o talento de todos os atores envolvidos e inspirar outros educadores.

Metodologia

Com o objetivo de encontrar experiências de utilização do *Design Thinking* na educação pública brasileira, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Essa modalidade de pesquisa científica objetiva reunir, analisar e sintetizar as conclusões de trabalhos já publicados sobre uma determinada temática. A esse respeito, Galvão e Ricarte (2019, p. 58) afirmam que a revisão da literatura:

[...] segue protocolos específicos e busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo.

No sentido de elaborar um protocolo adequado, seguimos as orientações de Galvão e Ricarte (2019) e delineamos quatro fases para o estudo, a saber: delimitação da questão, seleção da base de dados, elaboração da estratégia de busca/seleção e sistematização.

No que concerne à delimitação da questão, a revisão de literatura demanda a definição de objetivos e questões de pesquisa (GALVÃO; RICARTE, 2019). Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa foi desenvolver uma revisão sistemática da literatura para verificar se o uso da abordagem do *Design Thinking* na educação pública brasileira é capaz de produzir ações inovadoras e, desse modo, identificar possíveis resultados positivos ou negativos em artigos já publicados.

Sobre a fase de seleção da base de dados, Galvão e Ricarte (2019, p. 64) ressaltam que é:

[...] preciso definir quais bases de dados serão consultadas para a busca de artigos e outros materiais bibliográficos que possam ser incluídos ou excluídos da revisão de literatura que se pretende realizar.

Em nosso caso, selecionamos o Google Acadêmico devido à sua abrangência e diversidade de trabalhos publicados.

A terceira etapa, dedicada à elaboração da estratégia de busca, teve a finalidade de localizar as informações desejadas na base de dados. Para que isso fosse possível, utilizamo-nos das palavras-chave “*Design Thinking*” e “educação” com o intuito de analisar a versatilidade de sua aplicação em diferentes áreas da educação. Em seguida, definimos os critérios de inclusão e exclusão dos artigos, conforme se verifica no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de inclusão e exclusão

| Critérios de inclusão | Critérios de exclusão |
|--|--------------------------------------|
| Conter as palavras-chave indicadas | Ser em língua estrangeira |
| Estar em língua portuguesa | Não ser artigo |
| Ser no formato de artigo | Ser um artigo de base teórica |
| Apresentar situações de práticas de utilização do <i>Design Thinking</i> | Não apresentar o tipo de instituição |
| Resultar de experiências em instituições públicas no Brasil | Não apresentar resultados |
| Ter sido publicado nos últimos cinco anos (2015-2020) | Não ser gratuito |

Fonte: Os autores (2021).

Na etapa de seleção e sistematização, buscamos por artigos relacionados ao “*Design Thinking* na educação” no Google Acadêmico e prosseguimos com a leitura dos resu-

mos, das metodologias e das conclusões dos artigos. Após esse procedimento, selecionamos os 20 primeiros artigos que respondiam aos critérios definidos. Por fim, realizamos a leitura completa dos artigos selecionados e efetuamos a análise dos dados.

Resultados

Após a leitura dos artigos selecionados, observamos uma diversidade de publicações nos últimos cinco anos (2015-2020), a saber: duas publicações nos anos de 2015, 2017 e 2018; seis em 2016; e cinco em 2020. Verificamos ainda que as publicações estiveram presentes em onze estados brasileiros, quais sejam: Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Os estados com maior número de publicações foram Pernambuco e Santa Catarina, com cinco e quatro trabalhos, respectivamente. Os demais estados ficaram com uma ou duas publicações sobre a temática em estudo.

Realizamos uma análise das publicações selecionadas considerando o nível de ensino, o tipo de instituição e o público-alvo. Quanto ao nível de ensino, o maior número de publicações apresentou experiências no ensino superior (n=14 trabalhos, 70%). No que se refere ao tipo de instituição, a maioria das experiências relatadas disseram respeito a instituições federais (n=13 trabalhos, 65%), seguidas das instituições municipais (n=5 trabalhos, 25%) e estaduais (n=2 trabalhos, 10%).

Com relação ao público-alvo, verificamos que a maioria dos trabalhos estavam centrados nos alunos (n=12, 55%), ou seja, buscavam melhorias das técnicas de ensino para facilitar e incentivar o aprendizado e o envolvimento dos estudantes. Em seguida, encontramos a abordagem *Design Thinking* aplicada aos professores, com 27% (n=6), com a finalidade de estimular a inovação por parte dos docentes em seu fazer pedagógico. Além disso, encontramos trabalhos (n=4, 20%) centrados na análise de questões mais abrangentes que abordam problemas cotidianos no âmbito da escola.

Após a análise de todos os estudos incluídos na revisão sistemática da literatura, foi possível extrair um conjunto de dez benefícios associados ao uso da abordagem do *Design Thinking* na educação, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 - Benefícios do *Design Thinking*

| Benefícios | Frequências |
|---|--------------------|
| Identifica, estuda os problemas e propõe soluções | 6 |
| Contribui com a inovação | 5 |
| Melhora o processo de ensino-aprendizagem | 4 |
| Melhora o engajamento e a interação | 4 |
| Otimiza as práticas pedagógicas e escolares | 4 |
| Aperfeiçoa o trabalho colaborativo | 4 |
| Estimula a comunicação | 2 |
| Incentiva a troca de conhecimentos e experiências | 2 |
| Desenvolve a criatividade | 2 |
| Apoia novos planejamentos e projetos | 2 |

Fonte: Os autores (2021).

Diante dos dados do Quadro 2, observamos que o *Design Thinking* apresenta um leque de benefícios para a educação, pois gera mudanças de forma individual e co-

letiva, promove melhorias no aprendizado dos alunos e aperfeiçoa o trabalho em equipe (discentes, docentes ou gestores). Além disso, a abordagem contribui para mudanças na prática docente, melhora o desenvolvimento das disciplinas, reforça a interação entre alunos e professores e promove um engajamento na comunidade escolar. Esses benefícios colaboram, sem dúvidas, para que o ambiente escolar seja mais propício à inovação e à criatividade.

Considerações finais

Considerando a importância da inovação no setor público e, conseqüentemente, no contexto escolar, realizamos uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar se o uso da abordagem do *Design Thinking* na educação pública brasileira fomentava transformações positivas na educação.

Ao longo do estudo, identificamos experiências existentes tanto no ensino superior quanto na educação básica. Essas experiências revelaram o desenvolvimento de soluções criativas, inovadoras e adequadas às necessidades dos sujeitos envolvidos. Outros benefícios do uso da abordagem do *Design Thinking* encontrados ao longo do trabalho foram: favorecimento da inovação nas práticas dos professores e da gestão, desenvolvimento de uma melhor comunicação escolar, evolução nos trabalhos colaborativos, estimulação da criatividade, fortalecimento de novas ideias para a construção de conhecimento e atribuição de autonomia aos sujeitos.

Em suma, verificamos que a abordagem do *Design Thinking*, apesar de não ter uma fórmula pronta para o processo de inovação, apresenta possibilidades reais para

promoção de mudanças singulares no ensino público ao propor análises profundamente humanas, com foco no fator emocional e no bem-estar de todos os envolvidos. Em outros termos, essa abordagem pode servir de base para uma eficiente busca por soluções inovadoras de problemas educacionais como o insucesso escolar, a relação com a comunidade, a motivação e a inovação pedagógica.

Referências

BEKKERS, V.; EDELENBOS, J.; STEIJN, B. (ed.). *Innovation in the public sector: linking capacity and leadership*. Governance and Public Management Series. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BROWN, T. *Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Rio de Janeiro: Alta, 2017.

CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M. R. S.; SEVERO, W. R. Inovação na gestão pública federal: 20 anos do prêmio inovação. *In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 9., 2016, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: Consad, 2016. p. 15-32.*

CAVALCANTE, P.; CUNHA, B. Q. É preciso inovar no governo, mas por quê?. *In: CAVALCANTE, P. et al. (org.). Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília, DF: Enap; Ipea, 2017.*

DESIGN Thinking na Prática. Disponível em: https://www.sympla.com.br/design-thinking-na-pratica-aulas-remotas-e-sincronas__909401. Acesso em: 16 mar. 2021.

EDUCADIGITAL, I. *Kit de Design Thinking para Educadores*. 2014. Disponível em: https://designthinkingforeducators.com/dt_livro_completo_001a090.pdf. Acesso em: 2 mar. 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTEI, L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion:*

Filosofia da Informação, Botafogo, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GONSALES, P. *Design Thinking e a ritualização de boas práticas educativas*. São Paulo: Instituto Educadigital, 2017.

MELLO, D. *Contribuições do Design Thinking para a educação: um estudo em escolas privadas de Porto Alegre/RS*. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em *Design*) – Programa de Pós-Graduação em *Design*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

OECD. *Oslo Manual: guidelines for collecting and interpreting innovation data*. 3. ed. The measurement of scientific and technological activities. Paris: OECD, 2005.

OSBORNE, S.; BROWN, K. *Managing change and innovation in public service organizations*. Oxon: Routledge, 2005.

SCHUMPETER, J. A. *Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University, 1934.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. *Gestão da inovação-5*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VIANNA, M. *et al. Design Thinking: inovação em negócios*. Rio de Janeiro: MJV, 2012.

GESTÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO: EM BUSCA DA RESPONSABILIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap7>

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE

Doutora em Ciência da Informação pela University of Brington, na Inglaterra, doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), aperfeiçoamento em Administração de Bibliotecas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), junto à Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas), e bacharela em Biblioteconomia pela UFC. Professora associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e vice-coordenadora do curso de Administração Pública presencial. Interesse e áreas de pesquisa: Biblioteconomia e Sociedade; Inovação e Transferência de Conhecimento; Política Educacional, Gestão e Aprendizagem; Política, História e Gestão da Educação; Gestão da Informação e de Unidades de Informação; Metodologia da Pesquisa e Produção Científica; Formação e Desenvolvimento do Acervo de Bibliotecas e Unidades de Informação. Ensino: Biblioteconomia; Ciência da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Teorias da Administração; Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar e do Trabalho Científico; Leitura e Biblioteca Escolar; Práxis Social do Bibliotecário; Competência em Informação; Gestão da Informação nas Organizações; Políticas Públicas e Políticas de Informação. E-mail: fatimaportela@unilab.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3913-2604>

CLEBIA MARDONIA FREITAS RABELO

Pós-doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC, especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduada em Economia Doméstica pela UFC. Docente pesquisadora e extensionista da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). É idealizadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) desde 2017. E-mail: clebiaf@unilab.edu.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3385-4443>

FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA RODRIGUES

Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, especialista em Gestão em Saúde e graduado em Administração Pública, todas as formações pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Membro do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS). E-mail: francisco02rodrigues@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5660-1994>

Introdução



valor do conhecimento em si na sociedade e sua defesa como recurso nas organizações (públicas e privadas) já vêm sendo tratados há mais de um século, seja de modo mais objetivo ou por aproximações. Todavia, seu entendimento como potencialidade estratégica, como alavanca de eficiência e eficácia operacional nos setores privados e públicos, tem sido foco em diversos estudos, especialmente a partir da década de 1990, como se pode evidenciar nesta literatura, em que se teve o cuidado de selecionar alguns estudos por data, como segue: Sveiby (desde o início da década de 1980), Masuda (1982), Polanyi (1983), Nonaka (1994), Nonaka e Takeuchi (1995) Choo (1995), Roos e Roos (1997), Drucker (1993), Lonard-Barton (1998a, 1998b), Zack (1999), Sternberg e Horvath (1999), Davenport e L. Prusak (2000), Gamble e Blackwell (2001), Fleury e Fleury (2001), Strauhs (2003), Edvardsson (2003), Fong (2003), Cysne (2003), Davenport e Marchand (2004), DeLong (2004), Halawi, Aronson e McCarthy (2005), Terra (2005), Hislop (2009), Weill e Ross (2010), Dalker (2011), O'Dell e Hubert (2011), Essawi e Tilchin (2013)¹.

¹ Os interessados devem buscar a literatura mencionada pelos sobrenomes dos autores e data da publicação ou obtê-las por solicitação pelo *e-mail*: fatimaportela@unilab.edu.br.

Observa-se na literatura pesquisada que a década de 1990 parece ser o período em que algumas organizações (mais no exterior) passam a considerar a falta de informação e, por conseguinte, de conhecimento como elementos propulsores da maior parte de seus problemas, ao não terem, dominarem ou perderem tipos específicos e essenciais de conhecimento. Sem eles, obter respostas de valor agregado ao desenvolvimento de seus produtos, técnicas, métodos e/ou serviços torna-se uma ação muito difícil e/ou onerosa. Sem essas informações e conhecimentos, a tomada de decisão passa a ser arriscada e/ou improdutiva.

A literatura, no final da década de 1990, já se mostrava crescente em estudos e análises do valor do conhecimento e sua gestão nas organizações, passando a considerá-los como requisitos básicos e propulsores para/da elevação da qualidade de desenvolvimento da sociedade produtiva. Essa produção filosófica, científica e de gestão das organizações, no novo cenário da sociedade da informação e do conhecimento, teve impactos muito importantes nos diversos setores públicos e privados.

Ao que parece, houve um alargar da percepção das instituições públicas e privadas com esses novos conceitos, identificação, coleta, organização, gerenciamento, acesso e uso de informação e conhecimento. Seu impacto inovador e de melhor entendimento sobre a organização como um todo, de certa forma, permitiu vislumbrar o valor do conhecimento como um recurso intangível, embora a base de desenvolvimento sustentável e de qualidade para as organizações em geral precisasse ser mais bem entendida, identificada, captada e gerenciada em um novo modelo de gestão, o do conhecimento.

Informação, conhecimento, TIC e gestão do conhecimento

A literatura atual já é rica nas pesquisas sobre a estreita relação entre informação, conhecimento, tecnologia de informação e comunicação (TIC), internet, inovação e competitividade. Inúmeras são as pesquisas que se debruçam sobre esses estudos, a natureza da informação, o conhecimento tácito, sua explicitação e a possibilidade de ser transferido. Seguindo esse processo, analisa-se como informação e conhecimento tácito podem ser administrados pelas organizações para sua identificação, filtragem, organização, controle e indexação para a sua disponibilidade, acesso, obtenção, uso e apropriação.

Outras questões emergem do que se denomina de espiral do conhecimento, em que se produzem as interfaces das inter-relações e transformações da informação e conhecimento, sobre como evitar o excesso e perda do essencial pela análise e filtragem para que informação e conhecimento elevem o seu valor, sejam mais bem utilizados, menos desperdiçados e mesmo usurpados por outras empresas que estejam em patamares de gestão do conhecimento.

As organizações têm buscado um *modus operandi* que inclua conceitos mais precisos, bem como tecnologias, modelos e técnicas para implantar estratégias que identifiquem os conhecimentos a serem requeridos, retidos, controlados, organizados e indexados para rápida recuperação, bem como disseminados, disponibilizados e acessados pelos diversos setores que dele necessitem.

No vocábulo inglês, esses tipos de pesquisa têm sido denominados de *knowledge retention* (KR) e se ocupam em desenvolver e implantar ações estratégicas para a retenção de conhecimento de valor agregado. Para um

melhor entendimento do que seja KR, as organizações precisam entender os dois tipos de saberes que possuem, produzem, coletam e usam:

- a) o conhecimento tácito – sendo uma produção humana, é mais complexo de ser compartilhado e apreendido por outra pessoa que não o produziu, mas é a partir dele que se cria o *know-how* (o como fazer e o entendimento de como se faz);
- b) o conhecimento explícito – que é registrado nos mais diversos suportes físicos, eletrônicos, fílmicos ou digitais. É de fácil acesso e absorção, seja por leitura, estudo, análise. Exige, contudo, que o nível do conhecimento sobre o tema do conhecimento seja passível de entendimento do indivíduo que lê, assiste, ouve, vê, etc. A partir dele, é possível entender os saberes que subjazem o conhecimento explícito e obter o *know-why*.

Esta é uma sumarizada introdução sobre um tema de muitas vertentes (desde protodado, dado, informação, conhecimento, gestão de informação, gestão de TIC e gestão de conhecimento nas organizações), tendo este capítulo como objetivo principal abordar a gestão do conhecimento a partir de conceitos de gestão da informação e de TIC nas organizações, tendo como pressuposto que são estudos que subjazem as políticas de gestão e transferência do conhecimento em universidades públicas e entre estas e a sociedade.

Assim, não se poderia deixar de iniciar com Nonaka e Takeuchi (1995), para quem o conhecimento só é plausível de ser criado pelo processo constante de conversão entre os conhecimentos tácito (aquele produzido no cérebro

do indivíduo) e explícito (entendido como a explicitação do conhecimento tácito). Como já se pode perceber, a conversão desse conhecimento se apresenta como uma equação complexa, pouco conhecida, entendida e tratada nas organizações, embora seja a base para o seu exitoso desenvolvimento. Isso ocorre por ser necessário a administradores e gestores de todo o segmento funcional de uma instituição (pública ou privada) ter claros: visão, missão, objetivos e metas da organização da qual fazem parte.

Isso implica ter uma visão holística e exige conhecimentos mais objetivos de como funciona a estrutura organizacional, entendendo como e para que cada setor foi pensado e criado, assim como os níveis de conhecimento, técnica, experiência e *expertise* exigidos do funcionário (por setor), suas forças e fraquezas. A gestão do conhecimento, objetivada na figura da espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1995), é ferramenta teórico-prática para contribuir na solução de desnível funcional em busca da eficiência e eficácia para o alcance dos objetivos e metas organizacionais propostos.

Além disso, considerado aqui como o fator mais importante, cabe identificar como cada pessoa se percebe nessa engrenagem organizacional, na qual o principal insumo e alavanca a serem trabalhados, individualmente e em conjunto, são os conhecimentos tácito e explícito, assim como o entendimento e domínio das ferramentas tecnológicas e de TIC para realizar objetivamente o fluxo de informação para a produção e aplicação dos conhecimentos.

Nonaka e Takeuchi (1995) alertam para o fato de que a obtenção de êxito e competitividade de alto nível para as organizações depende essencialmente do entendimento, eficiência e eficácia em como a entidade pública ou privada provê conhecimentos tácitos e explícitos, e vice-versa.

Para serem mais bem entendidos, os autores indicam a necessidade de se cumprir três etapas fundamentais:

- a) Socialização: compartilhar e criar conhecimento tácito através de experiências diretas;
- b) Externalização: articular conhecimento tácito através do diálogo e da reflexão;
- c) Combinação: sistematizar e aplicar o conhecimento explícito e a informação;
- d) Internalização: aprender e adquirir novo conhecimento tácito na prática.

Esse processo, de alto valor estratégico para os setores públicos e privados, denominado de espiral do conhecimento organizacional, é mais bem explicitado na Figura 1.

Figura 1 - Espiral do conhecimento



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1995).

Há de se convir que a complexidade contida nessa espiral do conhecimento possibilita vislumbrar a profundidade explicitada nos modos de conversão dos conhecimentos, que ocorre em duas dimensões:

- a) Ontológica: do aprender fazendo;
- b) Epistemológica: em que ocorre a construção do campo dos saberes: individuais, de partilha en-

tre colegas, com outros setores e/ou com outras instituições sociais, mas de modo dinâmico, constante, em movimento espiral.

TIC para a gestão do conhecimento no setor público

A evolução da informação e da gestão do conhecimento vem passando por constantes transformações, que podem ser consideradas significativas e relevantes para o processo contínuo de inserção de novas práticas administrativas nas instituições públicas. De tal realidade pode-se perceber que a exploração da gestão da informação, em prol do favorecimento da gestão do conhecimento na administração pública brasileira, ganhou força na década de 1990.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2011), esse período foi marcado por intensas transformações no cenário social, político e econômico, com essencial importância para promover o processo de reestruturação da administração pública. Tais transformações no cenário da gestão pública resultam em profundas estratégias de modernização e transformação das práticas administrativas, favorecendo então a busca da implantação do padrão de eficiência dos serviços prestados.

Com base nessas exposições, percebemos, então, os primeiros passos da modernização administrativa no que diz respeito à adequação do excesso de burocracia praticada no setor público.

Em vista disso, Ribeiro *et al.* (2011, p. 160) apontam que:

A modernização administrativa, transformando a cultura burocrática que permeava a administração pública brasileira, veio incutir uma nova cultura – denominada gerencial – com a implantação de pro-

cessos e ferramentas que estimularam a mudança de comportamentos, estruturas e forma de gestão, em face das exigências de adequação às expectativas e necessidades atuais. Para isso, houve avanços notáveis na área de Tecnologia da Informação (TI) no setor público, propiciando ao cidadão acesso direto a um leque de serviços.

Esse processo de reestruturação administrativa em todas as esferas da administração pública aconteceu em face das exigências do resgate dos serviços públicos, mas também com o objetivo de implantação de novos projetos, abrangendo amplamente os procedimentos administrativos, principalmente no campo da rotina das organizações. Nessa perspectiva, a gestão do conhecimento na administração pública recebe significativa atenção da adoção do modelo de gestão gerencial, como ocorre no contexto das empresas privadas.

Conforme Cysne *et al.* (2020, p. 7):

Os processos organizacionais numa empresa pública devem ser eficientes e eficazes, mas, se comparados com a iniciativa privada, que já têm incorporadas nas suas políticas gestacionais os resultados com efetividade, a organização pública federal não tem a mesma motivação para reduzir custos, pois a orientação é outra, ou seja, atender da melhor maneira os cidadãos, com atenção eficiente nos seus processos internos e melhoria contínua na qualidade desse serviço prestado.

Com isso, a tecnologia da informação passou a ser utilizada como uma importante ferramenta de gestão, ao possibilitar o maior acesso de informações e agilidade com os processos.

Neste sentido, observa-se a importância da tecnologia da informação aplicada no setor público,

principalmente no que se refere a possibilitar uma gestão mais efetiva e com maior eficiência nas atividades, dando mais agilidade aos serviços prestados aos cidadãos. (ROCHA, G.; ROCHA, P.; CAMPOS, 2019, p. 209).

A partir dessas exposições, é válido ressaltar que a gestão do conhecimento visa contribuir com um conjunto de processos, o qual disponibiliza ferramentas de compartilhamento de informações de maneira eficiente, focalizada em resultados que auxiliam no processo decisório. Em concordância, Ribeiro *et al.* (2011, p. 162) asseveram que:

[...] a Gestão da Informação é entendida como a gestão eficaz de todos os recursos de informação relevantes para a organização, sejam eles recursos gerados internamente ou externamente, com o apoio da tecnologia de informação.

Gestão de tecnologia da informação na administração pública

Durante as últimas décadas, a utilização da tecnologia da informação no cotidiano das organizações públicas ou privadas vem favorecendo a maximização dos serviços prestados à população, principalmente pela possibilidade de acesso rápido a um grande volume de informações. De acordo com os escritos de Souza e Felipe (2013), quanto a essa busca constante de aprimoramento dos novos modelos de administrar, a nova gestão pública do século XXI busca a ampliação do desenvolvimento econômico e social levando em consideração a combinação de gestão de tecnologia da informação com práticas de desenvolvimento sustentável.

Nesses termos, é importante ressaltar que a administração pública tem percorrido um longo caminho, propon-

do alavancar a modernização dos serviços públicos num contínuo processo de aprimoramentos para oferecer aos cidadãos um eixo de eficiência profissional, valorizando os recursos da tecnologia da informação como uma ferramenta que vise ao avanço dos serviços fornecidos à sociedade.

Gestão do conhecimento: características e contexto

Dentre as diferentes características sobre gestão do conhecimento, a informação é a que mais se destaca como essencial na disseminação do conhecimento.

Com isso, para que haja a gestão do conhecimento é necessário que a informação seja disponibilizada de maneira eficiente, sendo importante a realização da gestão da informação. (RIBEIRO *et al.*, 2011, p. 162).

Para Braun e Mueller (2014, p. 988):

O conhecimento é resultado de uma ação, um produto em movimento contínuo, como um ciclo que se reinicia no momento de apropriação da informação, pela interação da pessoa com a informação.

De acordo com Muller (2017), o conhecimento é compreendido como algo pessoal, que passa a ser informação a partir do momento em que for transmitido, ou seja, repassado para outras pessoas. Em face dessa importante questão, é inconcebível pensar que nos dias atuais as organizações públicas não façam uso de tecnologias da informação como ferramenta de gestão e produção de conhecimento, principalmente focado na agilidade dos serviços prestados, visto que a gestão do conhecimento beneficia estrategicamente os propósitos das organizações ao permitir aplicar os conhecimentos na elucidação dos problemas.

Nessa perspectiva, Cysne *et al.* (2020) afirmam que o grande desafio das organizações, ante as exigências das necessidades atuais, consiste em capacitar o capital humano para criar, desenvolver e inovar serviços, abrangendo conhecimentos articulados com as exigências administrativas, que se apoiam nas tecnologias.

Tais transformações causam mudanças e modernização nos processos administrativos, o que exigiria uma nova postura do Estado em relação aos padrões de eficiência e eficácia. A gestão da comunicação na administração pública focaliza a gestão da tecnologia da informação como característica de inovação, que auxilia na disseminação do conhecimento, o qual pode ser aplicado na resolução de problemas e na tomada de decisões (RIBEIRO *et al.*, 2011). Em outras palavras, à medida que as organizações desenvolvem novas ferramentas de gestão, de forma a corroborar a comunicação, também contribuem com a gestão do conhecimento.

Transferência e gestão do conhecimento na Unilab: a experiência da Intesol na relação da universidade/sociedade

Criada em 13 de dezembro de 2013, através do projeto financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e registrado na Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) apresenta uma estrutura já internacionalizada de multi-incubação, já que na prática vem atuando através da integração com as políticas públicas de desenvolvimento e com o intercâmbio com os países da África parceiros da Unilab.

Com cerca de oito anos de atuação, a Intesol conta atualmente com uma equipe de professores pesquisadores e bolsistas interdisciplinares, envolvendo diversas áreas do saber e dos institutos da Unilab. Seu aspecto mais importante de extensão se apresenta no relacionamento com o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb), da maior relevância para disseminar conhecimentos e saberes relacionados às demandas dos sujeitos sociais envolvidos e/ou participantes da incubadora.

Considerando o envolvimento da Unilab com países parceiros, a Intesol vem desenvolvendo intercâmbio e transferência de tecnologia de incubação para esses países. A extensão é o que caracteriza o fazer da Intesol, porém com foco específico - a estratégia de assessoramento técnico no que se refere ao desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, à inclusão produtiva e à formação dos sujeitos pautada na economia solidária.

A vigência dessa forma de fazer da Intesol, pautada nos preceitos da economia solidária, coaduna-se com o que defende a Unilab como princípios e objetivos estratégicos, mesmo ao se considerar que, como unidade de ensino, a Unilab não poderá se fechar para compreender outra ou outras vertentes econômicas.

A interação com a sociedade vem se dando pelo debate e fortalecimento realizados com as instâncias de participação do território do Maciço de Baturité: Colegiado Territorial, Conselhos, inserção de grupos e empreendimento a serem incubados, seja pelo diálogo e parceria com organismos públicos ou da sociedade civil organizada (a exemplo de prefeituras, governos estadual e federal, universidades, agências de fomento, organizações não governamentais, associações comunitárias e cooperativas, dentre outros).

Talvez não fosse difícil juntar os “pedaços” de tudo o que fizemos até o momento, já que se teve o cuidado de ir registrando, avaliando e dando vida pela escrita. Contudo, não é fácil a tessitura da “colcha de retalhos” da Intesol nos seus quase oito anos de ações, práticas e saberes, em uma representação da construção e transferência de conhecimentos. Nesse pouco tempo, a incubadora desenvolveu pesquisas e ações extensivas e contribuiu com as atividades de ensino, ao criar e recriar métodos, técnicas, instrumentos para as ações desenvolvidas e mesmo para capacitar seus integrantes. Na incubadora todos desfrutaram de muitos aprendizados.

Desse modo, a Intesol se apresenta como a primeira incubadora da Unilab, que vem se consolidando como um relevante instrumento de transferência de conhecimentos e saberes, especialmente na região do Maciço de Baturité, além de algo bastante significativo, mas difícil de ter todos os registros, dada a sua subjetividade e intangibilidade, a relação que construiu em termos dos vivenciamentos, dos enlaces quase inexplicáveis, impalpáveis, mas, por isso mesmo, da maior significação; quicá um dia se possa produzir uma metodologia tecnológica que provoque e facilite o aflorar da escrita em relação a esses momentos singulares e riquíssimos de ser humano.

No seu *modus operandi*, deixa clara a distinção dos saberes – o conhecimento tácito e o conhecimento explícito –, já que a criação/recriação de métodos de gestão passa pela compreensão e produção humana e utiliza para registro os diversos suportes tecnológicos, sejam estes físicos, eletrônicos ou digitais. A metodologia de gestão é sistematizada e repensada anualmente a partir das vivências. Essa representação do conhecimento possibilita aos indivíduos o entendimento do modo de fazer da Intesol a

partir da leitura, estudo e análise, embora com possibilidades de entendimento sobre o tema.

Assume-se ser esta construção uma referência básica para os processos de ressignificação da prática da Intesol desenvolvida a cada ano. Assim, provavelmente ela se apresente em 2022 com uma “nova cara”, um novo jeito de fazer, já que conquistou em 2021 sua tão sonhada institucionalidade. A Intesol tornou-se em 2021 um órgão complementar, vinculado ao Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) pela Portaria nº 004 do Conselho Universitário, de 11 de março, após inúmeras idas e vindas, “[...] *balançadas por redes de relações que muitas vezes não se fizeram claras*”, nem foram percebidas, mas promoveram:

[...] tantos amores, sabores, delícias, dores... Ah! Intesol! Se não se soubesse aonde se queria chegar, seria até possível dizer que haviam sido desperdiçadas muitas vidas.

Remete-nos, portanto, à possibilidade de uma “nova” transmissão de conhecimentos e de novos processos de gestão que, inclusive, evidenciam o importante papel das tecnologias.

Muito se traduz sob o prisma das diversas vidas em doação pela crença de um mundo mais justo, igualitário e solidário. Ganha a sociedade, ganha a Unilab. Destacam-se as diversas contribuições que teve ao longo desses quase oito anos por meio de sujeitos internos (bolsistas, voluntários, professores, técnicos, pessoal de apoio e terceirizados) e sujeitos externos (colaboradores, beneficiários, governos, sociedade civil organizada, parceiros nacionais e internacionais, dentre outros). Juntos eles formaram a rede de relações do reconhecimento social e saberes que foram conquistados e suplantados nos processos de

gestão, do que se apreendeu, do que se gerou e do que se transferiu em termos de conhecimentos e saberes.

Nesse contexto, é possível afirmar que a Intesol representou e representa os diversos momentos de produção, reprodução, troca de experiências e vivências, especialmente na contribuição no que se refere às políticas públicas de desenvolvimento territorial, de economia solidária, de inclusão produtiva e de gestão social, implantadas no Maciço de Baturité e países parceiros; é, sem dúvida, uma evidência expressiva do seu papel social.

No desenvolvimento de suas ações, a Intesol precisou suplantar ações para além do planejado, de modo a favorecer as relações, a exemplo da criação do Nedetemb e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento, Educação e Economia Solidária (Nepdeesol). Estes contribuem com o aprofundamento dos estudos, análise e produção de conhecimentos e saberes sobre os temas e categorias e ainda na interlocução entre o governo e a sociedade civil organizada.

Destaca-se também a implantação de diversos projetos complementares, tais como a organização de eventos, a formação de formadores, dentre outros, como estratégias para responder às demandas, além dos instrumentos que colaboram na realização de debates, ações, gestão social e inclusão produtiva. Disso advêm reflexões sobre o importante papel da extensão universitária como instrumento de cidadania que promove o lançamento de várias campanhas, entre as quais se destaca a campanha sobre o consumo consciente, disseminada nas escolas de ensino fundamental e médio no território, bem como um espaço de comercialização na Unilab, intitulado de “Feira Agroecológica da Unilab”.

Fomos muitos – muitas vezes, parecemos poucos, pela grandiosidade dos afazeres para alcance dos resultados almejados –, mas cada ação traduziu e traduz o amor dos sujeitos no envolvimento. Podemos dizer que são histórias que não teremos como contar aqui, mas que trazem na sua essência as “dores e as delícias de ser” e que, com certeza, evidenciam o significado da transferência de conhecimentos e saberes e do jeito de fazer gestão. São momentos de dar vida e voz aos sujeitos que a fazem ter sentido.

As tecnologias de informação se fizeram extremamente necessárias, as quais na prática se consolidaram como suporte para a eficiência e eficácia dos processos de gestão e transferência de conhecimentos.

Considerações finais

Como se propôs, este capítulo iniciou uma abordagem temática do projeto de pesquisa sobre a gestão do conhecimento para se implantar uma articulação objetiva de interação, transferência de saberes e inovação entre a universidade e a sociedade, a partir de conceitos iniciais de informação, conhecimento, TIC nas organizações, abordagem de gestão do conhecimento, partindo da dualidade contida no conhecimento, de modo que a organização possa desenvolver sua capacidade de registrar, coletar, armazenar e indexar informação de modo a poder recuperá-la instantaneamente.

Esse é o processo que facilita a utilização da informação como conhecimento, no momento requerido ou já se antecipando, no formato ou meio mais adequado de uso, pelo setor ou setores que dela necessitam. Essa é uma abordagem de sentido mais global do uso do conhecimento como um ativo intangível, que deve ser gerido, organi-

zado e gerenciado em função do êxito do alcance dos objetivos e metas traçados.

A gestão e transferência de conhecimentos, pautadas na busca da responsabilidade da universidade pública, têm se mostrado como uma alavanca de eficiência e eficácia operacional que começa a ser valorizada, em especial para a tomada de decisões nas instituições em geral.

Os estudos sobre como as TIC se relacionam nos processos de gestão e como estas podem ser úteis vêm instigando as instituições públicas e privadas a repensarem seu *modus operandi* e, assim, desenvolverem estratégias para a retenção de conhecimentos com valor agregado. A Intesol realiza a sistematização dos conhecimentos e saberes utilizando-os tanto para ressignificar o modo de agir quanto para “transmiti-los” aos sujeitos copartícipes. Instrumentos de gestão são criados e recriados nessa constância utilizando as TIC.

Percebemos claramente a necessidade de as universidades públicas incluírem em seu rol de atividades a gestão e transferência de conhecimentos para que exitosamente deem resposta ao seu tripé – ensino, pesquisa e extensão. É através da transferência de conhecimentos que “novos” saberes são gerados e socializados e a apropriação da informação pela interação com os indivíduos se revela. Imbuídos desse entendimento, múltiplos são os especialistas, em distintas áreas, cuja busca e objetivo finais têm sido exatamente a aprendizagem que se processa com/entre pessoas, áreas do saber e setores. Essa aprendizagem propicia uma multiplicidade de conhecimentos tácitos, explicitados em informações de valor, que são filtradas e indexadas de modo a facilitar a gestão de suas reservas de informação de valor agregado, para serem usadas de modo proativo e rápido, com resultados de sucesso.

Referências

- BRAUN, C. C.; MUELLER, R. R. A gestão do conhecimento na administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do método OKA – Organizational Knowledge Assessment. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 983-1006, 2014.
- CYSNE, M. R. F. P. *et al.* Gestão do conhecimento sob a ótica de alunos universitários: estudo em uma universidade federal do Ceará, Brasil. *Brazilian Journal of Development*, São José dos Pinhais, v. 6, n. 6, p. 41967-41980, 2020.
- MULLER, L. A. L. *Gestão do conhecimento*: estudo numa instituição federal de ensino superior do interior do estado do Ceará. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis) – Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade Brasileira alinhada à integração com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Redenção, 2017.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *The knowledge-creating company*. New York: Oxford University, 1995.
- RIBEIRO, C. P. P. *et al.* Difusão da informação na administração pública. *Transinformação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 159-171, 2011.
- ROCHA, G. S. R.; ROCHA, P. D.; CAMPOS, S. A. P. Gestão da tecnologia de informação no setor público: diagnóstico na Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social de Boa Vista das Missões-RS. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 4, p. 207-229, 2019.
- SOUZA, I. M.; FELIPPE, S. Gestão do conhecimento na gestão pública: desafios do programa Ciência sem Fronteiras. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 14, p. 125-144, 2013.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: BASE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap8>

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE

Doutora em Ciência da Informação pela University of Brington, na Inglaterra, doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), aperfeiçoamento em Administração de Bibliotecas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), junto à Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas), e bacharela em Biblioteconomia pela UFC. Professora associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e vice-coordenadora do curso de Administração Pública presencial. Interesse e áreas de pesquisa: Biblioteconomia e Sociedade; Inovação e Transferência de Conhecimento; Política Educacional, Gestão e Aprendizagem; Política, História e Gestão da Educação; Gestão da Informação e de Unidades de Informação; Metodologia da Pesquisa e Produção Científica; Formação e Desenvolvimento do Acervo de Bibliotecas e Unidades de Informação. Ensino: Biblioteconomia; Ciência da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Teorias da Administração; Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar e do Trabalho Científico; Leitura e Biblioteca Escolar; Práxis Social do Bibliotecário; Competência em Informação; Gestão da Informação nas Organizações; Políticas Públicas e Políticas de Informação.

E-mail: fatimaporcela@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3913-2604>

ADRIANA NÓBREGA DA SILVA

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013) e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Biblioteconomia da UFC desde 2013. Áreas de estudo e pesquisa: Ciência da Informação e Gestão da Informação e do Conhecimento.

E-mail: adriufc.nobrega@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9070-0104>

MARCUS RODNEY PORTELA CYSNE

Mestre em Linguística Aplicada (Conceito Capes 5) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em TIC para o Gerenciamento da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em Letras Inglês / Licenciatura pela UECE e em Pedagogia pela UFC.

E-mail: marcuscysne@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3905-8763>

Introdução

A importância da informação e do conhecimento para as organizações tem sido reconhecida como recurso imprescindível a partir de 1990, com o estabelecimento da Sociedade da Informação, cuja gestão e aproveitamento passaram a ser a base do exitoso sucesso de instituições públicas e privadas. Mesmo sendo um ativo intangível, a informação passou a ser considerada como um dos principais insumos das organizações. Isso ficou mais claramente perceptível com o advento e uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que tornaram possível a captura, o registro, a organização, o controle, a criptografia, a indexação para instantânea disponibilidade, recuperação, acesso, distribuição, disseminação e recuperação da informação – geradora de conhecimentos agregados de valor e usabilidade.

Ao se considerar que esses acontecimentos tornaram a Sociedade da Informação em um novo paradigma histórico-social-tecnológico, percebem-se com rapidez os mais diversos impactos em apenas um pouco mais de cinco décadas: eles mudaram os modos de produção, de convivência, de comunicação, de alimentação, de saúde, de longevidade, de sentimentos, de cultura, passando mesmo a exigir das organizações a adoção de um novo modelo de gestão de conhecimento (GC).

Este capítulo se propôs a analisar a GC como sendo a gestão das capacidades, competências e habilidades das pessoas no desenvolvimento de suas atividades no sistema estrutural da organização. Nesta perspectiva, considera-se que a GC está integrada e inter-relacionada com os dados, as informações, os conhecimentos, as habilidades e as *expertises* das pessoas requeridas em cada setor onde desempenham funções específicas e gerais.

Advoga-se, assim, que a gestão do conhecimento na organização (GCO) tem se tornado a engrenagem e a força motriz que objetivamente dão vazão adequada, estratégica e direcionada aos fluxos de informação e conhecimento requeridos em cada setor da organização. Desse modo, a GC apresenta-se como um sistema inteligente da organização, garantindo a geração de produtos e serviços de alta qualidade, sustentáveis, competitivos e de maior interesse.

Desde a década de 1990, vários estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos sobre essa temática, dos quais destacamos os seguintes: os modelos propostos por Bukowitz e Willians (2002), Carvalho (2001), Choo (2003), Nonaka e Takeuchi (1995); os processos de transferência de conhecimento entre instituições e sociedade, de Cysne (2003); os métodos de *Organizational Knowledge Assessment* (OKA), que facilitam a construção de instrumento de diagnóstico de gestão da informação (GI) e seus modelos, de Malin (2006), Monteiro e Falsarella (2007), Pinto e Silva (2005), bem como da Província de Alberta, no Canadá.

Da informação à gestão do conhecimento

A ideia de informação teve origem especialmente nas pesquisas de Biologia da década de 1940, que a utili-

zou para explicar modelos de desenvolvimento contidos nos cromossomos humanos. Em 1948, o matemático estadunidense Claude Elwood Shannon demonstrou o valor de criação, uso e disseminação da informação por poder sistematizar o valor do conhecimento para a eficiência dos sistemas de comunicação e formular sua Teoria Matemática da Comunicação, em que expõe como ocorre a:

[...] circulação da informação entre os indivíduos, sob uma forma bastante próxima da que conhecemos atualmente e que inclui os seguintes elementos: emissor, receptor, fonte, mensagem e meio.

Em 1949, Shannon e Warren Weaver aprofundaram o estudo da informação a partir de teoremas matemáticos e análises estatísticas aplicadas em sistemas telegráficos de transmissão de informação por utilizarem canais físicos de comunicação. Disso resultou, pela primeira vez, uma teoria que enunciava um conceito científico de informação.

Drucker (1999, p. 32) já considerava a informação como o insumo mais importante da produção humana, por seus dados serem interpretados e “[...] dotados de relevância e propósito”. Percebe-se nessa análise que a informação vai além de mero fluxo de dados, constituindo-se de mensagens que podem produzir conhecimento, ademais de, ao mesmo tempo, apresentar-se como meio material requerido para se extrair, construir ou afetar o conhecimento, a ponto de poder acrescentar-lhe algo ou reestruturá-lo.

Como observa Cysne (2007), embora a informação tenha se tornado elemento de destaque no desenvolvimento das sociedades, alçando valor e poder entre os povos até se apresentar como um fenômeno de interesse

central na Sociedade da Informação, quem trabalha com a sua gestão (bibliotecários, documentalistas e cientistas da informação) ainda não tem sido requerido nem tem tomado seu lugar como agente da GI.

Para este capítulo, pinçamos autores que apresentem consenso maior acerca da natureza intangível da informação, como sendo obtida pelo intelecto, via uso dos sentidos humanos, a qual é, também no intelecto, transformada em “conhecimento tácito”, este passível de ser registrado nos mais diversos suportes físicos, eletrônicos ou digitais como “conhecimento explícito” (nova informação).

Davenport (1998) considera que:

[...] a informação está presente em todas as atividades da sociedade atual, constituindo-se em poder em nível individual e nas organizações, funcionando como instrumento de atração aos negócios e empreendimentos.

Os estudos de Sveiby (1998) sobre informação e sua utilização oferecem um contributo valioso ao indicarem uma tipologia da informação que facilita trabalhar a GI para a GCO, assim como Dias e Belluzzo (2003) propõem uma tipologia de informação que facilita melhor compreensão da GI para a GCO, como indicado a seguir:

- a) Informação factual: responde a uma questão particular.
- b) Informação técnica: utilizada para o desenvolvimento de uma tarefa.
- c) Informação científica: resulta de pesquisas científicas.
- d) Informação tecnológica: oriunda do emprego da pesquisa aplicada no desenvolvimento de um processo ou de uma nova tecnologia.

- e) Informação empresarial: trata de mercado, das empresas, dos produtos, das estatísticas, da legislação comercial, governamental e financeira, do *marketing* e do gerenciamento.

Cianconi (1999, p. 33) considerou que:

[...] nesse processo, a percepção capta da realidade uma informação que se constitui num estágio de apreensão sensorial, agregando significado ao receptor no interior de um respectivo contexto.

Apesar da vasta gama de estudos sobre informação, ainda é muito difícil estabelecer um conceito mais geral, mais unificado, de informação, haja vista a amplitude de seu escopo, embora Senge (1999) conceba a informação como base na estrutura das relações entre as pessoas e o mundo e Sveiby (1998) a defina como o intangível, que, ao ser apropriado pelos indivíduos, é capaz de transformar estruturas.

Gestão da informação e gestão de tecnologia de informação e comunicação

É possível definir o GI de maneiras distintas ou com um número diferente de etapas. De modo geral, autores como Carvalho (2001), Cianconi (1999) e Davenport e Prusak (1998) enfocam o que é estrutural dentro do gerenciamento da informação (GRI). Eles consideram que nos processos informacionais seja útil identificar as atividades básicas que geram a variedade de demandas de conhecimentos tácitos e explícitos. Com isso, é possível se escolher ou criar um modelo de processos genéricos que se aplique a muitos métodos específicos de informação.

Descrevem esse processo genérico de gerenciamento em quatro etapas, sintetizadas a seguir:

- a) Determinação das exigências da informação: as experiências com necessidades informacionais têm alcançado pouco progresso desde a introdução do método “Fatores Críticos do Sucesso” (1980) e trabalham a fórmula dos fatores que devem funcionar bem.
- b) Obtenção de informações: processo posterior, após se definirem as informações necessárias às questões postas. É uma atividade ininterrupta, um processo não finalizado que incorpora um sistema de aquisição contínua.
- c) Distribuição: etapa que segue a obtenção da informação, estando ligada ao modo como a informação é formatada, e envolve as questões: onde e como conseguir as informações de valor e como distribuí-las adequadamente a setores específicos nas organizações.

Salazar (2000) contribui na delimitação de espaços e estabelecimentos de áreas de competência da GI e da GE, descrevendo suas diferenças conceituais. Para o autor, a GC tem base na GI, mesmo sendo necessário entender a diferença entre as duas áreas, explicando que, enquanto a informação é definida como um fluxo de mensagens, o conhecimento é a combinação de informação e contexto, sendo estes que produzem ações.

Cianconi (1999) considera que a GI advém da Biblioteconomia especializada em conjunção com a Ciência da Informação, cujo objetivo principal é identificar e potencializar recursos informacionais da organização em ter-

mos de sua produção, aquisição, organização, controle e dissenação para uso em constantes mudanças ambientais. Marchiori (2002, p. 72), de certa forma, complementa esse posicionamento ao definir a atividade de GI como:

[...] um conjunto de processos que englobam atividades de planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos de qualquer natureza, visando à racionalização e à efetividade de determinado sistema, produto ou serviço.

Introduzindo na definição de GI dimensões que objetivam suas ações, Tarapanoff (2006) enriquece o conceito ao incluir as dimensões estratégicas e operacionais, bem como os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos, e torná-las disponíveis como insumo útil e estratégico para indivíduos, grupos e organizações desenvolverem exitosamente suas atividades. Nessa perspectiva, Tarapanoff (2006, p. 10) considera como principal objetivo da GI:

[...] identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se às mudanças ambientais.

Considera-se que a gestão de tecnologia da informação e comunicação (GTIC) trata dos processos e sistemas (*hardware* e *software*) utilizados pelas organizações, de modo a dar fluxo às informações e conhecimentos necessários às atividades de qualquer organização. Seu estudo se distribui em áreas profissionais de Computação, Sistemas de Informação e Comunicação Organizacional. Para que uma organização possa se utilizar das TIC nas suas atividades, é necessário investir em todos os elementos, tecnologias, metodologias, processos, procedimentos,

instalações e manutenções, que são entendidos neste capítulo como gestão de tecnologia de informação e comunicação na organização (GTICO), muito embora se denomine como gestão de tecnologia (GTI).

Implementar a GTICO é fundamental para que as atividades dos diversos setores de uma organização funcionem de modo interligado e produtivo. Desse modo, a GTIC tem se tornado parte inerente ao desenvolvimento de toda e qualquer organização, ao lhe possibilitar obter informações agregadas de valor, fundamentais para suas estratégias de negócios, produtos e serviços, que se apresentam em uma cadeia de ações que podem exigir precisão, alto nível de qualidade de produtos e serviços, base das tomadas de decisão da organização, em função de suas políticas organizacionais ou de mudança/ inovação, assim com e em cada setor.

As GTIC trabalham tanto com informações tangíveis (conhecimento explícito) como com informações intangíveis, explicitadas nas suas ações eletrônico-digitais, essencialmente com informação intangível (registro). Isso requer que a organização compreenda a ocorrência de fluxos constantes e ininterruptos de informação intangível (conhecimento tácito) e informação tangível (conhecimento explícito) para poder desenvolver a GC; esta engloba a GI e a GTIC como elementos gerenciais, o que possibilita às organizações gerenciarem dados, informações e conhecimentos que as fazem funcionar de modo eficiente, eficaz e exitoso.

Gestão do conhecimento

Para alguns, o conhecimento deriva da informação, assim como esta advém dos dados. Cysne (2003) explica

que o conhecimento, não sendo puro nem simples, apresenta-se como uma mistura de elementos, o que o torna fluido, formalmente estruturado e intuitivo:

[...] uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações [...]. (SVEIBY, 1998).

Essas características dificultam a exposição do conhecimento em palavras e fazê-lo plenamente entendido em termos lógicos. O conhecimento pertencente ao indivíduo é tácito, complexo e imprevisível. Um conceito extraído de Davenport e Prusak (1998, p. 6) exprime o conhecimento como:

[...] uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores.

Os autores (1998, p. 6) comparam o conhecimento a “[...] um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente”, o qual é enriquecido de valores e crenças, que determinam parte do que o conhecedor vê, absorve e conclui. Nessa perspectiva, Nonaka e Takeuchi (1997, p. 63) diferenciam conhecimento de informação porque o conhecimento contém crenças e compromissos humanos, pessoais, oriundos de experiências humanas. Consoante Cysne (2003), o conhecimento distingue-se da mera informação, por estar associado a uma intencionalidade, mas iguala-se à informação por se constituir de declaração verdadeira. Para a autora, o conhecimento é também qualquer informação que contenha

um propósito ou uma utilidade. O conhecimento – como capacidade humana de reelaboração das percepções sobre os elementos da realidade, “dado”, dando-lhes sentido – o traz à superfície (explícito) agora com valor agregado.

Para Silva (2007), são principalmente duas as grandes diferenças entre conhecimento, informação e dado. A primeira é que o conhecimento só pode ser concebido, ou seja, ter origem, na mente humana, assim como só nela pode ser tratado, processado, entendido, transformado, inovado, refutado, etc. A segunda é que ele se explicita em vários formatos, sendo a informação o mais importante e próprio insumo.

Sveiby (1998) entende que o conhecimento resulta do processo de “assimilação da informação”, que provoca uma alteração na estrutura cognitiva do indivíduo. Essa abordagem é retomada por Senge (1999, p. 5), em uma perspectiva coletiva, ao considerar que:

Para intervir na vida social, gerando conhecimento que promove o desenvolvimento, a informação necessita ser transmitida e aceita como tal, provocando assim uma alteração na estrutura do sujeito.

Em uma outra perspectiva, Choo (2003) define conhecimento como esteio nas organizações, o que se encontra em uma comunidade pode ser identificado como “conhecimento tácito”, definido como o “[...] conhecimento pessoal usado por membros [de uma organização] para executar seu trabalho e fazer o sentido de seus mundos”, um tipo de conhecimento que pode ser “transferido e compartilhado”.

Nessa perspectiva, pode-se perceber o grande potencial de conhecimento existente no âmbito das organizações, que, embora devesse ser facilmente visível, nas mais das vezes, não é percebido no contexto organizacional, não

estando disponível e acessível porque não foi tratado, organizado, ou seja, não se fez sua gestão nas empresas.

De acordo com Davenport (1998), o termo “gestão do conhecimento” foi inicialmente utilizado para descrever a criação e o uso de repositórios eletrônicos de dados e informações com uma estrutura orientada para o conhecimento. É um conceito novo (final dos anos 80 do século recém-passado), que uniu dois termos já bastante utilizados em campos de conhecimento diferentes – gestão e conhecimento – e os revestiu com uma roupagem corporativa e com foco em estratégias empresariais. O autor explica que a GC embute diversos níveis de conhecimento (tácito, explícito e prático), assim como tipos de gestão (de competências, do capital intelectual, da aprendizagem organizacional) e também tipos de inteligência (cognitiva, econômico-produtiva, organizacional, empresarial), além da abordagem da educação corporativa e da aprendizagem organizacional.

Desde a década de 1990, com o surgimento da GC, teoria de Karl Erik Sveiby¹, as empresas passaram a adotar um novo e dinâmico modelo da gestão, que reconhece a força do material intelectual, dos relacionamentos e dos processos. O fator diferenciador passou a ser o conhecimento, embutido em pessoas, documentos, produtos, tecnologias, processos e serviços, considerado e transformado em agregados de ideias e valores, ativos intangíveis que superam, de modo único e diferencial, os valores dos ativos físicos e financeiros (CYSNE, 2003).

Visionário dessas profundas mudanças no vetor econômico-empresarial (dos produtos para seu criador,

¹ Membro da GC *Chief Knowledge Officer (CKO)*, da Skandia, um dos precursores da área que entendia que a “[...] gestão de conhecimento é a arte de criar valor a partir dos bens intangíveis da organização”.

do tangível para o impalpável, do estático para o dinâmico, do estável para o variante, do concreto para o fluido), Drucker (1999) reconhece o valor que o conhecimento começa a alçar e produzir no contexto da globalização. Percebendo ser o conhecimento uma criação humana inequívoca e, por conseguinte, pertencente ao ser, Drucker (1999) vislumbra a emergência de um novo tipo de trabalhador – o do conhecimento, que terá de suar menos a testa e muito mais o cérebro – e a gestão desse novo ativo organizacional como base para os ganhos de produtividade.

Vários estudos (alguns já indicados) sugerem que, no momento em que a organização percebe o valor econômico e transformador do conhecimento para suas atividades, sobrevivência e competitividade, passam a entender que ela não pode criar conhecimento sem as pessoas. O novo e estratégico capital da empresa – o conhecimento – é, na verdade, capital intelectual, conhecimento tácito, formado em um contexto social e individual, domínio único do indivíduo, e não propriedade da organização ou da coletividade.

Para Cysne (2007), essa atividade gerencial se apoia em duas outras, também nascentes da Sociedade da Informação, haja vista que o conhecimento, mesmo tendo origem nas pessoas e delas dependendo para florescer, não é apenas tácito, porquanto manuais de procedimentos, políticas explícitas da empresa, estruturas, marcas, patentes e relacionamentos são igualmente manifestações ou explicitações de conhecimento (codificado), denominados de informação:

- a) a primeira é a ‘gestão das tecnologias de informação’ necessária para criar a base estrutural e imprescindível do sistema e da rede de informação da empresa; b) a outra é a ‘gestão da informação’,

responsável pelo gerenciamento do estoque, fluxos e conteúdos de conhecimento da empresa; promoção da geração, aquisição, seleção, tratamento, indexação, recuperação, acesso, transferência e disseminação da informação. (CYSNE, 2007, p. 37).

Os primeiros ensinamentos da GC tiveram adeptos que logo a implantaram, como empresas mais cautelosas que entendiam ser apenas um modismo de curta duração. A revisão de literatura sobre GC mostra que, durante toda a década de 1990, autores e consultores empresariais escreveram sobre os conceitos, fundamentos e técnicas para a implantação da GC. Ela também indica que não há um conceito unificado de GC, mas que cresce rapidamente o número de empresas adotantes do modelo de GC e que sua prática é analisada por pesquisadores e especialistas de áreas diversas do conhecimento.

Disso resultam diferentes ênfases e domínios em função da base conceitual da GC, que, de acordo com Davenport (2000), está situada em três domínios distintos: Biblioteconomia e Ciência da Informação (denominado de KM1), Engenharia de Processos (denominado de KM2) e Teoria Organizacional (denominado de KM3), ou, no entendimento de Salazar (2000), o conceito advém de três disciplinas: Administração, Tecnologia da Informação e Ciência da Informação.

Nomes clássicos do estudo da gestão empresarial conferem uma conceituação geral de GC. Sveiby (1998) a conceitua como “[...] a arte de gerar valor a partir de bens intangíveis da organização” – o conhecimento –, visualizando duas abordagens: uma que se apoia nas TIC e a outra cuja ênfase é nas pessoas, o que é também identificado por Drucker (1999), ao entender o conhecimento como

elemento novo que assume na Sociedade da Informação o lugar dos habituais ativos – terra, capital e mão de obra.

Beal (2004) define GC como o conjunto de ações sistemáticas e disciplinadas que uma organização pode adotar para obter o maior retorno possível do conhecimento disponível; e Hommerding (2002, p. 42) considera a GC como um conjunto integrado de ações que visa a:

[...] identificar, capturar, gerenciar e compartilhar todo ativo de informações de uma organização. [...] sob a forma de banco de dados, documentos impressos e, principalmente, nas pessoas, pelas suas experiências, habilidades, relações pessoais e fundamentalmente de suas vivências.

Para Terra (2001), a GC tem como objetivo organizar as principais políticas, processos e ferramentas gerenciais e tecnológicas à luz de uma melhor compreensão dos processos de geração, identificação, validação, disseminação, compartilhamento, uso e proteção dos conhecimentos estratégicos para gerar resultados (econômicos) para a empresa e benefícios para os colaboradores internos e externos (*stakeholders*).

Considerações finais

Este capítulo buscou entrelaçar conceitos com base nos estudos sobre gestão da informação, gestão de TIC para a gestão e conhecimento nas organizações públicas e privadas. Em termos gerais deste capítulo, que tem base em pesquisas de mestrado e doutorado, seu objetivo principal foi alcançado pela contextualização da temática, em termos de evolução conceitual da informação à gestão do conhecimento nas organizações. As principais abordagens teóricas e práticas que nortearam este estu-

do ressaltam a interdependência e inter-relação da gestão do conhecimento (GC) com a gestão da informação (GI) e a gestão de tecnologias da informação e comunicação (GTIC) para que, objetiva e satisfatoriamente, ocorra a gestão do conhecimento nas organizações (GCO).

Considerando modelos, métodos e práticas de gestão da informação e do conhecimento nas organizações (GICO), o texto pinçou algumas referências que se explicitaram nas propostas do modelo de Bukowitz e Willians (2002), Castro (2005), Choo (2003), Malin (2006), Monteiro e Falsarella (2007), Nonaka e Takeuchi (1997), Pinto e Silva (2005), bem como de um modelo de GI da Província de Alberta, Canadá, e do método da *Organizational Knowledge Assessment* (OKA).

Por fim, considerou-se que a revolução do conhecimento e da informação, que moldou a atual Sociedade da Informação, teve por base o desenvolvimento de sistemas de informação, particularmente as TIC, www e internet (GTIC), por meio dos quais a GI pode ser mais bem apreendida e aplicada nas organizações, com vistas a desenvolver seus modelos, métodos e técnicas de GCO, que envolvem tanto conhecimentos tácitos como explícitos, bem como das TIC.

Referências

BEAL, A. *Gestão estratégica da informação*. São Paulo: Atlas, 2004.

BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. *Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CARVALHO, G. M. R. *Informação e conhecimento: uma abordagem organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CASTRO, G. *Gestão do conhecimento em biblioteca universitária*: um instrumento de diagnóstico. 2005. 160 f. (Dissertação em Ciências da Informação) – Mestrado em Ciências da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento*: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CIANCONI, R. *Gestão da informação na sociedade do conhecimento*. Brasília, DF: Senai, 1999.

CYSNE, M. R. F. P. Gestão de Informação: o desafio das unidades de informação. *In*: JORNADA NORTE-NORDESTE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5., 2007, Recife. *Anais* [...]. Recife: APBPE, 2007.

CYSNE, M. R. F. P. *Transferência de conhecimento entre a universidade e a indústria*: uma análise nacional. 2003. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

DAVENPORT, T. H. *Ecologia da informação*. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial*: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, R. C. B. *Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente*. Bauru: Edusc, 2003.

DRUCKER, P. F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.

HOMMERDING, N. M. S. *O profissional da informação e a gestão do conhecimento nas empresas*: um novo espaço para atuação, com ênfase no processo de mapeamento do conhecimento e disponibilização por meio da Intranet. 2001. 210 f. (Dissertação em Ciências da Comunicação) –

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MALIN, A. M. B. Gestão da informação governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. *Datagramazero*, João Pessoa, v. 7, n. 5, p. 1-22, 2006.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 72-79, 2002.

MONTEIRO, N. A.; FALSARELLA, O. M. Um modelo de gestão da informação para aprendizagem organizacional em projetos empresariais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Pampulha, v. 12, n. 2, p. 81-97, 2007.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *The knowledge-creating company*: how Japanese companies create the dynamics of innovation. New York: Oxford University, 1995.

PINTO, M. A.; SILVA, A. M. Um modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2., 2005, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Tecsi, 2005. p. 1-24.

SALAZAR, A. A. P. *Modelo de implantación de gestión del conocimiento y tecnologías de información para la generación de ventajas competitivas*. 2000. 91 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil-Infomática) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil-Infomática, Universidade Técnica Federico Santa Maria, Valparaíso, 2000.

SENGE, P. M. *A quinta disciplina*: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1999.

SVEIBY, K. E. *A nova riqueza das organizações*: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TARAPANOFF, K. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. *In*: TARAPANOFF, K. *Inteligência, informação e conhecimento*. Brasília, DF: Ibict: Unesco, 2006. p. 19-36.

TERRA, J. C. C. *Gestão do conhecimento*: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio, 2001.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado¹, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Maracanaú-CE, 5 de outubro.

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

Felipe Aragão de Freitas Carneiro



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Maracanaú-CE, 5 de outubro.

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

¹ Número do registro: 89.931.

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a socio-poética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afro-descendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.

15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Denys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.

29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Illele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.

45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.

59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderon Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego: estudo de caso*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entrelugares: Tecidos Sociopoéticos em Revista*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).

75. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura*: questões políticas, históricas e educacionais. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas*: estratégias, práticas e desafios. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus*: amor, ensino e justiça. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito*: tradições em diálogo. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.

91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito*: tradições em diálogo. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza*: Poder e Disputa Local em 1968. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas*: estratégias, práticas e desafios. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte*: experiência artística e criação na formação do jurista. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte*: experiência artística e criação na formação do jurista. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular*: processos formativos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde*: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET). Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará*: memórias, histórias e práticas educativas. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores*: perspectivas da educação contemporânea. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino*: semeando produções científicas parceiras. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).
102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Livia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem*: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético*: diálogos com Paulo Freire sempre!. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).

105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é resistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade*: reflexões epistemológicas. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação*: memórias, imprensa e literatura. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cícera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas*: experiências e contextos. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1 (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3 (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5 (E-book).
117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa*: educação como missão de vida. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).

119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa*: educação como missão de vida. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas*: múltiplas experiências em educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes*: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (org.). *Psicologia da educação*: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5 (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa*: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil*: uma pesquisa com Educadores Museais. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil*: uma pesquisa com Educadores Museais. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil*: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil*: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4 (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5 (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite*: biografia de uma educadora religiosa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8 (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pes-*

- quisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.129.
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora*: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. Isbn: 978-85-7826-788-9 (*E-book*).
134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luíza Fontenele*: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (*E-book*).
135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável*: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 173 p. ISBN: 978-85-7826-787-2 (*E-book*).